

PROGRAMA DE GOVERNO

COLIGAÇÃO “Renova Valinhos”

PDT, PT, PC do B e PSOL

Alexandre Tonetti

Prefeito

Dr. Alexandre Veronez

Vice Prefeito

Gestão

2017 a 2020

Prefácio

Valinhos amanhã*

Wellington Strabello - Geógrafo e Professor

A Valinhos de amanhã precisa mudar. Repetir o passado, este mais recente, iniciado na década de 1990, não é inteligente.

Foi imposto a Valinhos um modelo de desenvolvimento voltado ao crescimento da área urbana pela implantação de condomínios e loteamentos. Estimularam a especulação imobiliária e o custo do solo se elevou, dificultando investimentos em outros setores mais produtivos. Como resultado, a economia emperrou. A arrecadação local não acompanhou a de municípios vizinhos, mesmo Valinhos estando em uma localização mais estratégica, com rodovias conectadas por um anel viário que chegará ao Aeroporto de Viracopos. Ainda assim, estão ausentes áreas demarcadas como distritos industriais. Nenhuma política foi desenvolvida para atrair investimentos produtivos. O território não foi preparado para esse tipo de investimento. Valinhos perdeu o bonde da história!

Outro aspecto é a criação de áreas com infraestrutura básica, mas sem ocupação, conhecidas como vazios urbanos. Isto reforça a tese de que o município não regula a produção do espaço.

A falta de visão estratégica determina a maneira como a política urbana é desenvolvida em Valinhos. O planejamento territorial é terceirizado para empresas imobiliárias – algumas umbilicamente ligadas a certos nomes da política local – cujo interesse é manter o status quo vigente.

Ainda, este modelo é responsável pela grande pressão em direção às áreas verdes, já que o mercado imobiliário mercantiliza até o ar que as pessoas respiram, conforme atestam panfletos publicitários de condomínios em lançamento. Nascentes são soterradas e florestas incendiadas. Produtores rurais se veem abandonados.

Certa vez, um físico famoso de sobrenome Einstein, escreveu: “insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes”. 2016 é um bom ano para buscarmos resultados diferentes sobre a maneira de pensar a cidade.

*Artigo publicado no jornal Pé de Figo, Ano 01, Edição 03 - 01/07/16.

Valinhos paga caro o preço do conservadorismo*

Heriberto Pozzuto - Presidente do PT Valinhos e Fundador do Pé de Figo

Situada numa das regiões mais desenvolvidas do país, Valinhos paga, hoje em dia, um preço muito alto pelos equívocos cometidos pelas gestões públicas que se sucederam.

Embora divulgue índices positivos quanto à qualidade de vida e poder aquisitivo da população é notória a desorganização urbana, é papável a ausência de uma vida cultural que dê à nossa cidade a identidade de uma comunidade e não apenas de um amontoado de gente, é sintomática a falta de planejamento.

A opção pela ampliação de condomínios, relegando-se a um plano secundário a inserção no desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de Campinas, Valinhos foi deixada para trás pelos vizinhos Vinhedo, Louveira e Indaiatuba.

O avanço irresponsável sobre as áreas rurais transformou-se numa ameaça constante à preservação do meio ambiente e o resultado não foi apenas a destruição das alternativas agrícolas e turísticas, mas é uma ameaça real ao fornecimento de água à população.

A consequente transformação do Município numa “cidade dormitório” limita o desenvolvimento econômico, prejudica as atividades do comércio, reduz a criação de empregos, entristece a convivência.

A timidez nas políticas culturais e de lazer ignora a existência de uma juventude espalhada pelos seus bairros, ávida por expressar-se e ansiosa por dizer o que sente sobre o local onde vive.

É impossível deixar de atribuir ao conservadorismo da gestão pública, a responsabilidade pela apatia e marasmo em que vivemos, pois ela se contenta com a mediocridade de apresentar serviços e obras de quatro em quatro anos, às vésperas das campanhas eleitorais.

Prometem uma cidade melhor, juram mudar e avançar e o que se vê é o retrocesso, o aparelhamento político da prefeitura e da câmara municipal, com a nomeação exagerada de cargos de confiança, a contratação de parentes de deputado e políticos, a elevação da remuneração dos vereadores e o crescimento astronômico da dívida do município.

Por isso, nas próximas eleições, é certo que o povo de Valinhos, mais que os candidatos, é que deverá sair das urnas como derrotado ou grande vencedor, dependendo da escolha que fizer.

Valinhos subtraído ao metro quadrado*

Gérsio Pellegatti é professor da História não aposentada

A crise hídrica que afeta Valinhos desde o início desse ano (2015) incrementou o debate sobre o acelerado crescimento urbano sem planejamento e seus impactos sobre a cidade. O tema vem sendo discutido pela sociedade através de encontros e ações organizados por cidadãos e entidades empenhadas na causa ambiental. Uma delas é a EVA, entidade sócio ambiental que desde 2004 busca viabilizar o direito ao acesso dos habitantes a cidade. A luta da entidade objetiva a preservação da Serra dos Cocais, uma das poucas áreas verdes da cidade e detentora de um grande manancial de água.

A acelerada expansão urbana em Valinhos começou a ocorrer após a sua emancipação em 1953 e somente no ano de 1973 foi aprovada a primeira lei que disciplinava o uso do solo. A partir na década de 70, o município começou a perder extensas áreas agrícolas voltadas a produção frutífera. Produção essa que contribuiu para o desenvolvimento econômico valinhense e a construção da identidade local - Valinhos terra do figo roxo - hoje, esses espaços são reconfigurados por interesses ditados pelo mercado imobiliário especulativo.

Entre os anos de 1950 a 2000, Valinhos teve 24,4 milhões de metros quadrados do seu território rural transformados em 15.996 novos lotes urbanos. Interessante observar que 8.152 desses lotes foram produzidos entre os anos de 1991 a 2000. Possivelmente essa quantidade pode ter sido dobrada até o ano de 2014.

Enquanto Valinhos persistiu no retalhamento do seu território, outras cidades da região, além de lançarem mão dessa prática, também planejaram políticas para atraírem novas plantas industriais que possibilitaram um aumento da arrecadação de impostos, ocasionando maior bem estar aos seus munícipes.

Pessoas de maior renda e qualificação profissional vieram residir nesses enclaves fortificados em Valinhos e trabalhar em empresas instaladas nas cidades da RMC. Esses atraíram os de menor renda, mão de obra que supriu o boom na construção civil e da ampliação do setor de serviços.

A história ensina que é necessário estudar o passado para entender o presente e melhorar o futuro. No passado apostou-se num modelo de cidade que elevou o preço da terra inibindo a instalação de novas indústrias e restringindo a arrecadação de impostos, reduziu consideravelmente as áreas agrícolas e possibilitou a queda na oferta da água aos cidadãos.

Para o presente e futuro fica uma lição aos nossos governantes: se o “progresso” é inevitável, o cuidado com Valinhos é imprescindível.

*Artigo publicado no Jornal de Valinhos em 12/12/14 e na página do autor no Facebook.

Um olhar para Valinhos

Valéria Lopes - Relações Públicas

Minha Valinhos hoje em seus espaços comuns e centrais apresenta características típicas de uma cidade inserida numa região metropolitana. Por estar muito perto de grandes centros urbanos como Campinas e São Paulo, tem suas demandas crescendo de forma acelerada, apresentando grandes necessidades de planejamento urbano. Porém, até agora, bem pouco lhe foi feito. Sempre o imediatismo foi o norte do poder público.

Também vejo, como bisneta de imigrantes que ajudaram a formar esse lugar, uma cidade perdendo sua identidade. Um povo sem sua história é como uma árvore sem base para suas raízes. A fragilidade e a indiferença podem ser sua destruição. Mas foi na periferia que pude observar nosso povo em sua maior essência. As condições que esses vivem estão longe de serem prósperas como alardeiam algumas revistas de publicidade da cidade.

Conheci Dona Maria em sua lida diária, moradora na periferia. Mulher bonita em sua simplicidade, gentil e amorosa na fala, porém trazia marcas profundas de uma vida de muita luta. Dessas que, desde cedo aprendeu a ter um sorriso corajoso para as dificuldades de ser mulher, mãe, pobre e negra. Dona Maria também tinha a clara percepção de que o poder público da cidade simplesmente não a enxergava. Como todo povo pobre, estava abandonada à sua sorte. A sua conformidade me entristeceu. Não é para ser assim.

Alexandre Tonetti, se você for nosso novo prefeito, quero muito que governe com um olhar para todos, mas principalmente para esses que sempre foram esquecidos. E que nunca, mas nunca mesmo se esqueça das donas Marias de nosso município. Elas também, apesar de suas condições simples e precárias, receberam em seus ventres e prepararam seus rebentos para serem os novos cidadãos de Valinhos. Dê a elas condições para essa competência. Dê a elas a chance de acreditarem e provarem que é possível sim serem vistas e assistidas pelo poder público.

Precisamos pensar Valinhos para o futuro. Você sabe o caminho para isso acontecer. Muitos que acreditam que é possível também te seguirão.

Apresentação do Programa

A construção do Programa de Governo não é, tão só, um documento técnico, mas, primordialmente, um instrumento político, passando a assumir uma dupla dimensão na medida em que vai trabalhar, tanto com o conhecimento da realidade, quanto com as forças políticas que passam as informações e as legitimam.

O conhecimento da realidade é um processo cumulativo, dinâmico, participativo, de construção coletiva por aproximações sucessivas.

Desta forma, quanto mais democrático for o processo de construção do programa, mais coesão e apoio terá na sua execução. Por outro lado, o modelo participativo da construção e levantamento da realidade local, minimiza ações corporativas, abrindo espaços para a cooperação que identificará as prioridades e as reais necessidades da população.

Não esqueçamos que o testemunho de moradores é importante, principalmente, no resgate do histórico daquela comunidade, trazendo nova visão sobre a conformação da questão social local, bem como, as formas que, costumeiramente, são empregadas no enfrentamento de problemas.

Assim sendo, a formulação das diretrizes resultantes do debate público e da interação dos diferentes segmentos da sociedade passam a apresentar-se permeados de intuição, inovação e criatividade, expressando a vontade daqueles que deram suas contribuições na busca de alternativas e apontando novos caminhos de ação.

Finalmente, o Programa de Governo deve ser compreendido como apenas um norteador que apresenta indicativos, com ousadia e sensibilidade, sugerindo ações inovadoras, porém, com flexibilidade que não as imobilizem. Elas têm que estar livres para surgir a qualquer hora e em qualquer lugar e fluir no agir e nas situações de dificuldade e conflito, permitindo a reavaliação contínua que possibilite o surgimento de novos caminhos, garantindo o aparecimento de idéias originais que nem sempre podem estar previstas num cronograma.

Maria Teresa Del Niño Jesus Espinós de Souza Amaral
Psicóloga e Pós Graduada em Gestão Pública

MANIFESTO-PROGRAMA DA COLIGAÇÃO

“RENOVA VALINHOS”

A coligação PDT - Partido Democrático Trabalhista, PT – Partido dos Trabalhadores, PC do B – Partido Comunista do Brasil e PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, vêm se unir para construir uma nova forma de governar o Município de Valinhos.

Temos que oferecer um novo projeto, que dialogue com todos os setores da sociedade valinhense e se apresente como a possibilidade real de transformação da atual paralisia política, administrativa, social e cultural imposta à nossa cidade.

A transformação será concretizada com uma política direcionada por uma gestão pública participativa, onde sua prática solidária e harmônica comungue com todos. Onde cada grupo, esquecendo velhos conflitos, se una fraternalmente na busca de soluções que promovam os direitos humanos, culturais, econômicos e sociais. A democratização da máquina pública será efetivamente vivida por todos que fazem, ou virão a participar dela, sem nepotismo, patrimonialismo ou autoritarismo, muito embora estes estejam arraigados nas administrações públicas, no nosso caso, assumimos o compromisso de eliminá-los.

Queremos dar e ter voz, mantendo canais efetivos de diálogo. O poder será entendido como um meio de construir uma nova sociedade, e não apenas um fim em si mesmo.

Os partidos devem ouvir a cidade, se aprofundar no conhecimento das características intrínsecas e a partir dessas, compreender suas limitações e construir uma nova identidade, fruto da compreensão da pluralidade social, econômica e cultural valinhense, associada à evolução programática e política.

Este movimento será firmado para tirar Valinhos das “alternativas” que nada mudam, e que representam a mesmice municipal. Nós acreditamos que Valinhos é grande o suficiente para ser governada sem revanchismos, mas com a competência e a autonomia necessárias para oferecer exemplos significativos para o Estado e outras regiões.

Acreditamos na necessidade de um novo pacto municipal, firmado numa candidatura com um programa de governo renovador e realista, fundamentado em estudos sérios de viabilidade econômica autossustentável, criativo e determinado a mudar o município, descentralizando a administração e engajando a população na gestão dos assuntos públicos.

Os munícipes de Valinhos vêm suportando um modo tradicional de fazer política, carregado de frases de efeito e promessas vazias, reduzindo a atividade política a uma relação acanhada de compra e venda da adesão do eleitor. Valinhos será novamente

chamada, em outubro, a exercer um papel de vanguarda na região, para resgatar o sentido da confiança e de palavras como esperança e compromisso, mostrando que o respeito à população e um outro futuro — de desenvolvimento, segurança e inclusão social — é possível.

Ao sermos desafiados na construção de uma coligação para mudar a gestão desta cidade, entendemos que os partidos que a compõem buscam a prática da ética, da transparência e da participação cidadã na administração pública. Com a autoridade decorrente da confiança em nós depositada, denunciemos como hipócrita a propaganda da própria honestidade, lamentavelmente banalizada pelo oportunismo político. Dizer-se honesto, não corrupto e, trabalhar com responsabilidade pela coletividade não são virtudes a serem proclamadas, mas obrigações elementares do detentor de um mandato popular.

Depois de tantas decepções e traições, falta de ética é mais do que justo que o cidadão valinhense cobre de seus representantes que digam sempre a verdade, que jamais se omitam e que nunca se eximam, só assumindo compromissos efetivamente realizáveis.

Por fim o programa de governo não é um folheto comercial e nem deve sair das pranchetas de publicitários. Isso rebaixa a consciência, humilha e ilude o eleitor, destruindo a confiança do povo. Valinhos é grande e complexa demais para ser resumida em três ou quatro palavras de ordem. É a cidade da cultura, da fruta e de uma imensurável riqueza ambiental “Cidade Verde”, que exige a participação de todos no planejamento de seu futuro.

Um verdadeiro programa de governo, por definição, é dinâmico, cunhado em princípios e atualizado permanentemente nos seus pormenores, conforme as exigências da realidade. A partir dessas premissas, pretendemos incorporar os diversos segmentos da população na tarefa de definir o projeto da nossa cidade, para a construção do futuro de todos, levando em conta o tamanho da demanda e os estudos de viabilidade técnica.

O novo Pacto Social deverá ser cumprido e terá que ser suficientemente claro para que cada cidadão tenha possibilidade de compreendê-lo e meios de exigir o seu cumprimento.

Não esqueçamos que a construção deste sonho, não depende de uns poucos, mas sim, da participação efetiva da sociedade e, portanto, isto expressa um novo paradigma político. Razão pela qual conclamamos todos os Cidadãos e Cidadãs para participarem deste novo momento da coligação “Renova Valinhos” e, assim construirmos o projeto que renovará nossa esperança e concretizará nossos sonhos.

Um Novo Contrato, Uma Nova Cidade

A Valinhos que Temos

Caracterização do município

História

O Município de Valinhos foi criado pela Lei estadual nº 2.456 de 30 de dezembro de 1953. Teve sua primeira eleição em 1954, no dia 3 de outubro, tendo sido eleito o primeiro prefeito o Sr. Jerônimo Alves Corrêa. Na ocasião a Câmara foi constituída por 13 vereadores, sendo instalado o município, oficialmente, em 1º de janeiro de 1955.

Informações Gerais do Município

Está situado a 90 km da capital do Estado de São Paulo e faz parte da RMC - Região Metropolitana de Campinas.

Valinhos é assim denominada em função de seu território estar fortemente acidentado, formado pela serra da Mantiqueira, constituída por vários vales banhada pelos rios Atibaia e Capivari, pelos ribeirões Pinheiros, Bom Jardim e Dois Córregos e pelos córregos Invernada, da Santa Escolástica, Santana dos Cuiabanos e da Fazenda São Pedro.

Conta com uma eficiente e moderna malha viária para escoamento de seus produtos, além da proximidade com o Aeroporto Internacional de Viracopos, um dos mais importantes sistemas de transporte de carga do Brasil. Tem a força da RMC, um dos maiores polos industriais e tecnológicos do Brasil.

Principais Rodovias de acesso:

- o Anhanguera
- o D. Pedro I
- o José Roberto Magalhães Teixeira
- o Francisco Von Zuben
- o Visconde de Porto Seguro
- o dos Agricultores
- o Valinhos – Itatiba

Integra o Circuito das Frutas, criado pelo governo paulista para desenvolver o agroturismo na região. Além da produção do campo, a beleza natural do município justifica o potencial turístico. Tem produção de goiaba e é reconhecida mundialmente como a capital do figo roxo.

No campo artístico/cultural tem como referência o cantor, compositor e ator Adoniran Barbosa e o arquiteto Flávio de Rezende Carvalho, que foi um dos grandes nomes da geração modernista brasileira.

É uma cidade que se abre para a diversidade econômica, mantendo o equilíbrio entre a tranquilidade, o conforto e a tradição do interior paulista e o acesso fácil ao que existe de mais avançado nos grandes centros de ciência e tecnologia do país.

Devido a proximidade com cidades de grande e médio portes, Valinhos abriu oportunidades de negócios em função da base produtiva, e a situação privilegiada de sua localização permite forte comércio e serviços locais.

Essa localização privilegiada chamou a atenção de moradores de Campinas e outros municípios e até da capital paulista com o desejo de morarem em Valinhos. Isso desencadeou um movimento imobiliário predatório, quando fazendas e sítios onde se produzia o figo roxo, goiaba, caju e vinhedos na zona rural, foram sendo transformados em condomínios e/ou loteamentos fechados horizontais.

Valinhos: Como Estamos Hoje?

Uma cidade-dormitório de luxo

Desde meados da década de 1990 o município de Valinhos passou a ter por projeto de governo uma equação que trazia, por um lado, o oferecimento de seu território para a implementação de empreendimentos imobiliários voltados a investidores de alta renda e, na outra ponta, a manutenção dos serviços públicos de saúde, educação, habitação e transportes num patamar mínimo, com a mesma estrutura criada há vinte anos e baixo investimento no aumento e qualificação do funcionalismo municipal. Conhecemos esse projeto pelo nome de neoliberalismo e seu objetivo por um “Estado Mínimo” e sabemos que ele esteve alinhado às políticas adotadas no país em nível federal durante aquela década e no Estado de São Paulo há mais de vinte anos.

A partir da criação do primeiro “loteamento fechado” do Brasil, o “Condomínio” Sans Soci, destinado à elite econômica crescente na região, a elite política valinhense aliou-se ao mercado imobiliário e colocou em prática o que se tornaria a característica dos municípios de pequeno e médio porte da Região Metropolitana de Campinas: a construção de condomínios horizontais e loteamentos fechados, atraindo habitantes de alta renda.

Desta forma, o poder público investiria apenas na manutenção do que já existia em termos de serviços públicos, uma vez que a população residente nos condomínios e loteamentos fechados não utilizaria os serviços públicos de saúde, educação, cultura e sociais e, de quebra, a prefeitura não realizaria os serviços de coleta de lixo e manutenção de vias e redes de água e esgoto no interior desses empreendimentos.

Esse modelo favoreceu de tal forma a especulação imobiliária que esta se tornou o elemento regulador do território, gerando graves problemas de ordem social, urbanística, econômica e ambiental, mesmo após a aprovação do Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade é a denominação oficial da Lei 10.267, de 10/07/2001, que regulamenta o capítulo da Política Urbana da Constituição Brasileira. Os princípios básicos do Estatuto da Cidade são o planejamento participativo e a função social da propriedade. No entanto, o município de Valinhos tornou-se excludente e seletivo, onde a concentração de pessoas de alta renda passou a ser o objetivo das administrações públicas de governantes financiados pelo mercado imobiliário, situação que se mantém até hoje, omitindo o direito à cidade aos demais segmentos da sociedade valinhense.

Na questão socioeconômica, vimos acentuar-se o encarecimento do transporte coletivo, do custo de vida, e do metro quadrado, gerando a fuga de empresas com consequente estagnação na geração de empregos e renda na indústria e a queda da qualidade nos serviços públicos, sobretudo na saúde e educação. O comércio na cidade também não prosperou como imaginado, visto que a maioria da população de alta renda residente nos condomínios e loteamentos fechados trabalha ou estuda em outras cidades da região metropolitana, especialmente Campinas, mantendo hábitos de consumo e lazer preferencialmente em shoppings daquela cidade e de São Paulo. Esta situação fez Valinhos passar a ser considerada uma “cidade-dormitório de luxo”.

Já cidades vizinhas como Vinhedo e Indaiatuba, que optaram por uma estratégia coerente com sua localização privilegiada e altos índices de desenvolvimento humano, conseguiram atrair empresas em novos distritos industriais criados com este objetivo, gerando resultados que deixaram Valinhos para trás em termos do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e geração de empregos. Comparando Valinhos, Vinhedo e Indaiatuba, verifica-se o baixo crescimento do PIB valinhense, frente aos outros dois municípios.¹

Avaliando a evolução do PIB desses municípios num recorte temporal de dez anos (2000-2010), é possível observar o crescimento da economia e traçar comparativos que explicam o sentimento de estagnação vivido pela população valinhense, comprovando os prejuízos do projeto neoliberal em curso até os dias de hoje.²

No ano de 2000 o PIB dos três municípios era muito próximo, o de Vinhedo era de R\$ 1.123.607,90, o de Indaiatuba R\$ 1.570.837,20 e o de Valinhos R\$ 1.241.435,90, ou seja, uma diferença inferior a R\$ 500.000,00, estando o PIB valinhense na média, porém, passados dez anos, o crescimento de cada um apresentou patamares bem diferentes. Comparados no intervalo de 2000 a 2010, o aumento do PIB de Vinhedo foi da ordem de 597,96%, o de Indaiatuba 371,34% e o de Valinhos 288,89%.

O quadro abaixo, formado a partir de dados extraídos do site da Fundação SEADE, demonstra que a série histórica da década passada mantém-se inalterada na década em curso e tal não poderia ser diferente, visto que não foram adotadas políticas públicas efetivas voltadas ao desenvolvimento econômico e geração de empregos no município.

¹ Considerou-se para seleção dos municípios a similaridade do perfil socioeconômico, combinado com o fator demográfico, onde Indaiatuba possui praticamente o dobro de habitantes de Valinhos, enquanto Vinhedo a metade.

² Com relação à utilização do PIB como indicador, tem-se a ressalva de que está sendo apenas avaliada a macro economia, pois é possível que o PIB aumente enquanto os cidadãos ficam mais pobres, e isso ocorre porque o PIB não considera o nível de desigualdade de renda das sociedades.

Comparados os dados do ano de 2013 para os três municípios, tem-se que o valor total do PIB e a participação no PIB estadual de Vinhedo e Indaiatuba foram 43,6% e 107% superiores aos valores de Valinhos, respectivamente. Em relação à participação dos empregos formais da indústria no total de empregos formais em 2014, o município de Valinhos também ficou atrás entre os três municípios comparados. Naquele ano, os empregos formais no setor de Serviços foram majoritários e responderam por 47,57% do total de empregos formais em Valinhos.

Economia	Ano	Valinhos	Vinhedo	Indaiatuba	RG de Campinas(*)	Estado de SP
PIB (em mil reais correntes)	2013	4.970.626,95	7.137.263,32	10.303.801,98	148.344.003,74	1.708.221.389,98
Participação no PIB do Estado (em %)	2013	0,290983	0,417818	0,603189	8,68412	100
PIB per capita (em reais correntes)	2013	43.979,29	105.115,88	47.775,78	47.517,13	40.379,00
Participação da Indústria no total do Valor Adicionado(em %)	2013	35,35	41,4	39,32	28,53	22,89
Participação dos empregos formais da Indústria no total de empregos formais (em %)	2014	30,2	51,84	36,94	26,92	19,38
Participação nas Exportações do Estado (em %)	2015	0,209626	0,646104	1,03216	8,083077	100

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo, Informações dos Municípios Paulistas – IMP

(*) A Região de Governo de Campinas (RG) é uma das 42 regiões de governo do Estado de São Paulo, pertence à Região Administrativa de Campinas (RA) e está dividida em 22 municípios. Dentro da RA de Campinas encontra-se a Região Metropolitana de Campinas, que agrega municípios das RGs de Campinas e Jundiaí.

Quanto aos dados populacionais, entre 2010 e 2016 tivemos um município com índice de envelhecimento acima da média da RG de Campinas e do Estado (84,14% contra 72,09% e 69,78%, respectivamente), ao passo que a taxa de natalidade e de fecundidade geral ficaram abaixo das médias. No entanto, a taxa geométrica de crescimento populacional de Valinhos ficou em 1,85% ao ano, superior à média da RG de Campinas de 1,35% e à média estadual de 0,85%, o que sugere que o crescimento populacional esta determinado pelo fluxo migratório.

Dados Populacionais - Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Valinhos	RG de Campinas	Estado
Área (em km ²)	2016	148,54	5.225,78	248.222,36
População	2016	118.947	3.244.717	43.359.005
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	2016	800,77	620,91	174,68
Taxa geométrica de crescimento anual da população 2010/2016 (em % a.a.)	2016	1,85	1,35	0,85
Índice de Envelhecimento (em %)	2016	84,14	72,09	69,78
Taxa de Natalidade (por mil habitantes)	2014	12,14	13,84	14,66
Taxa de Fecundidade Geral (por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2014	42,59	48,53	52,1
População com menos de 15 anos (em %)	2016	16,83	18,43	19,48
População com 60 anos e mais (em %)	2016	14,16	13,29	13,6
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	2014	7,86	8,92	11,43

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo, Informações dos Municípios Paulistas – IMP

As estatísticas de saúde apresentam índices próximos aos da média da RG de Campinas e estadual, embora quase sempre inferiores. Assim, a taxa de mortalidade infantil é de 7,86 por mil nascidos vivos, contra 8,92% na RG e 11,43 no estado, a taxa de mortalidade na infância é de 7,86 por mil, contra 10,61 na RG e 13,1 no estado, e a porcentagem de mães adolescentes (com menos de 18 anos) é de 3,29%, contra 5,61% na RG e 6,7% no estado.

Com relação aos serviços públicos, tomando como exemplo o Sistema Municipal de Saúde, vemos que o número de usuários equivale a pouco mais de 40% dos habitantes da cidade, pois a outra parte possui algum plano de saúde e é atendida pela já saturada estrutura privada, que preferiu não se expandir para garantir alta rentabilidade.

O número de médicos, enfermeiros e agentes de saúde no setor público continua praticamente o mesmo da década de 90. Os salários da categoria são baixos frente à carga de trabalho enfrentada e em comparação a outros municípios da Região Metropolitana de Campinas. O pagamento de horas-extras é utilizado como estímulo ao servidor, porém a infraestrutura está subdimensionada e precária, segundo relatos de funcionários da saúde integrantes do Movimento Unificado dos Servidores Públicos de Valinhos (MUSPV).

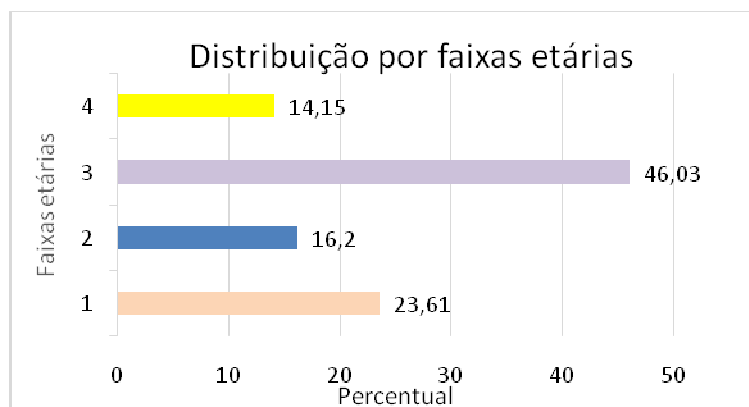
População de Valinhos - 2016

Demonstrativo comparativo - Números absolutos 2012/2015

Universo de Estudo 118.947 habitantes dados em 2016

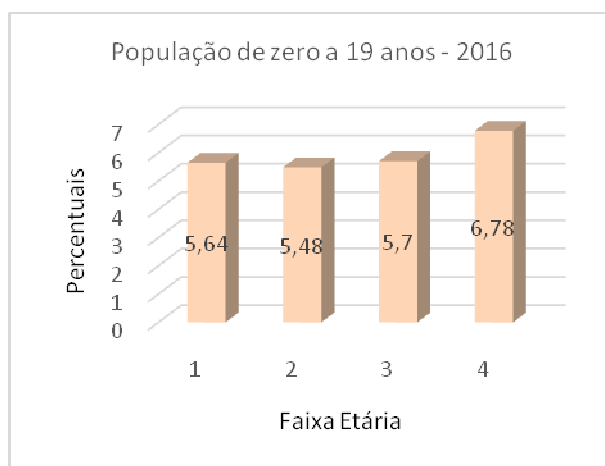
LOCALIDADE	ANO	População de 0 a 4 Anos	População de 5 a 9 Anos	População de 10 a 14 Anos	População de 15 a 19 Anos	População de 20 a 24 Anos	População de 25 a 29 Anos	População de 30 a 34 Anos	População de 35 a 39 Anos	População de 40 a 44 Anos	População de 45 a 49 Anos	População de 50 a 54 Anos	População de 55 a 59 Anos	População de 60 a 64 Anos	População de 65 a 69 Anos	População de 70 a 74 Anos	População de 75 Anos e Mais
Valinhos	2012	6.367	6.414	7.262	8.044	9.037	9.752	9.640	9.126	9.060	8.647	7.462	5.964	4.592	3.336	2.483	3.643
Valinhos	2013	6.477	6.423	7.114	8.128	9.036	9.939	9.871	9.342	9.082	8.864	7.766	6.275	4.827	3.545	2.566	3.767
Valinhos	2014	6.586	6.428	6.966	8.210	9.031	10.127	10.102	9.560	9.101	9.083	8.081	6.599	5.073	3.766	2.651	3.894
Valinhos	2015	6.694	6.431	6.819	8.291	9.023	10.313	10.338	9.779	9.116	9.305	8.404	6.939	5.327	3.999	2.738	4.024
Valinhos	2016	6.710	6.517	6.786	8.071	9.034	10.237	10.460	9.951	9.280	9.287	8.580	7.196	5.587	4.192	2.902	4.157

SEADE - 2016



SEADE - 2016

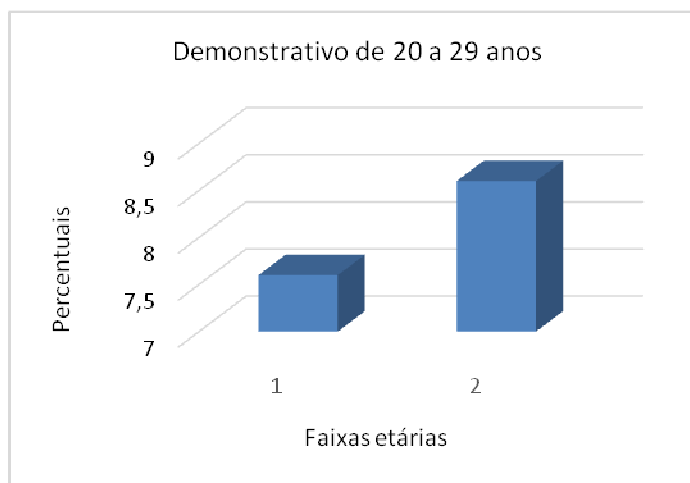
Legenda			
Faixa Etária		População	%
1	0 a 19	28.084	23,61
2	20 a 29	19.271	16,20
3	30 a 59	54.754	46,03
4	60 a +75	16.838	14,14
Total		118.947	99,99



SEADE - 2016

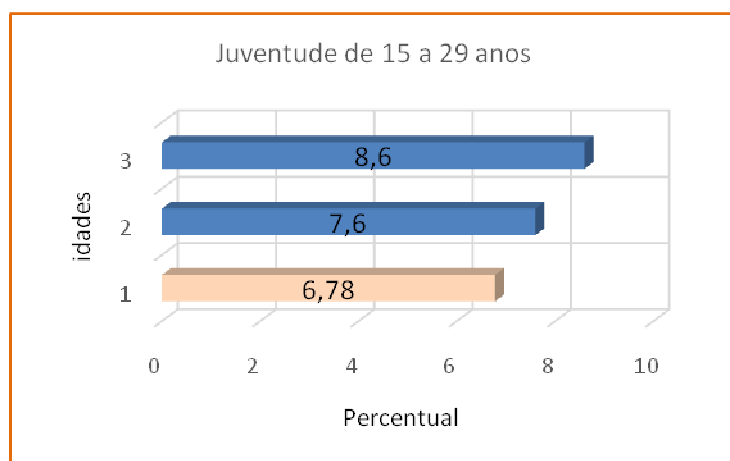
Legenda			
Faixa Etária		População	%
1	0 a 4	6.710	5,64
2	5 a 9	6.517	5,48
3	10 a 14	6.786	5,7
4	15 a 19	8.071	6,78
Total		28.084	23,60

LEGENDAS			
Faixa		População	%
1	20 a 24	9.034	7,6
2	25 a 29	10.237	8,6
Total		19.271	16,2



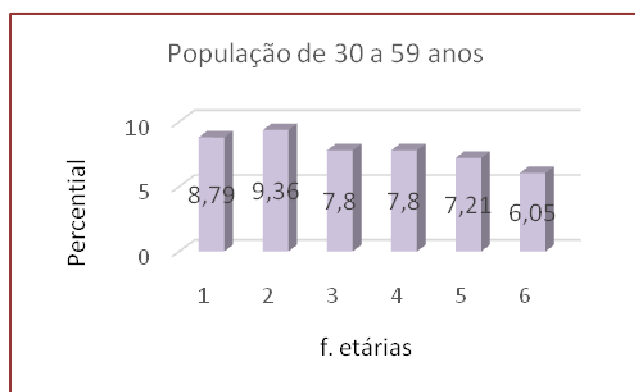
SEADE – 2016

Nota: De acordo com a Proposta de Emenda a Constituição - PEC da Juventude, aprovada pelo Congresso em setembro de 2010 e o Estatuto da Juventude, sancionado em 2013, considera-se jovem no Brasil todo cidadão entre 15 e 29 anos de idade, tendo neste corte 27.342 pessoas que fazem parte da juventude o que representa 22,98% do total da população.



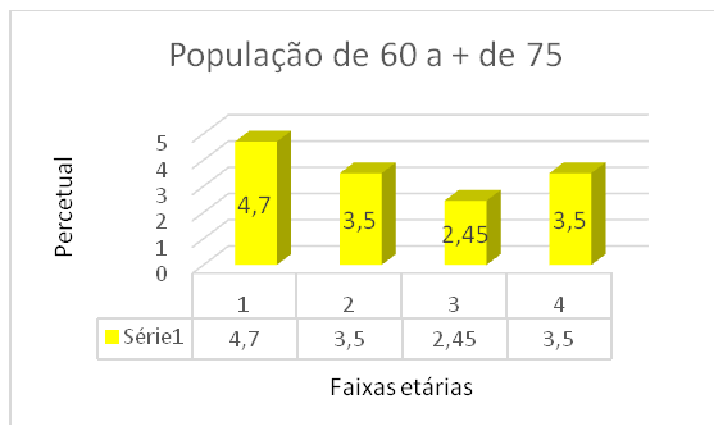
SEADE – 2016

idade	População	%
15 a 19	8.071	6,78
20 a 24	9.034	7,6
25 a 30	10.237	8,6
Total	27.342	22,98



SEADE – 2016

Idades	População	%
30 a 34	10.460	8,79
35 a 39	9.951	9,36
40 a 44	9.280	7,8
45 a 49	9.287	7,8
50 a 54	8.580	7,21
55 a 59	7.196	6,05
Total	54.754	47,01



Idades	População	%
60 a 64	5.587	4,7
65 a 69	4.192	3,5
70 a 74	2.902	2,45
75 +	4.157	3,5
Total	16.838	14,15

SEADE – 2016

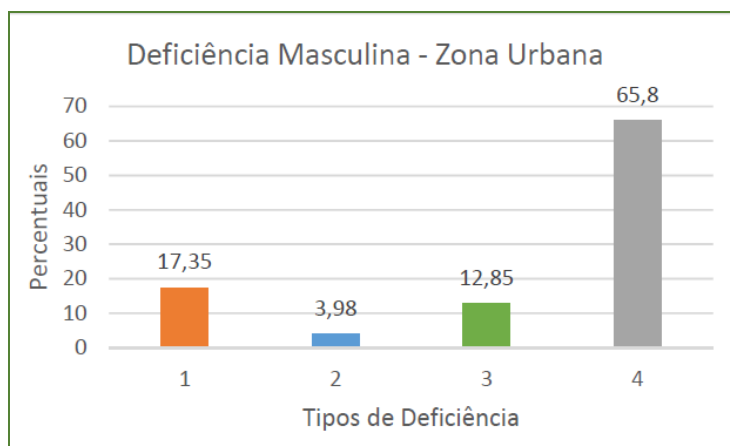
Pessoas com Deficiência

População residente no Município - área rural e urbana com algum tipo de deficiência.

O município de Valinhos segundo dados do IBGE 2010 tem 1.801 pessoas com deficiência permanente (não conseguem de modo algum), sendo 1.060 com deficiência mental/ intelectual e outras deficiências 741 distribuídas como segue:

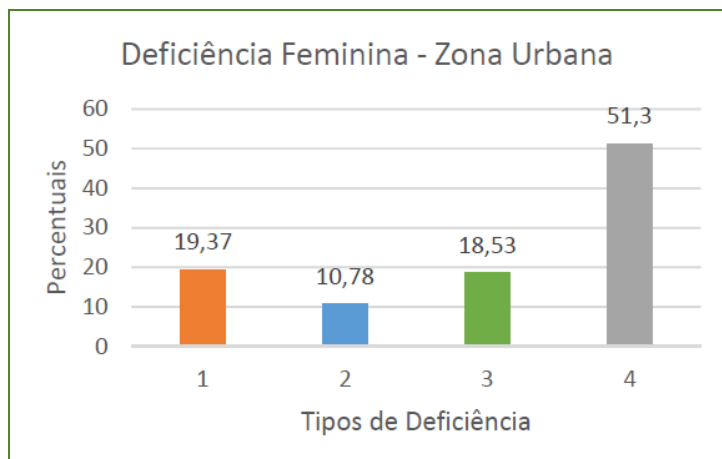
Dados gerais		
População por tipos de Deficiências	Nº	%
População residente com deficiência visual - não consegue de modo algum	321	17,82
População residente com deficiência auditiva - não consegue de modo algum	134	7,44
População residente com deficiência motora - não consegue de modo algum	286	15,88
População residente com deficiência intelectual	1.060	58,85
Total	1801	99,99
IBGE - 2010		

Demonstrativo por gênero na Zona Urbana



LEGENDA	
Def. Visual	17,35
Def. Auditiva	3,98
Def. Motora	12,85
Def. Intelectual/Motora	65,80
TOTAL	99,98

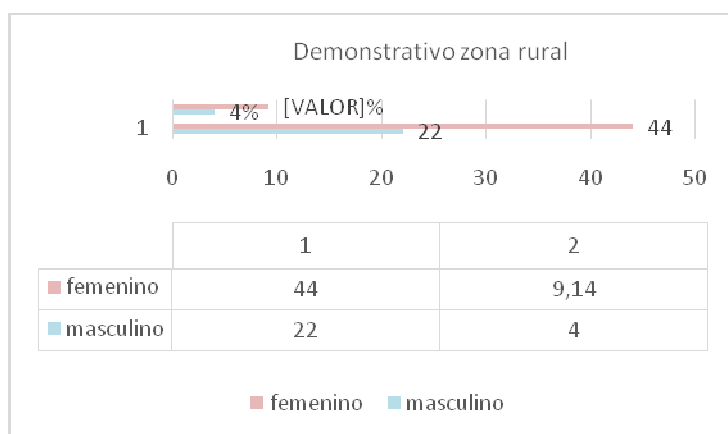
Fonte: IBGE. Censo Demográfico.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

LEGENDA	
Def. Visual	19,37
Def. Auditiva	10,78
Def. Motora	18,53
Def. Intelectual/Motora	51,3
TOTAL	99,98

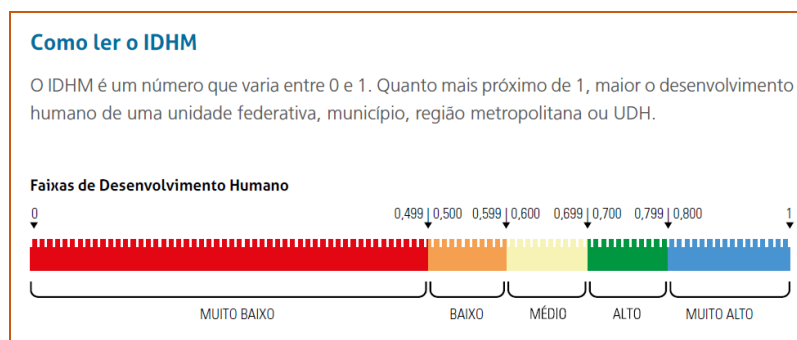
Demonstrativo por gênero na Zona Rural



Fonte: IBGE. Censo Demográfico.

Gênero	Total	%
Masculino	22	4
Feminino	44	9,14

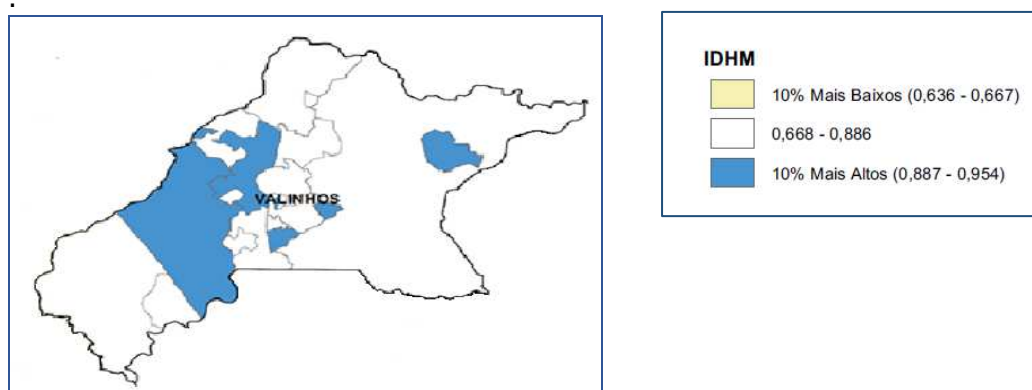
Estudo do IDHM



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

O IDHM tornou-se uma forma de compreensão e fomento da discussão e reflexão ampla sobre o significado do desenvolvimento humano para a sociedade.

Valinhos tem o maior IDH da Região Metropolitana de Campinas, considerado muito alto com 0,819 com base em 2010. É o 5º maior do Estado e o primeiro dentro da RMC se comparado com outros municípios. Entretanto, dentro do município, encontramos bolsões de pobreza com IDHM mais baixo, requerendo-se maior intervenção na destinação das políticas públicas em respeito ao princípio da equidade, já que se caracterizam como bairros de maior exclusão social.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015

O mapa indica o conjunto de 10% das IDH's que apresentavam os mais altos valores de IDHM (entre 0,887 e 0,954) e o conjunto de 10% das IDH's que apresentavam os mais baixos valores de IDHM (entre 0,636 e 0,667), em 2010.

Distribuição por bairros considerados como referência por IDHM

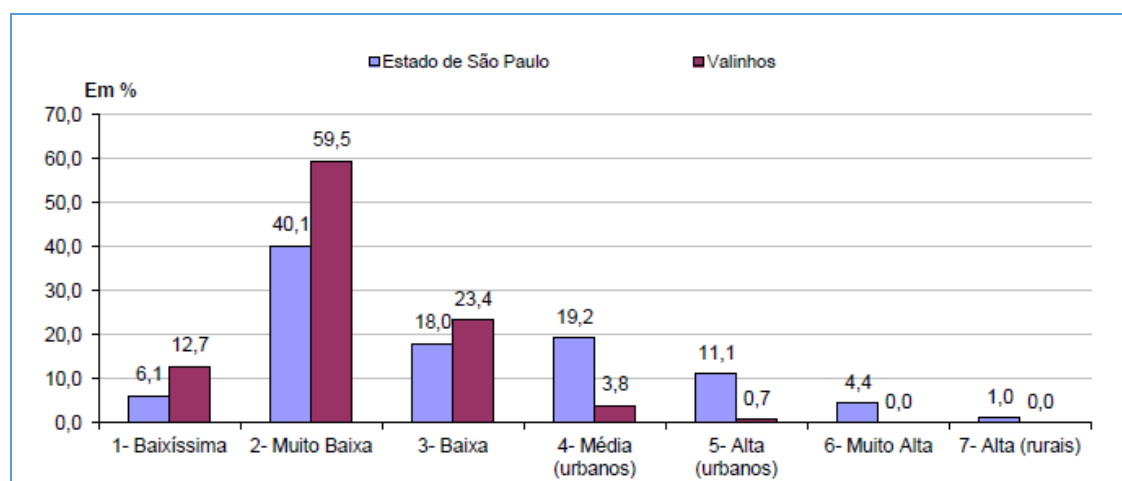
DADOS DISPONIBILIZADOS COM BASE EM 2010	IDHM_E	IDHM_L	IDHM_R	IDHM
Condomínio Moinho de Vento (Veneza)	0,883	0,944	1,000	0,941
Clube de Campo Valinhos	0,870	0,935	0,964	0,922
Dois Córregos/Joapiranga/Vale do Itamaracá/ Paiquerê/Santo Antônio/Apaga Fogo	0,870	0,935	0,964	0,922
Ortizés	0,870	0,935	0,964	0,922
Centro/Bela Vista/Santa Cruz/Terras do Caribe/ Oriente/Lenheiro: Unilever/Rigesa	0,845	0,921	0,905	0,890
Condomínio Parque dos Pássaros	0,845	0,921	0,905	0,890
Centro/Castelo: Av. 11 De Agosto/Av. Joaquim Alves Correa	0,759	0,905	0,858	0,838
Santa Elisa/ Maison Blanche	0,759	0,905	0,858	0,838
Colinas dos Pinheiros/Pinheiro/Santana: Campo do Pinheirão	0,759	0,905	0,858	0,838
Vale Verde 7	0,765	0,895	0,809	0,821
São Pedro / Espírito Santo / Parque Portugal: ETE / Alameda Mariana Prudente Correa	0,765	0,895	0,809	0,821
Ponte Alta / Jardim do Lago / Bom Retiro: Campo do Jupa	0,765	0,895	0,809	0,821

Fonte Sonia / Pinheiros / CECAP: Centro de Lazer Do Trabalhador (CLT)	0,767	0,883	0,778	0,808
Jurema / Jardim São Marcos / Jardim São Luiz / Samambaia / Santa Escolástica: Cemitério Municipal	0,693	0,854	0,737	0,758
Vale Formoso / Morro Das Pedras / Capivari / Macuco / Reforma Agrária: Eaton	0,668	0,841	0,727	0,742
Espírito Santo	0,668	0,841	0,727	0,742
Chácaras Alpinas / São Bento do Recreio: Rod. Dom Pedro I / Estrada Valinhos-Itatiba / Antiga Pedreira	0,668	0,841	0,727	0,742
Palmares I e II / Parque das Figueiras: Sesi 389	0,668	0,841	0,727	0,742
Bom Retiro I: ETA Rigesa	0,668	0,841	0,727	0,742

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2015.

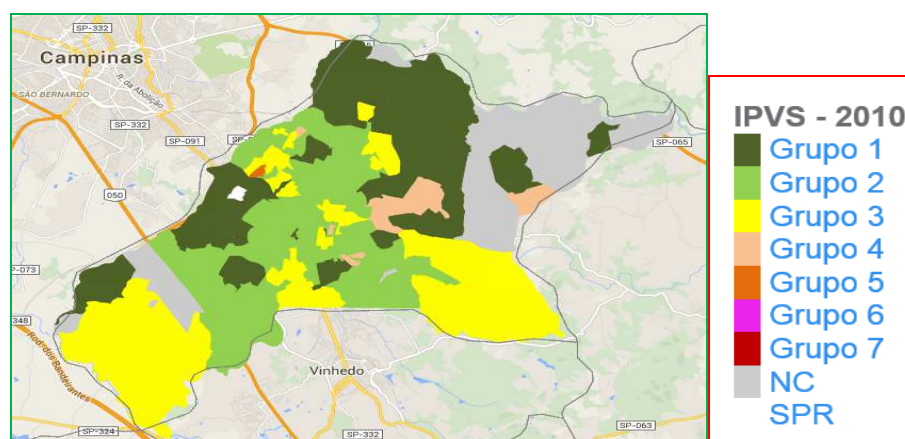
Comparativo do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS

Distribuição da população, segundo Grupos de Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS – Estado de São Paulo e Município de Valinhos – 2010 tendo como base 106.033 habitantes



Fonte: IBGE, Censo Demográfico; Fundação Seade.

Nota: Todos os setores censitários do município de São Paulo foram considerados urbanos.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Grupo 1 (baixíssima vulnerabilidade): 13.441 pessoas (12,7% do total), em 2,7% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita - *equivale a 363 pessoas*.

Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 63.065 pessoas (59,5% do total), em 5,2% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita - *equivale a 3.279 pessoas*.

Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 24.777 pessoas (23,4% do total), em 7,9% a renda deles não ultrapassava meio salário mínimo per capita - *equivale a 1.957 pessoas*.

Grupo 4 (vulnerabilidade média setores urbanos): 4.056 pessoas (3,8% do total), em 13,3% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita - *equivale a 539 pessoas*.

Grupo 5 (vulnerabilidade alta setores urbanos): 694 pessoas (0,7% do total), em 12,7% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita - *equivale a 88 pessoas*.

Identifica-se, portanto, que no universo de 106.033 temos um total de 6.226 pessoas cuja renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. (IBGE 2010)

Programa Bolsa-Família no Município

Segundo estudos do Plano Brasil Sem Miséria, o público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77,00 por pessoa. De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS dos registros de outubro de 2015 do Cadastro Único e com a folha de pagamento de novembro de 2015, **4.009** famílias estavam registradas no Programa Bolsa-Família, sendo que destas, apenas 1.713 famílias eram beneficiárias do referido programa (4,90% da população do município), com os maiores percentuais provenientes das seguintes Macrorregiões:

- Macrorregião IV (Jd São Marcos, Jd Jurema, Jd São Luís e Jd América): 22,72%
- Macrorregião I (Pq Portugal; Pq das Colinas; Ana Carolina e Capuava): 16,67%
- Macrorregião II (São Bento do Recreio, Jd Pinheiros, Santana, Biquinha e Colina dos Pinheiros): 16,38%

Mesmo tendo apresentado em 2010 uma redução de 52% em relação ao ano 2000, 1.922 pessoas ainda se encontravam na condição de pobreza e extrema pobreza no município (percentual de 1,8%), segundo os dados do MDS.

Os Planos Diretores de Valinhos e a Privatização dos Espaços Públicos

Ao longo de sua existência Valinhos elaborou três planos diretores para tratar de seu desenvolvimento urbano. O primeiro foi elaborado em 1973, dezenove anos após a elevação de distrito de Campinas a município, e ficou conhecido como PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado).

As principais propostas contidas no PDDI, que continha apenas seis artigos, reforçavam as características iniciais que formaram o tecido urbano valinhense, ou seja, o crescimento acompanhando a margem esquerda do Ribeirão Pinheiros/linha férrea sentido à cidade de Vinhedo; crescimento em direção à cidade de Campinas e consolidação de um eixo em direção à rodovia Anhanguera, com a implantação de um centro cívico de recreação aproveitando o fundo do vale.

A proposta de um eixo de crescimento sentido rodovia Anhanguera pretendia potencializar uma zona industrial leve nas proximidades da via e, “de acordo com as diretrizes para o projeto do vale, seriam implantados um parque, teatro, biblioteca e seria um ponto de encontro da população, “inexistentes em Valinhos”. Nos terrenos altos adjacentes ao parque são propostos edifícios (adensamento) e uma zona de transição para a zona comercial, podendo ser implantados escritórios e lojas. O parque seria uma ligação entre a ferroviária, o centro cívico e o centro esportivo. Pela ênfase dada na proposta, este projeto marcaria um novo caráter para a cidade e supriria a necessidade de espaços públicos.” (Gutmann, 2011)

No PDDI a visão de planejamento e projeto urbano pautado pelo interesse público do Estado é claramente percebida, seja reforçando ou propondo eixos de crescimento socioeconômicos em busca do desenvolvimento do município.

O segundo plano diretor de Valinhos, realizado na década de 1990 e aprovado em 1996, trouxe influências neoliberais em sua elaboração, assim como se utilizou das diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica do Município, aprovada em 05 de abril de 1990.

A ausência de propostas objetivas para o desenvolvimento urbano da cidade no tocante a eixos de desenvolvimento e desenho urbano de áreas públicas é o principal sintoma de uma postura meramente regulatória sem intervenção do Estado em busca da coisa pública.

Todas as propostas tornam-se genéricas no campo da intenção; promover, incentivar, assegurar são termos recorrentes que demonstram uma nova postura da administração pública valinhense.

“Este plano diretor é embasado na Lei Orgânica do município e aponta a criação de uma legislação específica para o uso, ocupação e parcelamento do solo e código de obras. Quanto aos espaços públicos da cidade, o plano não apresenta proposta ou diretrizes em relação a estes. No Plano Diretor I, bem como no zoneamento de 1973, as propostas de áreas verdes, parques e espaços de recreação e encontros são claras e delimitadas. No Plano Diretor II, é citado somente” (Gutmann, 2011).

Complementar ao Plano Diretor II foi aprovada a Lei Municipal 2979/1996, dispondo sobre o uso e ocupação do solo no município, e neste documento foi regulamentada a nova forma de ocupação do território baseada em condomínios horizontais e loteamentos fechados. O artigo 24 da lei introduzia a figura do condomínio horizontal e o artigo 37 apresentava as disposições construtivas e parâmetros de ocupação de solo e aproveitamento por tabelas de zonas. As frações ideais de terrenos para os condomínios horizontais poderiam ser até 25% menores do que o menor lote permitido para parcelamento, conforme as tabelas de disposições construtivas e parâmetros de ocupação de solo e aproveitamento. O condomínio horizontal possibilitava quase que cem por cento de unidades sobressalentes, em comparação com o parcelamento de solo pela lei federal 6766/1979, sendo altamente rentável.

Com a adoção de uma política neoliberal a partir de 1990, apoiada na exploração do território municipal por grupos de empreendedores imobiliários, a cidade de Valinhos passou a ser um grande atrativo para habitantes de alta renda da grande São Paulo e do município vizinho de Campinas. Com um mercado imobiliário promissor, as imobiliárias locais de médio porte adaptaram-se para expandir seus negócios além da comercialização de imóveis, passando a empreender os novos condomínios horizontais.

Antevendo um problema que a implantação dos condomínios horizontais e loteamentos fechados poderiam causar em relação às famílias mais abastadas, que possuíam as popularmente faladas mansões, nos até então melhores, mais tradicionais e estruturados bairros de Valinhos, o poder público aproveita-se da sensação de insegurança, da possível perda de status e decadência econômica frente ao novo modo de morar e aprova a lei nº 3015, de 16 de outubro de 1996 que "Dispõe sobre permissão de uso das áreas públicas de lazer e das vias de circulação para constituição de Bolsões ou Áreas de Segurança".

Essa lei autoriza o Executivo Municipal a permitir o uso de áreas de lazer e as vias de circulação, ou seja, as áreas públicas, que são entregues para o domínio de uma Associação de Proprietários ou Moradores, por 20 (vinte) anos, para fins de constituição de bolsões ou áreas de segurança, privatizando estes espaços.

O artigo 6º demonstra claramente a intenção de se “terceirizar” funções próprias do Estado, buscando reduzir sua característica de executor: “Artigo 6º - O decreto de permissão de uso deverá especificar os encargos, os serviços e manutenção que deverão ficar a cargo da Municipalidade e da Associação, bem como o uso das áreas públicas, que poderá ser total ou parcial”.

Após essa lei vários bairros constituíram associações para se tornarem Bolsões de Segurança, fato que os inseriu novamente no jogo do mercado imobiliário. Muitas associações chegaram ao ponto de construir muros, grades e guaritas em ruas dos bairros. Ruas foram fechadas permanecendo apenas uma ou duas para acesso.

Empresas de vigilância foram contratadas e a identificação e controle de populares passaram a ser regra, como se todo aquele espaço público agora fosse privado como em um condomínio horizontal.

Passados oito anos da aprovação do PDII, em 2004, Valinhos aprova o novo Plano Diretor III. Com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 e a existência de novos instrumentos urbanísticos que poderiam inibir a especulação imobiliária e um novo conceito quanto à função social da propriedade, a administração pública do período decide elaborar o PDIII, vigente até hoje.

Com pouca participação popular e um dilatado período de diagnóstico interno, em dezembro de 2004 são realizadas duas audiências públicas no âmbito do Poder Executivo e o projeto de lei é encaminhado para o Poder Legislativo para aprovação.

Na Câmara Municipal alguns vereadores apresentam emendas que alteram sensivelmente os artigos 74 e 75 do plano, relaxando o texto para facilitar a implantação de condomínios e loteamentos fechados na Macrozona Rural Turística de Proteção e Recuperação de Mananciais. Em 21 de dezembro de 2004 a Lei nº 3841 é aprovada sem ter sido realizada uma única audiência pública pelo Poder Legislativo, contrariando o disposto pelo Estatuto da Cidade. Em 2006, a Associação Civil Eco Vida Ambiental - EVA, de Valinhos, protocolou um pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), junto à 4ª Promotoria de Justiça de Valinhos devido à ausência de audiências públicas pós alterações promovidas pelo Poder Legislativo. Em 2010, a ADIn é concedida e os Poderes Executivo e Legislativo são obrigados a rediscutir os artigos alterados e a realizar novo processo de aprovação com audiências públicas em ambos poderes.

Diferentemente do PDII, o PDIII organiza o município em macrozonas e apresenta suas descrições, assim como algumas diretrizes para espaços públicos, outras para fortalecimento da indústria, comércio, serviços e agricultura e um arcabouço legislativo visando a conservação da região da Serra dos Cocais, local de onde vem 45% da água para abastecimento do município, denominada de Macrozona Rural Turística de Proteção e Recuperação de Mananciais.

Mesmo com um notável avanço nos temas de organização territorial, desenvolvimento econômico e proteção ambiental, o PDIII manteve a matriz do projeto neoliberal valinhense intacta. Instrumentos urbanísticos trazidos pelo Estatuto da Cidade para combater a especulação imobiliária e garantir o direito à cidade para todo o conjunto da população foram elencados no Plano, mas ficaram pendentes de regulamentação, o que em mais de uma década ainda não aconteceu. São eles: parcelamento, edificação ou utilização compulsória; IPTU progressivo no tempo; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública; Operações Urbanas Consorciadas; concessão do direito real de uso; concessão de uso especial para fins de moradia; usucapião especial de imóvel urbano; direito de preempção; assistência técnica urbanística, jurídica e social, gratuita; direito de superfície; e transferência do direito de construir.

Ao contrário, o modelo de governo implantado em Valinhos e até hoje em operação produziu um grande esquema de favorecimentos ao mercado imobiliário, a ponto de gerar, segundo dados do Departamento de Água e Esgotos de Valinhos, mais de 10 mil lotes urbanizados e vagos dentro do perímetro urbano no ano de 2006, em sua totalidade para pessoas de alta renda, dentro de condomínios ou loteamentos, que são retidos pelos

empreendedores imobiliários para regulação da oferta frente à procura e, consequentemente, a ampliação do preço do metro quadrado na cidade.

Em agosto de 2015 a atual gestão lançou um plano de consultas à população com vistas à revisão do PDIII, um mês após a notícia de que a Fazenda Fonte Sônia, marco histórico da cidade, teria sido vendida para ser transformada em um loteamento com 1255 lotes residenciais e 14 não residenciais. Um documento foi divulgado, onde o Departamento de Águas e Esgoto de Valinhos certifica, a pedido da empresa proprietária do empreendimento, que o loteamento “será atendido pelos sistemas públicos de abastecimento de água e de coleta, afastamento e tratamento de esgoto”.

Para realizar as consultas o território da cidade foi dividido em oito setores e cada um recebeu uma reunião entre os dias 28/09/15 e 07/10/15, num total de 995 participantes. No entanto, por meio da publicação de uma nota, a EVA denunciou que as reuniões convocadas pela prefeitura com a população não cumpriram as determinações legais conforme Resolução nº 25, de 18 de março de 2005, do Conselho das Cidades.

De qualquer forma, a mera leitura das atas das reuniões, publicadas na página da prefeitura, demonstra que a população não concorda com a ampliação da área urbana sobre a rural, tampouco com a mudança do Plano Diretor para possibilitar o loteamento da Fonte Sônia, além de ser majoritariamente contrária à instalação de novos condomínios e loteamentos fechados no município.

Faz-se necessária a inversão de prioridades no município. A importância desta mudança se evidencia pelo atual quadro de inércia e paralisia social, econômica, cultural e política que o município vive.

A garantia do direito à cidade permitirá um novo ciclo de desenvolvimento que dependerá da implantação de uma nova base de desenvolvimento socioambientalmente justa, culturalmente libertadora e economicamente sustentável, o que temos chamado de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável.

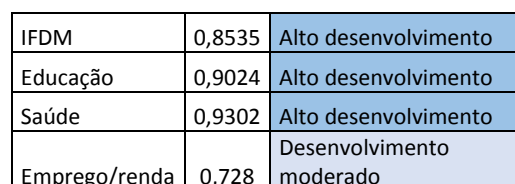
Este desenvolvimento deverá transformar Valinhos em um território de oportunidades para todos os setores e em todos os sentidos, respeitando as características de cada região e resgatando outras, destruídas propositalmente, o que garantirá definitivamente os direitos sociais de forma plena, contrapondo radicalmente o modelo que em quase 20 anos desmontou o Estado, gerou exclusão, ameaças a nossas riquezas naturais e trouxe falta de perspectiva para o povo valinhense.

Desenvolvimento - Avaliação do FIRJAN

“O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) acompanha o desenvolvimento socioeconômico dos mais de cinco mil municípios brasileiros com base nas três áreas fundamentais ao desenvolvimento humano: Educação, Saúde e Emprego&Renda. Criado em 2008, o índice possui periodicidade anual e é calculado exclusivamente com estatísticas públicas oficiais.”

Alto desenvolvimento: resultados superiores a 0,8 pontos	
Desenvolvimento moderado resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos	
Desenvolvimento regular resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos	
Baixo desenvolvimento resultados inferiores a 0,4 pontos	

VALINHOS – SP: (ANO 2013): IFDM 0,8535



O IFDM 2013, Índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) de Desenvolvimento Municipal, por sua vez apresenta os seguintes resultados para Valinhos: Emprego e Renda: 0,7280 Ranking 317º; Educação: 0,9024 ranking 450º e Saúde: 0,9302 ranking 195º. Localizado em 77º lugar com 0,8535, sendo considerado como um município com IFDM entre 0,8 e 1,0 com alto estágio de desenvolvimento.

[illegible]

Emprego e renda vem apresentando instabilidade não conseguindo superar as dificuldades que decorrem e mantém este índice neste patamar.

Obs: Emprego&Renda é a variável que apresenta menor quantidade de municípios com alto desenvolvimento, apenas seis (0,9%) nessa classificação. Além disso, 269 (41,8%) cidades ficaram com desenvolvimento moderado, 306 (47,6%) e Valinhos faz parte desta classificação.

Informações do Município			Evolução do IFDM Geral							
			2010		2011		2012		2013	
Cód. Mun.	Região	Município	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
355610	Sudeste	SP Valentim Gentil	0,7341	939º	0,7906	414º	0,8206	264º	0,7869	573º
355620	Sudeste	SP Valinhos	0,8595	40º	0,8399	101º	0,8455	111º	0,8535	77º
355630	Sudeste	SP Valparaíso	0,6544	2.200º	0,7131	1.379º	0,7191	1.472º	0,7188	1.653º

FIRJAN -2013

RANKING				
IFDM CONSOLIDADO : VALINHOS (2013)				
POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NO RANKING DO IFDM - Consolidado				
Nacional	Estadual	IFDM Consolidado	UF	Município
68º	43º	0.8560	SP	Junqueirópolis
69º	44º	0.8550	SP	Presidente Prudente
70º	45º	0.8548	SP	Olímpia
71º	46º	0.8548	SP	Piracicaba
74º	47º	0.8543	SP	Santa Fé do Sul
77º	48º	0.8535	SP	Valinhos
80º	49º	0.8530	SP	Fernando Prestes

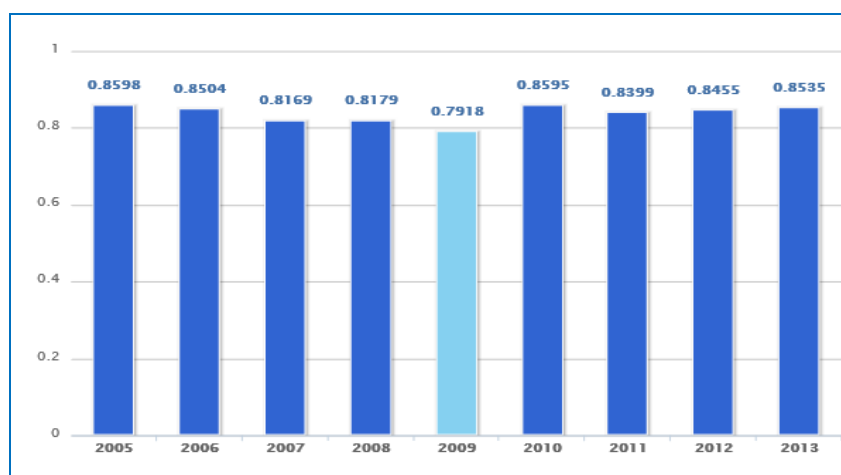
Comparativo com municípios da RMC

Tabela 1: 10 maiores IFDMs do estado em 2013											
Ranking SP		Municípios	IFDM		Var. (%)	Emprego&Renda		Educação		Saúde	
2012	2013		2012	2013		2012	2013	2012	2013	2012	2013
1º	1º	São José do Rio Preto	0,9138	0,9046	-1,0%	0,8051	0,7786	0,9698	0,9747	0,9663	0,9607
7º	2º	Indaiatuba	0,8885	0,9009	1,4%	0,7889	0,8008	0,9503	0,9776	0,9263	0,9244
16º	3º	São Caetano do Sul	0,8771	0,9006	2,7%	0,6963	0,7562	0,9703	0,9783	0,9647	0,9674
3º	4º	Vinhedo	0,9023	0,8994	-0,3%	0,8255	0,7837	0,9502	0,9650	0,9313	0,9495
2º	5º	Votuporanga	0,9035	0,8914	-1,3%	0,7990	0,7828	0,9712	0,9651	0,9402	0,9264
18º	6º	Paraguçu Paulista	0,8766	0,8907	1,6%	0,7602	0,8069	0,9422	0,9662	0,9272	0,8989
5º	7º	Jundiaí	0,8934	0,8892	-0,5%	0,7805	0,7518	0,9554	0,9658	0,9443	0,9501
35º	8º	Santos	0,8638	0,8846	2,4%	0,7268	0,7875	0,9382	0,9402	0,9263	0,9260
4º	9º	Araraquara	0,8978	0,8839	-1,5%	0,7899	0,7491	0,9542	0,9592	0,9492	0,9435
44º	10º	Itupeva	0,8557	0,8823	3,1%	0,8280	0,8396	0,9062	0,9150	0,8329	0,8924

Informações do Município			Evolução do IFDM SAÚDE							
			2010		2011		2012		2013	
Cód. Mun.	Região	Município	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
355580	Sudeste	SP Urânia	0,6302	3.572º	0,7209	2.744º	0,7509	2.557º	0,8305	1.526º
355590	Sudeste	SP Uru	0,6415	3.461º	0,6374	3.694º	0,7675	2.310º	0,8240	1.624º
355600	Sudeste	SP Urupês	0,7073	2.666º	0,7044	2.952º	0,6962	3.294º	0,6955	3.511º
355610	Sudeste	SP Valentim Gentil	0,6803	2.995º	0,8130	1.388º	0,8265	1.394º	0,8215	1.663º
355620	Sudeste	SP Valinhos	0,8849	436º	0,8873	474º	0,9156	303º	0,9302	195º
355630	Sudeste	SP Valparaíso	0,4726	4.842º	0,5392	4.555º	0,6191	4.088º	0,6211	4.290º
355635	Sudeste	SP Vargem	0,9208	184º	0,9305	168º	0,9433	120º	0,9392	138º

Informações do Município				Evolução do IFDM EDUCAÇÃO							
Código	Região	UF	Município	2010		2011		2012		2013	
				Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
355580	Sudeste	SP	Urânia	0,8893	281º	0,8841	396º	0,9120	278º	0,9461	180º
355590	Sudeste	SP	Uru	0,8848	310º	0,9280	147º	0,9515	85º	0,9330	250º
355600	Sudeste	SP	Urupês	0,8612	485º	0,9059	264º	0,9032	328º	0,9584	117º
355610	Sudeste	SP	Valentim Gentil	0,8878	287º	0,9034	275º	0,9031	330º	0,8907	584º
355620	Sudeste	SP	Valinhos	0,8575	514º	0,8844	391º	0,8970	365º	0,9024	450º
355630	Sudeste	SP	Valparaíso	0,8337	721º	0,8715	512º	0,8912	406º	0,8937	534º

Informações do Município				IFDM EMPREGO & RENDA							
Código	Região	UF	Município	2010		2011		2012		2013	
				Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
355610	Sudeste	SP	Valentim Gentil	0,6341	901º	0,6556	769º	0,7321	355º	0,6484	761º
355620	Sudeste	SP	Valinhos	0,8361	49º	0,7478	283º	0,7240	395º	0,7280	317º
355630	Sudeste	SP	Valparaíso	0,6568	770º	0,7287	369º	0,6470	838º	0,6416	807º



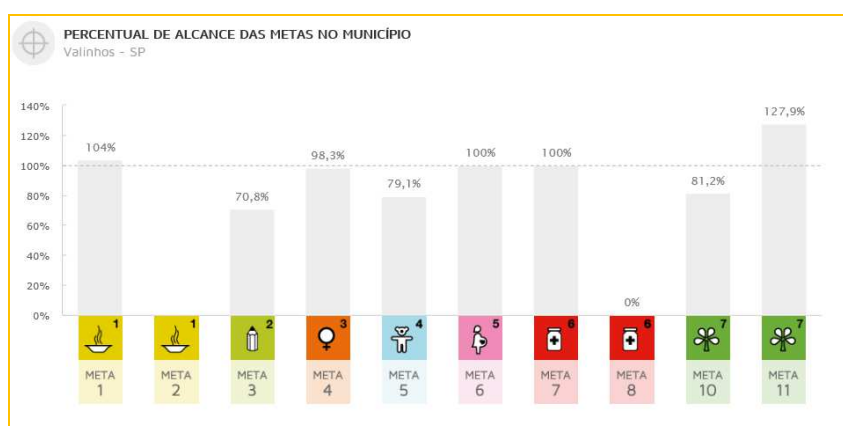
FIRJAN -2013

Segundo análise apresentada pelos estudos do FIRJAN “Como resultado, os municípios brasileiros tendem a ficar à mercê da conjuntura econômica, com menos recursos não só para expandir como, principalmente, para manter programas sociais que viabilizaram o avanço dos componentes estruturais do IFDM – Educação e Saúde – até então. Fato é que os desafios mais complexos persistem e não foram solucionados em tempos de pujança econômica. Assim, diante do atual cenário, é possível afirmar que a conjuntura econômica negativa observada no Brasil nos últimos dois anos (e cujas projeções de mercado não apontam para recuperação) coloque em xeque a continuidade das conquistas sociais observadas em passado recente, comprometendo o desenvolvimento do país nos próximos anos.”

Empregos formais / homens e mulheres						
		Empregos Formais	Empregos Formais de Homens	Percentual	Empregos Formais de Mulheres	Percentual
Valinhos	2011	43.313	26.640	61,5	16.673	38,49
Valinhos	2012	42.186	25.673	60,85	16.513	39,14
Valinhos	2013	42.746	25.330	59,25	17.416	40,74
Valinhos	2014	43.169	25.133	58,22	18.036	41,77

SEADE 2011/2014

Avaliação das Metas do Milênio



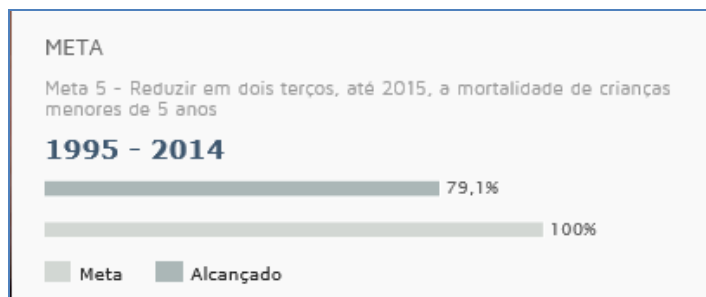
Cumprimento das Metas do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio

Meta 1 - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza. O município **cumpriu essas metas estando no limite**, ainda temos uma parcela significativa da população que requer cuidados, segundo o Boletim do Ministério de Desenvolvimento social e Combate à Fome.

Meta 2 - Reduzir pela metade a população que passa fome: até 2015 **não cumprida**.

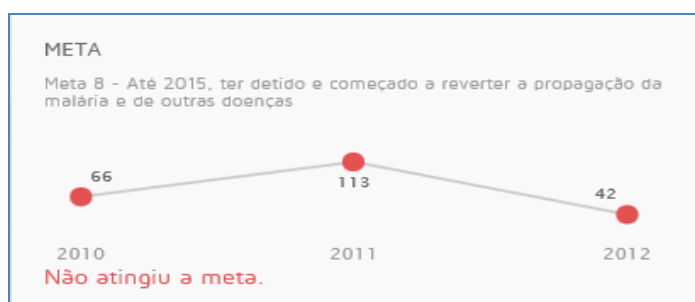


Meta 3 não cumprida – Garantir que, até 2015, todas as crianças terminem o ensino fundamental.



Meta 5 – não cumprida: Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

Em 2012 a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos era de 6,7 óbitos a cada 1000 vivos; em 2013 passou para 8,7 óbitos, e em 2014, últimos dados liberados, passou para 7,8 óbitos. Comparativamente o município não só não atingiu a meta tendo cumprido apenas 79,1% como piorou, já que recebeu o município com uma taxa de 6,7.



Meta 8 – Não cumprida: até 2015, ter detido e revertido a propagação da malária e de outras doenças.

Para a meta ser alcançada, considera-se ter diminuído ou mantido constante o número de casos de doenças transmissíveis por mosquito nos três últimos anos.

Gestão Participativa

Participação Cidadã

Entendemos que mesmo o Governo tendo capacidade e acúmulo técnico e político para formular as políticas públicas, a implementação destas terá maior legitimidade se a sociedade for incorporada no processo. Reconhecemos que esta, não só tem direito de participar e assumir ativamente a construção delas, como também o seu desenvolvimento. A presença, portanto da sociedade além de legitimar, propicia a sua transformação tornando-a protagonista. Desta forma, além de ser ético e politicamente justo, passa a favorecer a implementação do Programa de Governo.

Esta proposta requer uma pedagogia de participação cidadã onde se possibilite o efetivo exercício da democracia e da cidadania ativa no fortalecimento das esferas públicas e na construção de uma nova cultura política que deverá capacitar as pessoas e as comunidades a exercerem a cidadania, com direitos e responsabilidades.

No atual governo, as camadas populares não têm voz, nem vez. Mas nós vamos trabalhar para alterar esse quadro, pois nosso compromisso é realizar uma administração transparente, eficiente e democrática, capaz de incorporar efetivamente a participação

dos cidadãos, permitindo maior controle social sobre a prestação do serviço público e as ações realizadas.

Por isto é importante investir na ampliação dos espaços de participação cidadã respeitando sempre a independência dos movimentos sociais, pois a sociedade se reconhece naquilo que ajudou a construir.

Modernização Administrativa

Apresentamos como proposta a construção de um modelo de gestão pública, sustentado no princípio fundamental que pressupõe a necessidade de um gerenciamento eficiente, que modifique a relação entre o Estado e a sociedade, focado na importância da participação desta no processo decisório da implementação das políticas públicas que atendam a realidade do município. Redimensionar-se-á e ampliando-a, desta forma, sua capacidade gerencial.

Neste modelo de gerenciamento a sociedade passa a resgatar a sua participação cidadã no controle e monitoramento da coisa pública, construindo-se uma nova cultura de corresponsabilidade que favoreça atingir o cumprimento de planos e metas, apresentadas pelo governo.

Propomos, ainda, um gerenciamento flexível, articulado e intersetorial na elaboração e execução das políticas públicas, pensando sua coordenação e sua execução de forma integrada e articulada entre os planos e programas (Matricialidade).

Esta nova forma de gerenciamento requer que a máquina administrativa e seus agentes públicos (servidores) sejam incluídos no processo de reconstrução, para estabelecermos numa ação conjunta novas formas e rotinas de trabalho, desenvolvimento, avaliação e valorização de competências destes servidores, e daqueles que trabalham e inovam, bem como, de todos os executores e operadores de políticas públicas.

Desta forma, o servidor deve ser motivado a partilhar da construção de um novo projeto ousado, corajoso, consequente e responsável, que promova o aprimoramento da máquina pública. Sem a cooperação e colaboração destes trabalhadores, dificilmente será possível a prestação de um serviço eficiente e de qualidade à população. Assim sendo, o gerenciamento será pautado no respeito, diálogo e negociação, associados à franqueza, transparência, seriedade e lisura, pois, somente assim será possível fazer dos servidores públicos nossos parceiros nesta proposta e colocar a administração municipal verdadeiramente a serviço da sociedade.

Reorganização Política Administrativa

A administração pública em Valinhos parou no tempo, o atual organograma de secretarias não responde as necessidades contemporâneas. Como exemplo, podemos citar a Secretaria da Assistência Social e Habitação, que possui apenas uma diretoria e

uma assistente social na área habitacional. Não é por outro motivo que o governo municipal não conseguiu produzir uma única habitação para famílias da faixa 1 nestes últimos oito anos. Salvo o que foi herdado quando assumiram o poder, nada mais foi realizado, mesmo com programas como PAC I e II, MCMV e chamadas para projetos do FNHIS.

Como esse, vários outros exemplos podem ser dados, porém o que pretendemos é apresentar soluções que possibilitarão a reorganização da máquina pública tornando-a eficiente e capacitada para atender às demandas da população valinhense.

Propostas

- ✓ Criação do IPUMHV – Instituto de Planejamento Urbano, Mobilidade e Habitação de Valinhos, que absorveria as Secretarias de Planejamento, Habitação, Trânsito e Transporte. Essa nova estrutura será responsável por desenvolver planos e projetos, captar recursos. A fiscalização e a execução das obras ficarão a cargo da CDUV – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Valinhos, braço executor do Instituto, que responderá pelos processos licitatórios, obras e pós-obras, sendo totalmente independente da Secretaria de Obras, que continuará gestora das obras de equipamentos públicos.
- ✓ O DAEV – Departamento de Água e Esgoto de Valinhos terá seu papel ampliado, unindo-se a Secretaria de Meio Ambiente e transformando-se na ASAV – Agência de Saneamento Ambiental de Valinhos, englobando a política de abastecimento e tratamento de água e esgoto, de resíduos sólidos (usina de inertes, compostagem, reciclagem, etc), educação ambiental, proteção e recuperação de mananciais e demais ações conforme disposto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
- ✓ Conforme disposto pela ANEEL o município deverá assumir o controle dos ativos da CPFL, que opera o Sistema de Energia Elétrica. Há duas possibilidades, realizar uma concessão ou assumir o gerenciamento. Nós temos o entendimento de que o serviço prestado pela CPFL para analisar projetos, realizar novas ligações e manutenção da rede, ficam aquém da expectativa da população valinhense, pois se trata de uma grande Companhia que atende vários municípios ao mesmo tempo, e com o crescimento da RMC será cada vez mais necessário respostas dinâmicas aos problemas de ordem energética. Desta forma criaremos a Secretaria de Energia Elétrica, que será responsável pela política, instituição, monitoramento e aprovação de expansões da rede do setor e para o controle e operação do Sistema Municipal de Energia Elétrica oferecendo rapidez e qualidade no serviço de manutenção da rede. Para tanto, será criada a CEEV – Companhia de Energia Elétrica de Valinhos, braço executor da Secretaria.
- ✓ Implantação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) dos servidores públicos concursados após à reestruturação administrativa, que reduzirá o número de secretarias e cargos comissionados, possibilitando a adequação da estrutura, gerando economia e abrindo espaço para o aumento de vencimentos dos servidores municipais.

Gestão em Direitos Humanos

Políticas Públicas ao Alcance de Todos

Parte-se, inicialmente, da compreensão do que seja Gestão Pública. Para o povo é ter garantido o acesso aos serviços públicos de que necessita. A Gestão Pública, entretanto, é bem mais ampla, trata da administração da coisa pública que é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade, em prol do bem comum, ou seja, que pertence a uma coletividade, significando, ainda, a realização do que é melhor para todos, estando, portanto, subordinada à ética e à moral, uma vez que a ausência destes princípios conduz à tomada de decisões que ferem o conceito de bem comum, prevalecendo por vezes os direitos individuais sobre os direitos coletivos.

Vamos trabalhar na administração com bases éticas, lembrando que não pode ser limitada na distinção de bem ou mal. Não se deve visar apenas esses dois aspectos, adicionando a ideia de que o fim é e sempre será o bem comum. A legalidade e finalidade devem andar juntas na conduta de qualquer servidor público para o alcance da moralidade.

Desta forma, ao nos referirmos sobre Gestão Pública, fala-se também das atitudes do gestor e de seus colaboradores, uma vez que refletem a missão que a organização tem, ou seja, os referenciais e concepções que a sustentam, definida por valores. A missão, desta forma, passa a ser a finalidade da existência de uma organização, aquilo que dá direção e significado a esta, conseqüentemente, está ligada diretamente aos seus objetivos institucionais e aos motivos pelos quais foi criada, na medida que representa a sua razão de ser, o porquê, o para quê e para quem ela direciona sua ação refletindo os seus princípios e valores.

Como primeiro ponto a ser destacado no campo dos Direitos Humanos, fica evidente a importância destes na transversalidade do desenvolvimento das políticas públicas sendo, portanto, necessário que os gestores e seus colaboradores se apropriem destes conceitos para garantir a sua aplicabilidade. Dentro deste prisma, deverá ser incluída, pela sua importância, a formação tanto dos gestores, quanto de seus colaboradores no conhecimento e aplicabilidade dos Direitos Humanos na Gestão Pública.

Segundo Gelson Amaro de Souza, os direitos humanos estão entre os chamados super direitos, visto que devem ser respeitados e acolhidos, mesmo que não previstos expressamente na lei positiva. Representam princípios de ordem pública e, por isso, estão acima da lei e devem ser praticados mesmo sem esta. (Supremacia dos Direitos Humanos, p.10).

Ainda, dentro desta proposta que o gestor público deve ter como valor principal, a garantia dos direitos de toda a coletividade, dentro do respeito ao princípio da universalidade, principalmente porque a missão da gestão pública é orientada no princípio da igualdade e tendo em vista a garantia da equidade.

Ou seja, o respeito e o cumprimento dos Direitos Humanos na gestão pública assumem um caráter de obrigatoriedade da qual o gestor não fica isento de cumprir; qualquer governante que se intitula democrático e cumpridor da Constituição Federal, não poderá ignorar este fato.

Ao refletir-se sobre políticas públicas na transversalidade dos Direitos Humanos, diferencia-se a gestão dentro de uma visão de política de Estado ao invés de política de Governo.

O Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 será o norteador de todas as ações no que tange à gestão pública de forma transversal e intersecretarial, fortalecendo os princípios da indivisibilidade e a interdependência dos direitos, como um instrumento de grande valor na definição e identificação de políticas públicas que vão ao encontro da superação e eliminação de todas as formas de violência, nos diferentes campos da Gestão e ações das Políticas Públicas.

Pretende-se ainda visar ações que atendam as expectativas de um público, no caso, o munícipe, propiciando a promoção de sua cidadania e no respeito ao cumprimento dos Direitos Humanos. Assim sendo, a missão, a visão e os valores da organização passam a representar a essência do que ela é, bem como do que ela almeja ser, norteada por seus valores.

Desta forma, ao falarmos em gestão pública em direitos humanos, temos em mente as conceituações que norteiam os Direitos Humanos, alinhando o desenvolvimento e execução das políticas públicas dentro destes, passando a tratar os Direitos Humanos como política de Estado e abraçando a ideia fundamental da humanização dos serviços no município e a afirmação dos direitos.

Destaca-se que no Programa de Governo (2012) do atual gestor, no item Direitos Humanos e Cultura da Paz, aparece a proposta do “Programa de Cidadania e Direitos Humanos”, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e mesmo não sendo o lugar ideal para o desenvolvimento desta política, já que esta requer status de secretaria pela sua amplitude e importância, este programa não aparece na estrutura da Secretaria e até o presente momento essa iniciativa não foi realizada.

Por fim, nossa proposta reforça a importância do respeito ao princípio da equidade na elaboração do Plano Plurianual (PPA), como instrumento de garantia de priorização orçamentária dos programas sociais.

Propostas

- ✓ Criação da Secretaria de Direitos Humanos;
- ✓ Implantação do Conselho Municipal de Direitos Humanos;

- ✓ Estabelecer uma agenda sistemática entre os diferentes conselhos de políticas públicas, propondo o intercâmbio mútuo e integração recíproca entre vários conselhos de Direitos: da Mulher, da Pessoa com Deficiência, do Idoso etc.;
- ✓ Articular a transversalidade de dialogar com estruturas setoriais propondo a superação da fragmentação das políticas públicas;
- ✓ Apoiar, propor e incentivar campanhas em conjunto com temas transversais entre os Conselhos;
- ✓ Estimular o trabalho em rede com organizações ligadas à defesa dos direitos humanos;
- ✓ Propor projetos de formação e capacitação sobre Educação em Direitos Humanos para gestores, professores, servidores e membros da comunidade local;
- ✓ Propor a criação de um setor específico de livros, periódicos e contos em direitos humanos no acervo das bibliotecas das unidades educacionais;
- ✓ Elaborar diagnóstico das violações aos direitos humanos na cidade (Atlas Municipal dos Direitos Humanos);
- ✓ Elaborar de forma participativa o Plano Municipal Integrado de Direitos Humanos;
- ✓ Articular a nível de Estado a Implantação de Varas específicas da Infância e Juventude em municípios com mais de 100 mil habitantes, conforme provimento 36 do CNJ;
- ✓ Articulação da Ampliação do prédio do Fórum com para que haja aaras especializadas (Cível, Criminal, Infância e Juventude, Família e Sucessões).

Autonomia dos Conselhos de Direitos e as Políticas Setoriais

Os conselhos integram a estrutura básica do Poder Executivo, da secretaria ou órgão da área social, possuindo finalidade vinculada a estes órgãos, mas criam estruturas jurídicas próprias, tendo composição e organização fixadas em legislação específica. E, para atender aos preceitos constitucionais, é fundamental garantir a autonomia política. Os conselhos são, portanto, órgãos estatais especiais, ou mais amplamente, “espaços públicos institucionais”.

Entretanto, na atual gestão, os Conselhos vêm sendo alvo de ingerência por parte do Executivo e suas autonomias vêm sendo prejudicadas pela ação direta deste.

Devem ser encarados os obstáculos que prejudicam a efetiva participação e atuação da cidadania responsável em tais órgãos. O primeiro resulta da própria consciência cívica da população que após séculos de tradição autoritária ainda não tem uma cultura desenvolvida nesse sentido, e isto não se faz instantaneamente. Por outro lado, não se pode deixar de apontar que isso também é fruto de um total

desconhecimento que os gestores e os representantes da sociedade civil têm do que é um Conselho de Direitos e suas funções e atribuições.

Propostas

- ✓ Regatar a estrutura de apoio aos Conselhos de Direitos no espaço da Casa dos Conselhos tanto no nível de pessoal quanto de equipamentos;
- ✓ Possibilitar cursos de formação aos Conselheiros de Direito dentro de suas especificidades das diferentes políticas públicas;
- ✓ Designar rubrica orçamentária que dê suporte às ações dos Conselhos compatíveis às suas funções;
- ✓ Indicar servidores públicos que sejam prioritariamente de carreira para representar o governo na constituição do conselho com poder de decisão;
- ✓ Promover ampla divulgação dos processos eletivos da sociedade civil;
- ✓ Rever as leis que constituem os Conselhos de Direito, à luz das alterações já existentes nas leis federais e convenções internacionais.

Agendas Transversais

Criança e Adolescente

Na projeção apresentada pelo SEADE o município tem aproximadamente 9.327 crianças de 0 a 6 anos completos (dados de 2016) e é sobre este referencial que devemos pensar nas políticas públicas para todos.

As crianças são a prioridade absoluta na Constituição Federal (art. 227) e no ECA. Na prática, isto não é observado na maioria dos municípios brasileiros e no nosso município esta realidade não difere dos demais. Os índices de IPPI que refletem a capacidade dos municípios do Estado de São Paulo de promoverem o desenvolvimento infantil por meio do acesso aos serviços de saúde e educação voltados às crianças menores de seis anos colocam o Município no grupo 3 (médio baixo) em função da carência de cobertura (vagas), matrículas em creche em relação à população de 0 a 3 anos e matrículas em pré-escola em relação à população de 4 e 5 anos, além de apontar carência no número médio de profissionais, por turma nas creches da rede pública e conveniada e número médio de docentes com ensino superior para cada 26 crianças, em creches nas redes pública e conveniadas.

Desta forma, construir uma visão de futuro sobre a situação desejada para as crianças e os adolescentes requer, que além dos cidadãos se mobilizarem, os diferentes setores organizados da sociedade, estimulados pela corresponsabilidade, contribuam na superação de situações problemáticas, visando sempre o interesse maior da criança e do

adolescente, sendo esse um dos princípios estabelecidos pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança e ratificados pelo Brasil.

Segundo o Plano Nacional da Primeira Infância, priorizar a infância, no conjunto de muitas outras demandas, é uma estratégia inteligente para obter ganhos sociais e econômicos superiores aos gerados por qualquer outro investimento. A infância constitui uma etapa da vida com sentido e conteúdos próprios.

Constatou-se que o município não atingiu a meta 5 do “ODM” – Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.

Em 2012 a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos era de 6,7 óbitos a cada 1000 vivos, em 2013 passou para 8,7 óbitos e em 2014, últimos dados liberados, passou para 7,8 óbitos. Comparativamente o município não só não atingiu a meta tendo cumprido apenas 79,1%, como piorou, já que recebeu o município com uma taxa de 6,7 óbitos.

O município desenvolvia um programa “Recriança” direcionado a crianças de 06 anos a 11 anos e 11 meses em algumas macrorregiões, atendendo no contra turno num total de 170 crianças, com demanda reprimida não contabilizada, neste levantamento nos bairros: Bom Retiro (M), Parque das Colinas (M e T), Vila Santana (M e T), Vila Progresso (M), São Bento (M e T), Jardim Universo (M) e Jurema (M e T). Entretanto, em 2015 foram desativados três equipamentos em função da reorganização do SUAS, passando a se denominar “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, deixando de atender (Jurema, J. Universo e Vila Progresso), conveniando este serviço às entidades, dando cobertura nos bairros Jardim São Marcos, Jardim América II e Parque das Colinas, com um total de 180 vagas.

Destacamos que a proposta constante do plano de governo do atual gestor (“**Cemoa e do PET e do Recriança**”, iremos trabalhar para a ampliação desses programas levando-os para bairros que ainda não disponham deles”) não foi portanto concretizada.

Há uma demanda para a faixa de 4 a 5 anos e 11 meses em função da alteração da LDB, que não atende a criança em período integral, não tendo nenhuma entidade que desenvolva este Programa no contra turno da educação.

A princípio trata-se de uma solução técnica, entretanto, identifica-se falta de decisão política e participação social para enfrentá-los.

Segundo informações do CMDCA, das situações atendidas pelo Conselho Tutelar, a maior demanda se refere a falta de vagas em creche, o que leva as famílias a procurar atendimento do Conselho Tutelar e do Ministério Público.

O CMDCA no relatório do Plano Municipal 2016-2017 (s/numeração) relata que:

“A Secretaria de Saúde do Município não conseguiu fornecer as informações de atendimentos dos seus Serviços. Foi-nos informado que faltam sistemas e profissionais

para fazer a condensação dos dados. Sendo as informações não disponibilizadas, não há a possibilidade de uma análise propositiva das questões da área de saúde que envolve a criança e o adolescente, o que é bastante preocupante.”

“Fica-nos a reflexão sobre qual a forma que a Secretaria organiza os serviços para atendimento das crianças e adolescentes no nosso município se não se sabe a real demanda, o que pode prejudicar o acesso da população aos serviços necessários as suas necessidades.”

Ainda com base em dados de 2014 (informações na Delegacia da Mulher) o número de agressões contra crianças foi de 15 meninos e 21 meninas.

Masculino	Absolutos	%	Feminino	Absolutos	%
Criança	15	32,58	Criança	21	27,23
Adolescente	31	67,35	Adolescente	52	67,51
	46	99,93		73	94,74

Obs.: Tanto em crianças quanto em adolescentes o número de agressões é sempre maior e o serviço que era realizado por uma entidade conveniada, deixou de ser feito. Não se tem informações da situação da demanda, que ficou sob a responsabilidade da Secretaria da Saúde.

Faz-se portanto necessário:³

“Políticas, Planos e Programas setoriais, decenais ou de menor duração, em diversas áreas;

Recursos financeiros com destinação específica para a criança (porém definidos a partir das disponibilidades e não das necessidades);

Programas focados em direitos específicos, mas de cobertura além da necessidade e descontínuos;

Arcabouço jurídico bem constituído;

Articular as políticas, os planos e os programas (visão integral da criança);

Complementar objetivos e metas nos Planos e preencher lacunas;

Dar a prioridade efetiva aos direitos da criança e colocá-la como tema da política, da economia e do desenvolvimento social;

Exigir diretrizes e metas nas LDO;

Demandar recursos nos PPA;

Contribuir para uma nova consciência política sobre a criança.”

Propostas

- ✓ Articular a elaboração do Plano pela Primeira Infância Municipal, bem como sua implantação com os Conselhos de Direito;
- ✓ Ampliação quantitativa de unidades que atendam Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- ✓ Combate ao trabalho infantil;

³ Propostas do Plano pela Primeira Infância.

- ✓ Atendimento das crianças de 4 e 5 anos no período em que não estão inseridas no ensino regular;
- ✓ Implantação do serviço de abordagem de rua para crianças e adolescentes, já definido e aprovado pelo CMDCA;
- ✓ Ampliação do número de vagas para atendimento a crianças de 0 a 4 anos - ensino regular;
- ✓ Focalizar esforços de promoção do desenvolvimento integral das crianças em áreas de extrema pobreza.

Os adolescentes hoje em nosso município, considerando a taxa de crescimento de 1,85% aplicada a população de 9.345 de 2010 equivale a 173 adolescentes, desta forma a projeção passa para 9.518 adolescentes em 2016, passando este número a ser nosso universo de estudo.

Idades						Total	%
			15 anos	16 anos	17 anos	Ano 2010	população de 12 a 17 anos e 11 meses
12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	9.345	8,75%
1.551	1.399	1.630	1.590	1.622	1.553		

A meta 3 não foi cumprida – Garantir que, até 2015 todas as crianças terminem o ensino fundamental. O município não atingiu 100%, faltando 30% para cumprir a meta, o que sugere que temos um número considerável de adolescentes que abandonam o ensino.

Dados do Conselho Tutelar registram denúncias de vagas para ensino fundamental de 1º ao 5º e do 6º ao 9º, resultando em um único número de 508 solicitações. As Macrorregiões que requereram em maior quantidade as vagas foram I, IV, VI e VII.

Ainda, com base em dados de 2014 (informações da Delegacia da Mulher) o número de agressões contra adolescentes foram 31 masculinos e 52 femininos, num total de 83 casos, sendo o dobro do que em crianças.

Segundo Plano de Ação do CMDCA, existem no município 43 (quarenta e três) adolescentes atendidos pelo Serviço de Medidas Sócio Educativas, apenas no período de janeiro a junho de 2015. Vale ressaltar, que em alguns casos um único adolescente possui mais de um processo a ser executado, o que aumenta para 215 o número dos processos.

Propostas

- ✓ Estabelecer mecanismos educacionais que possibilitem que todas as crianças/adolescentes terminem o ensino fundamental;
- ✓ Implantação de grêmios estudantis até o final de 2018 em no mínimo 15 escolas, com efetivo protagonismo dos estudantes;

- ✓ Criação da Semana do Adolescente;
- ✓ Ampliar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, em especial para a idade de 16 a 18 anos;
- ✓ Considerando o número expressivo de adolescentes cumprindo as MSE, se faz necessário a Implantação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – Diretrizes e Eixos Operativos.

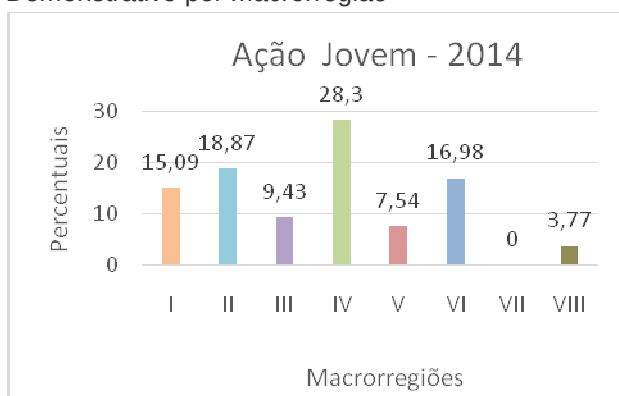
Obs.: propostas extraídas do Plano CMDCA 2016-17

Juventude

Conforme constatamos, o município tem um número expressivo de jovens, por volta de 27.342, ou seja, 22,98 % da população são jovens entre 15 e 29 anos⁴, que requerem políticas públicas próprias em todos os campos, e para tanto se faz necessário que eles possam expressar suas opiniões, apontem suas necessidades dando sugestões e fazendo propostas em assembleias específicas.

O município desenvolve um programa de transferência de renda, com objetivo de estimular a conclusão da educação básica e preparar o jovem para o mercado de trabalho, atendendo estudantes entre 15 a 24 anos, com prioridade para aqueles com renda familiar de até 1/4 (um quarto) do salário mínimo por pessoa, com frequência escolar mínima de 75%. Este programa é do Estado de São Paulo e devemos destacar que em 2014 tínhamos inscritos 53 adolescentes, recebendo o valor de R\$ 80,00 por jovem/mês. Estimamos que em função do fechamento pelo Estado de novas inscrições, tenhamos hoje mais ou menos 30 jovens dentro do programa.

Demonstrativo por macrorregião



Ação Jovem		
MR	Perc.	Nº Absol.
I	15,09	8
II	18,87	10
III	9,43	5
IV	28,3	15
V	7,54	4
VI	16,98	9
VII	0	0
VIII	3,77	2
	99,98	53

Observa-se que o maior percentual de inscrições são das macrorregiões I, II, IV e VI.

⁴Art. 1º Lei § 2º - Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente Lei nº 12.852 de agosto de 2013.

A política da Juventude seguirá o que dispõe a Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, devendo reconhecer seu papel na sociedade, promovendo o seu empoderamento. O desenvolvimento da política será regida pelos seguintes princípios:

- o “Promoção da autonomia e emancipação dos jovens;*
- o valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;*
- o promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;*
- o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;*
- o promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;*
- o respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;*
- o promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;*
- o valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações”.*

Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- a. “Desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações, incentivando a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;*
- b. ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;*
- c. proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental;*
- d. garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;*
- e. promover o território como espaço de integração;*
- f. fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude;*
- g. estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;*
- h. garantir a integração das políticas de juventude com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública; e*
- i. zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto.”*

Propostas

- ✓ Implantar e implementar o Conselho Municipal da Juventude.⁵
- ✓ Elaborar o Plano Municipal de Juventude, que definirá em consonância com o Estatuto da Juventude as diretrizes para as políticas públicas a serem desenvolvidas no Município;
- ✓ Construir o Mapa da Juventude da cidade para compor um diagnóstico sobre a situação dos jovens do município e entender os principais aspectos de vulnerabilidade e demanda juvenil;
- ✓ Incentivar a livre associação dos jovens;
- ✓ Implementar um programa de abordagem ao jovem em uso de drogas para encaminhá-lo aos programas como forma de substituição aos tratamentos em locais fechados (atividades de interesse dos jovens);
- ✓ Criar um amplo Plano de Qualificação Profissional para a juventude que aumente o acesso ao ensino superior e técnico de qualidade, assegurando capacitação e encaminhando para o emprego;
- ✓ Criar mais espaços públicos de integração e articulação dos jovens;
- ✓ Implementar programas que articulem políticas de transferência de renda, formação profissional e acesso a políticas públicas de cultura, esporte e lazer;
- ✓ Retomada do Programa de Saúde da Juventude que priorize a saúde preventiva, reduza acidentes e violências e capacite recursos humanos para o trabalho com a juventude;
- ✓ Fortalecer as políticas de segurança que incorporem as especificidades da juventude na prevenção, na interação com os operadores de segurança pública e no combate qualificado à violência, garantindo ao jovem o seu desenvolvimento saudável e seguro;
- ✓ Garantir na política cultural o acesso e a produção de bens culturais, por meio do financiamento direto aos jovens, na construção descentralizada de equipamentos públicos de difusão cultural (cinemas e teatros públicos, centros culturais e bibliotecas).

Igualdade de Gênero

A mulher no município de Valinhos representa hoje 50,79% da população, ou seja, elas são a maioria (somam 60.416), entretanto, percebe-se que não lhes é dada a devida importância que merecem.

Temos observado que ao contrário do que foi preconizado pelo atual gestor, a política da mulher no município vem sofrendo perdas em diversos pontos, principalmente com a retirada da questão de gênero do plano decenal da educação. As desigualdades de gênero existem e estas se materializam no cotidiano. Entende-se que tudo isto é reflexo

⁵Sem prejuízo das atribuições do órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude e dos conselhos de juventude com relação aos direitos previstos neste Estatuto, cabe ao órgão governamental de gestão e aos conselhos dos direitos da criança e do adolescente a interlocução institucional com adolescentes de idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos. Parágrafo único do art. 6º da Lei 12.852.

de não se ter em determinados momentos alguém que pense **com** as mulheres e não **para** as mulheres.

É um equívoco tratar as políticas públicas de forma fragmentada. A intersetorialidade é uma característica necessária ao processo de sua implementação e para isto é necessário que seja construído um modelo moderno, progressista e que de fato reflita a democracia brasileira.

Não podemos falar em democracia enquanto houver nas relações sociais a desigualdade entre os homens e as mulheres. Os sistemas políticos Nacional, Estadual e Municipal estão fortemente arraigado a valores predominantemente masculinos. Assim, a participação no espaço decisório do poder fica cada vez mais restrito e a presença da mulher acaba sendo quase que nula, como é a realidade de nosso município, que não tem representatividade da mulher no Legislativo. Consequentemente, a Câmara não assumiu projetos para elas. Nosso maior desafio é definir e traçar estratégias de forma a garantir a efetivação de políticas de igualdade para as mulheres.

Houve de fato aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, porém a equiparação salarial dentro da mesma função ainda não aconteceu. Faz-se necessário identificar as inúmeras dificuldades que rodeiam seu cotidiano, obstáculos estes que interferem, inclusive, na sua vida pessoal.

Enquanto permanecerem as desigualdades, principalmente as econômicas, as mulheres estarão incapacitadas de reagir, submetendo-se e aceitando salários mais baixos, piorando sua qualidade de vida e sua autonomia. Em Valinhos, dos 43.169 empregos, 25.133 são masculinos, o que representa 58,22%, enquanto que 18.036 são femininos, equivalendo a 41,77%. (SEADE – 2014).

Um outro ponto extremamente grave é a questão da violência sexual contra a mulher que em nosso município se apresenta com o maior índice da Macrorregião de Campinas. No primeiro semestre de 2016 foram registradas 15 vítimas de estupro (SSP - SP). Dos dados coletados da Delegacia da Mulher em 2013 tínhamos os seguintes indicadores:

Tipos de Violência por Faixa Etária 2013							
		Números Absolutos					
Legenda	Faixa Etária	Ameaça	Ag. Fis	Ag. Verb	Assédio	Bullying	Estupro
1	18-24	7	15	12	4	1 injúria	0
2	24-45	44	27	36	6	10	3
3	45-60	11	8	11	1	1	1
4	60 anos e mais	4	3	10	1	1	0
	Total	66	53	69	12	13	4

Como se já não bastassem esses entraves, em Valinhos a Coordenadoria da Mulher foi desativada, mal teve início o mandato do atual gestor, jogando ao léu vários anos de luta e conquistas das mulheres. Os prejuízos desta atitude começam a ser sentidos. Há, ainda, um nítido descompromisso do gestor com a causa, tanto é que tem ingerido no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, ferindo sua autonomia e poder de

decisão quanto às políticas públicas, inclusive reduzindo significativamente a verba do Fundo.

Diante disto propõe-se que o Programa de Governo Municipal tenha um caráter flexível que propicie sua alteração e adequação durante o processo de seu desenvolvimento orientando-se pelos seguintes princípios:

- ✓ Igualdade - incidindo sobre as desigualdades sociais em todos os âmbitos;
- ✓ Respeito à diversidade – no combate a todas as formas de discriminação com medidas efetivas para tratar as desigualdades em suas especificidades;
- ✓ Da equidade - estabelecendo desigualmente os desiguais, buscando-se a justiça social. Requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres;
- ✓ Da autonomia das mulheres - como princípio gerador das políticas e ações do poder público que são propostas para a sociedade;
- ✓ Da universalidade - que exige justiça e transparência das políticas e serviços ofertados pelo governo;
- ✓ Da participação ativa das mulheres no diagnóstico da realidade social, na formulação das políticas, bem como na sua implementação e controle social;
- ✓ Da justiça social – implica no reconhecimento da necessidade de redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade e na busca de superação da desigualdade social, que atinge as mulheres de maneira significativa, “a feminilização da pobreza”.

Propostas

- ✓ Políticas que tratem das especificidades (lésbicas, mulheres negras, do campo, e das mulheres com deficiência).
- ✓ Articular junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo a viabilidade da criação do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar.
- ✓ Reativar a Coordenadoria da Mulher, vinculando-a ao Gabinete do Prefeito.
- ✓ Realização de um diagnóstico que auxilie apontar e consolidar as políticas públicas para as mulheres, com a formação e articulação da Rede.

Idoso

Com a criação de novas tecnologias e o avanço da medicina a vida das pessoas foi adquirindo um novo referencial. Enquanto que no século passado tinha-se uma perspectiva de vida que girava em torno dos 40 ou 45 anos, hoje isto é considerado com apenas um novo ciclo de vida, estendendo esta linha de tempo para os 70 ou 80 anos. A

expectativa de vida ao nascer em nosso município está hoje em torno de 76 anos. Temos no nosso município hoje 16.838 idosos na faixa de 60 anos a mais de 70, o que representa 14,14 % da população Valinhense.

Estas conquistas trouxeram consigo outras preocupações como consequência da longevidade e requer que repensemos novos padrões de conduta e novos caminhos, principalmente no que se refere a dependência e a autonomia das pessoas idosas, uma vez que a sociedade não está preparada para essa nova realidade.

Estas adequações perpassam por diferentes campos da sociedade que vão desde a previsão financeira, agora estendida para mais tempo, exigindo de forma compensatória aposentadorias complementares e se estendendo ao cuidar de determinadas dificuldades, tais como de mobilidade, de comunicação, de demência etc. que surgem com o passar dos anos.

Segundo Wilson Jacob Filho, médico e diretor do Serviço de Geriatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo:

“Não só é possível, como hoje é nosso objetivo encontrar os caminhos que levam ao envelhecimento saudável. Na verdade, ele é produto de várias ações que culminam com a expectativa de vida alongada, mas em condições de exercer todos os papéis que o indivíduo exercia ou gostaria de exercer dentro da sociedade. O envelhecimento saudável impõe não só boa condição física e mental, como também a inclusão social que permite desempenhar tais funções”.

O fato de termos maior longevidade criou a necessidade de pensarmos numa política pública que supra alguns destes aspectos aqui mencionados e que garanta e propicie qualidade de vida para todos (as).

Entendemos que pensar numa política pública requer que partamos de parâmetros da nossa realidade local, bem como da cultura e seus padrões de vida, sua situação econômica etc. Toda proposta de política pública deve ser construída dentro de uma visão multiprofissional e intersetorial, permitindo considerar o cidadão na sua totalidade, nas suas necessidades individuais e coletivas, demonstrando que ações resolutivas em saúde requerem, necessariamente, parcerias com outros setores, ou seja, numa visão do indivíduo de forma integral. A intersetorialidade remete também ao conceito de rede, cuja prática requer que sejam feitas articulações e ações complementares entre parceiros.

É importante identificar todas as iniciativas correlatas à saúde que são desenvolvidas no Município, construindo-se um cronograma de trabalho integrado entre os diferentes setores.

Assim, podemos distinguir três linhas de cuidado ao idoso:

- a) Os que estão em processo de fragilização e não dependentes;
- b) Os frágeis que são dependentes e
- c) Os independentes.

Um aspecto importante é sabermos que a maioria da população idosa frágil ou em processo de fragilização necessita de intervenção de especialistas (fonoaudiologia, fisioterapia etc.) tendo em vista tanto a qualidade de vida quanto sua sobrevivência.

Por sua vez, devemos levar em conta os princípios fundamentais do SUS, que garantem ao usuário um atendimento abrangente que inclua: promoção, prevenção, tratamento e reabilitação com garantia de acesso a todos os níveis de complexidade do Sistema de Saúde. Desta forma, a integralidade também pressupõe a atenção focada no indivíduo, na família e na comunidade, propiciando sua reinserção social.

Por isso, vamos focar o idoso em nosso Município e, dentro do necessário, estabelecermos padrões comparativos que direcionem nosso programa.

Propostas

- ✓ Propiciar a efetiva implantação do Estatuto do Idoso.
- ✓ Abrir novos convênios, para ampliar o número de vagas de acolhimento de longa permanência aos diferentes graus de dependência.
- ✓ Implantar e implementar a Coordenadoria da Pessoa Idosa.
- ✓ Promover o incentivo da destinação do Imposto de Renda ao Fundo do Idoso, por meio de campanhas e meios de comunicação.
- ✓ Estudo e levantamento da situação da população Idosa no Município, fazendo o mapeamento por bairros.
- ✓ Promover curso de capacitação para os profissionais que fazem atendimento às pessoas idosas.
- ✓ Implantação do Centro Dia para Idosos visando o atendimento desses usuários com limitação de autonomia e independência comprometida, temporal ou definitiva.
- ✓ Promover curso para cuidadores de idosos.

Obs. Algumas das propostas vieram das Conferências Municipais.

Pessoas com Deficiência

A Política da Pessoa com Deficiência deverá concretizar no Município o que determina a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que entrou em vigor em 2016, seus princípios e diretrizes adequando-os à realidade do Município, em consonância com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovado em novembro de 2011 que propõe “Viver sem Limites” e cuja proposta é a consolidação de uma sociedade inclusiva e capaz de ofertar oportunidades iguais a todos.

O atual modelo social define que a deficiência não está na pessoa como um problema que requer tratamento, mas na sociedade, que impõe as barreiras às pessoas, agravando uma determinada limitação funcional.

Diante disto a proposta da nossa gestão visa garantir a continuidade da ampliação do Plano Viver Sem Limite, favorecendo o protagonismo das pessoas com deficiência no desenvolvimento das ações governamentais, fortalecendo a transversalidade na perspectiva da efetivação de políticas públicas **de** e **para** pessoas com deficiência, propiciando a sua inclusão social.

Deverão ser implantadas redes, estratégias, instrumentos de registro, diagnóstico e elaboração de indicadores, com definição de fluxos de encaminhamento, para o enfrentamento à violência contra as pessoas com deficiência, respeitando a igualdade de direitos, independente de raça e etnia, identidade de gênero, diversidade sexual e geracional.

A política deve, ainda, estabelecer diálogo com o segmento da pessoa idosa. Não apenas sob o viés das demandas por acessibilidade. Temos um campo rico de interface sobre a funcionalidade humana, a patologização do envelhecimento, os eufemismos e infantilização, violações tão comuns aos dois segmentos que não são explorados, discutidos ou aprofundados.

Propostas

- ✓ Criar cartilha sobre crianças e adolescentes com deficiência incluindo a cultura Afro-Brasileira.
- ✓ Fazer campanhas junto aos segmentos comerciais e industriais visando a inserção de mão de obra feminina com deficiência, no mundo do trabalho.
- ✓ Produzir Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência em linguagem infanto-juvenil.
- ✓ Propor suporte ao poder Executivo na elaboração de diretrizes de implantação e Implementação da Coordenadoria que deverá ser vinculada ao Gabinete do Prefeito.
- ✓ Propor um canal de diálogo entre a sociedade civil e o poder público na promoção de ações que garantam a participação das pessoas com deficiência na implantação e implementação da Coordenadoria.
- ✓ Constituir grupo de trabalho que organize e refaça o censo feito com a participação dos diferentes segmentos da sociedade.
- ✓ Solicitar a inserção de representatividade do CMDPD no Plano Municipal Viver sem Limites.
- ✓ Formular a implantação de políticas públicas permanentes, diferenciadas e específicas com a perspectiva de igualdade de gênero e autonomia das mulheres priorizando as mulheres com deficiência.

Igualdade Racial

No imaginário da população, a cor das pessoas não é um determinante que vem a influir na capacidade intelectual destas, isto é apenas mais uma característica, assim como a cor do cabelo, dos olhos etc.

Entretanto, existe um abismo entre o discurso e a prática. É nesse ponto que percebemos que a sociedade acaba tratando os negros como seres inferiores, fato este comprovado pelos editoriais dos jornais e da mídia em geral, onde as estatísticas apontam que o maior número dos assassinados são sempre os negros, vindos de famílias pobres. Este fator se reproduz quando observamos que o maior número de abordagens feitas pela polícia é identificando os adolescentes e jovens negros. Da mesma forma, acontece com os subempregos, já que não conseguem qualificação profissional, estando menos escolarizados.

Dados do IPEA nos mostram que os diferenciais de pobreza entre negros e brancos não diminuíram. A proporção de negros abaixo da linha de pobreza é de 50%, enquanto que a de brancos fica em 25%.

Este fato se reproduz quando identificamos que o diferencial entre os indigentes - que são os mais pobres entre os pobres -, é ainda mais desfavorável aos negros. Se são a maioria entre os pobres (65%), essa maioria se amplia entre os indigentes para 70%.

A proporção de negros abaixo da linha de indigência, no total da população negra no Brasil, também vem mantendo a mesma tendência desde 1995: em torno de 25%, muito superior à proporção de brancos, que fica em, aproximadamente, 10%. Estes dados, acreditamos que sejam reproduzidos no nosso município. Infelizmente, este tratamento vem se perpetuando na história do nosso País, e carregamos esta vergonha secular. Já apontamos em outro segmento que a discriminação é uma forma de violência e sua prática vai na contramão dos Direitos Humanos sem os quais, portanto, não viveremos a democracia plena. O sociólogo Florestan Fernandes, em uma entrevista a um periódico da USP, afirmou: *“que tal democracia é um mito, lembrando que a democracia significa, fundamentalmente, igualdade racial, econômica e política, estágio nunca alcançado na história do povo brasileiro”*.

Temos uma dívida a ser sanada. É necessário que a sociedade se aprofunde sobre esta situação. Precisamos ampliar o debate e buscarmos dentro de um coletivo, ações afirmativas que venham reverter esse processo de marginalização e exclusão.

Propostas

- ✓ Atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas aos interesses e condições dos afro-brasileiros;
- ✓ Intensificar os direitos fundamentais das mulheres negras contemplados em outros segmentos, bem como das mulheres com deficiência;

- ✓ Valorizar o direito à liberdade de consciência e da crença dos afro brasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matriz africana praticadas no município;
- ✓ Organizar a realização da Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial visando a construção do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a fim de que este norteie as ações da Coordenadoria;
- ✓ Criar o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que deverá ter caráter propositivo, fiscalizador da ação governamental, contribuindo assim com as políticas de promoção da igualdade racial;
- ✓ Criar a Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que responderá diretamente ao Gabinete do Prefeito com o papel de construir e articular com todas as Secretarias e Organismos da Administração Municipal, políticas públicas para a promoção da igualdade racial.

LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Nossa proposta tem como base o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos, numa perspectiva de garantia de direitos e do pleno exercício de cidadania, combatendo a violação de direitos, a vulnerabilidade social e a violência sofrida pela população LGBT, no qual aponta-se a necessidade de que sejam construídas políticas públicas com ações efetivas e eliminação de discriminação, combate a preconceitos e controle de todos os tipos de violência.

Falarmos hoje em enfrentamento da homofobia nos conduz a uma dupla vertente, não se trata apenas em evitar as consequências para a população que vem sendo marginalizada, mais do que isto é o caráter preventivo para um futuro sem violência. Pretende-se difundir a importância da diversidade em suas diferentes formas de expressão que garantam o respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, em contraposição à construção da homogeneidade. Precisamos construir não apenas políticas de enfrentamento da homofobia, mas de extinção desta prática.

Por acreditar e lutar no terreno da ideologia, defendendo sempre o princípio da dignidade humana, queremos promover cada vez mais os direitos de cada munícipe, notadamente, para os grupos com maior déficit histórico de acesso a esses direitos.

Devemos refletir que somente somos ricos quando conseguimos assegurar que o desenvolvimento das pessoas se pautar pelo aumento dos direitos de cada um de nós, em contrapartida somos pobres, quando permitimos a violação dos direitos humanos de um só indivíduo ou grupo.

Construir a igualdade valorizando e respeitando a diversidade sem ferir a igualdade é o desafio lançado para a promoção de todos os direitos humanos em nosso município.

O Estado precisa ser democrático. Dentro da conceituação de Ivone Cabral, “não se define a democracia apenas pelo voto da maioria, mas pela possibilidade de todas as pessoas, de uma ou de outra forma, serem incluídas” (Schwarz,2006).

Um outro ponto a ser levado em conta, diz respeito a relação direta com a questão da pobreza extrema e da pauperização. As pesquisas sobre a realidade da população LGBT revelam que a vulnerabilidade e o risco social fazem parte do seu cotidiano, impedindo o acesso aos direitos mais básicos, tais como a liberdade, a alimentação, a saúde, a educação e a segurança e emprego.

O grande desafio é garantir que a população LGBT acesse equipamentos de assistência social (CRAS, CREAS e serviços da rede) como também os benefícios sociais. O SUAS é uma política descentralizada, desenvolvida nos estados e municípios, cabendo então a estes entes da Federação a execução da política de Assistência Social.

Na ausência de marcos legais que garantam os direitos individuais e coletivos da população LGBT, os CRAS e CREAS poderão ser uma alternativa para a constituição de uma nova rede de proteção e promoção dos direitos dessa população.

Devido ao somatório de vários tipos de preconceito, por orientação sexual e identidade de gênero, bem como às questões relacionadas à pobreza, grande parte da população LGBT não tem acesso à educação e ao trabalho e, neste contexto, as únicas saídas são os subempregos (que não exigem qualificação da mão de obra) e atividades marginalizadas.

Propostas

- ✓ Oferecer, nos diversos setores de políticas públicas, cursos de formação a gestores públicos sobre os direitos da população LGBT.
- ✓ Capacitar os/as cuidadores/as de pessoas idosas, no que diz respeito às questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero.
- ✓ Incluir no currículo dos cursos de capacitação de conselheiros, conteúdos sobre a promoção da cidadania e o combate à discriminação por orientação sexual.
- ✓ Promover cursos de formação profissional para servidores públicos, militantes de direitos humanos, LGBT, entre outros públicos, com o objetivo de garantir tratamento diferenciado e atendimento às especificidades da população LGBT.
- ✓ Prevenir a violência por meio de campanhas informativas anuais, com cartilhas e cartazes para orientar policiais quanto aos direitos da população LGBT.
- ✓ Promover medidas que permitam o uso do nome social de travestis e transexuais no serviço público municipal, tanto na administração direta quanto nas autarquias, fundações e empresas públicas.
- ✓ Garantir que o segmento da Juventude execute ações afirmativas no tocante aos direitos humanos da cidadania de jovens LGBT.
- ✓ Promover a organização de grupos que possibilitem a população LGTB se organizar e estabelecer, conjuntamente, uma política pública que atenda aos seus interesses.

- ✓ Ampliar e fortalecer as políticas de combate à discriminação e valorização da diversidade com recorte de gênero, étnico racial e de diversidade sexual.
- ✓ Mapear as instituições públicas e privadas que trabalhem com o segmento LGBT.

População de Rua

Na definição da população em situação de rua está explícita a conceituação de exclusão: expulsão, privação e desenraizamento, uma vez que é onde encontra-se a quebra total de relações afetivas e pior, as familiares. É bom que se diga, desde logo, que as pessoas nessa situação são vítimas de uma conjuntura sociopolítica excludente.

Segundo o MDS a Caracterização da População em Situação de Rua é:

“Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. ”

Esta é uma definição simplificada, pois muitas outras características devem ser levadas em conta, tais como raça/cor, gênero, idade, deficiências físicas ou mentais etc., além do desenraizamento social.

Um dado que merece ser analisado é o das pessoas em situação de rua que recebem benefícios sociais dos órgãos governamentais. Apenas 3,2% recebem aposentadoria, 2,3% do Programa Bolsa Família e 1,3% do Benefício de Prestação Continuada.

Elas vão para a rua por não possuírem condições de convivência e de moradia com seus familiares, muitas vezes gerado pelo desemprego ou ocasionado por mudanças econômicas que geram forte impacto social, principalmente na população que já estava em situação de vulnerabilidade, ou ainda, por conta de drogadição/alcoolismo, ficando claro que não é um único fato, e sim, em linhas gerais é um conjunto de variáveis que o geram.

Assim como muitos processos sociais de exclusão, a marginalização não é tratada por políticas de Estado, ficando restrita a atitudes paliativas, de benevolência, emergenciais, ou ainda, de maneira mais agressiva e contundente a chamada “higienização social”, que vem atender um determinado segmento da sociedade que se sente invadida por este segmento na rua.

A política de inclusão social defende que esta população seja assistida numa linha da defesa, proteção e da promoção, ofertando políticas públicas que lhes possibilite condições de terem um padrão mínimo que respeite e garanta a sua dignidade.

A LOAS, por meio de alteração introduzida pela Lei nº 11.258/05, determina que os municípios providenciem serviços e programas de atenção a população em situação de rua. O município de Valinhos atende este segmento por meio de convenio com uma entidade, cuja previsão mensal é de 20 adultos acolhidos. De fato, o Plano da Assistência não aponta o número de pessoas que se encontram nessa situação.

Sendo esta população bastante heterogênea, existe um entrelaçamento em sua atenção de várias leis: ECA, Estatuto do Idoso, Política Nacional para a Promoção da Igualdade Racial, de Políticas para as Mulheres etc, assim sendo, em nível municipal esta política deve ser desenvolvida de forma intersecretarial e envolvendo as organizações da sociedade civil.

Princípios

- ✓ Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;
- ✓ Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais;
- ✓ Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;
- ✓ Não discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória;
- ✓ Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua.

Diretrizes

I - Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de uma rede de proteção às pessoas em situação de rua;

II - Complementaridade entre as políticas do Estado e as ações públicas não estatais de iniciativa da sociedade civil;

III - Garantia do desenvolvimento democrático e de políticas públicas integradas para promoção das igualdades sociais, de gênero e de raça;

IV - Incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social, na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado;

V - Alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua;

VI - Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua;

VII - Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua;

VIII - Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade;

IX - Ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da autoestima e a reorganização dos projetos de vida.

Propostas

- ✓ Estruturação da rede de acolhida⁶, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, reordenando práticas homogeneizadoras, massificadoras e segregacionistas na oferta dos serviços, especialmente os albergues.
- ✓ Produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social acerca da população em situação de rua.
- ✓ Inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único do Governo Federal para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas sociais.
- ✓ Assegurar a inclusão de crianças e adolescentes em situação de trabalho na rua no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
- ✓ inclusão de pessoas em situação de rua no Benefício de Prestação Continuada e no Programa de Bolsa Família.

Políticas públicas

Segurança Alimentar e Nutricional

A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, é a garantia do direito à alimentação adequada para todos os habitantes como um direito humano básico, é considerada uma política que consiste num conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo nutrição e saúde. É objetivo assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias pobres e, sobretudo, extremamente

⁶Entende-se por acolhimento, nos termos da atual Política Nacional de Assistência Social, serviços continuados destinados a adultos (inclusive idosos, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados) que se encontram em situação de rua ou abandono.

pobres, por meio de transferência direta de renda e reforço ao acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de alimentação, saúde, educação e assistência social, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada.

A construção da Segurança Alimentar e Nutricional, com base em tudo que dissemos anteriormente, deve constituir-se em um dos pilares fundamentais de qualquer projeto de desenvolvimento local.

É aqui no nosso município que vivemos, seja na área urbana ou na rural e, é aqui que vemos, percebemos os problemas daqueles que passam fome. Felizmente, ainda, não temos meninos e meninas de rua, porém, temos adultos morando na rua. Contudo, é aqui que eles podem deixar de ser estatística e construir uma identidade própria, a partir de decisões imediatas, sejam individuais ou coletivas, podem salvar ou mudar as vidas de um indivíduo, de uma família e de uma comunidade.

Pretendemos promover o acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, de forma a contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

Promover a melhoria das condições socioeconômicas e de acesso à alimentação e nutrição a idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por meio do acesso à rede dos serviços socioassistenciais, das ações de segurança alimentar e nutricional e das demais políticas setoriais.

Seguindo as orientações do SISAN pretendemos promover a elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional Municipal, o que aperfeiçoará e tornará mais eficiente as estratégias públicas para respeitar, promover, proteger e prover o direito humano à alimentação adequada.

Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável das famílias mais vulneráveis, por meio do provimento de refeições e alimentos, em equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Garantiremos à toda população valinhense acesso aos alimentos, de maneira sustentável. Isto requererá uma grande parceria entre o governo e a sociedade civil organizada em suas diferentes áreas: agricultura, saúde, meio ambiente, educação, trabalho, desenvolvimento social, etc. e, nas esferas: produção, comercialização, controle da qualidade, acesso e consumo.

Propostas

- ✓ Fortalecimento institucional da área mediante a criação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com dotação orçamentária própria e quadro técnico capacitado,

distribuído nas seguintes divisões: Agricultura Familiar, Agricultura Urbana e Sistemas Agroecológicos e Orgânicos;

- ✓ Criação da Política Municipal de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e do Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social, voltado aos agricultores familiares constituídos em cooperativas, associações, grupos informais e individualmente, em conformidade com os requisitos do artigo 3º da lei federal n. 11.326/2006 (Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais);
- ✓ Fortalecer o papel da agricultura familiar e ampliar a produção local de alimentos, com vistas ao atendimento da legislação federal relativa à alimentação escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE) e, se possível, ampliar ao longo do tempo os percentuais de produtos da agricultura familiar local e/ou regional na alimentação escolar, para além do limite mínimo estabelecido em lei;
- ✓ Criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana, com os objetivos de melhorar o acesso da população a uma alimentação de baixo custo e de qualidade, incentivar a organização comunitária, proporcionar atividade educativa para alunos de escolas municipais e grupos de terceira idade, instituições de assistência social e/ou educativas, munícipes e outros, manter terrenos limpos e dar uma finalidade para os que se encontram ociosos, incentivar a geração de emprego e renda, promover a inclusão social, incentivar a agricultura familiar, incentivar a produção para o autoconsumo, incentivar a venda direta do produtor, promover a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional, promover a efetivação do direito humano à alimentação adequada, promover o direito à cidade e possibilitar a participação, o empoderamento e a autonomia das agricultoras(es) urbanas(os) e periurbanas(os).
- ✓ Criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural;
- ✓ Criação do Programa de Saneamento na Zona Rural, com vistas ao incentivo do uso de fossas biodigestoras nas propriedades rurais;
- ✓ Desenvolver mecanismos de fomento à transição do modelo de produção convencional para sistemas agroecológicos, biodinâmicos e orgânicos, principalmente no território mapeado da Serra dos Cocais;
- ✓ Articular ações junto à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI/Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a entidades de pesquisa regionais com vistas ao fortalecimento dos mecanismos de extensão rural, cursos de capacitação, realização de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas à agricultura familiar e sistemas agroecológicos;
- ✓ Elaborar projetos para a captação dos recursos necessários para a compra de máquinas e equipamentos voltados à manutenção e conservação de vias e estradas rurais;
- ✓ Readequar as plataformas das estradas e vias rurais de terra, com ou sem elevação do 'greide estradal', com vistas à implantação de sistema de drenagem superficial eficiente, dotação de pontos de sangra (deságue) de estruturas que

evitem a ocorrência de processos erosivos nas propriedades lindeiras, como terraços ou bacias de captação, favorecendo a infiltração das águas pluviais e a recarga do lençol freático, em conformidade com o Programa Melhor Caminho (Lei estadual n. 6.171/1988);

- ✓ Elaborar projeto de atualização do mapa da malha viária rural municipal com o georreferenciamento de estradas e propriedades rurais para favorecer a segurança, atendimento de urgência e emergência, identificação dos trechos críticos e a disponibilização do banco de dados e dos mapas gerados à população através de software livre e endereçamento rural;
- ✓ Criação de destacamento da Guarda Civil Municipal voltado especificamente para a proteção e segurança dos próprios municipais existentes nas áreas rurais;
- ✓ Implantação de sistema de monitoramento remoto em pontos críticos de segurança nas áreas rurais do município;
- ✓ Apoiar a agregação de valor, a diversificação e a ampliação da produção de alimentos nas propriedades rurais por meio de um sistema municipal de inspeção integrado à vigilância sanitária, com vistas à legalização dos produtos processados pela agricultura familiar e sua efetiva comercialização no território municipal;
- ✓ Criação do Selo de Agricultura Familiar “Produto da Agricultura Familiar de Valinhos” como identidade dos produtos oriundos da agricultura em Valinhos, em consonância com o sistema municipal de inspeção, e o estabelecimento de convênios com órgãos federais para a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), com vistas à comercialização dos produtos da agricultura familiar valinhense em todo o território nacional;
- ✓ Fortalecer e ampliar o associativismo, o cooperativismo e a organização econômico-social, comunitária e da economia solidária da agricultura familiar como forma de melhorar a renda, qualificar a produção e ampliar o acesso aos mercados;
- ✓ Fortalecimento das feiras de agricultores familiares, convencionais e orgânicos, e expansão dos espaços públicos e privados para a comercialização dos produtos locais;
- ✓ Desenvolver as Unidades de Produção e Consumo Sustentáveis (UPROCS) no território municipal, com o objetivo de incentivar a integração da produção rural familiar aos mercados de consumo locais através da implantação de sistemas de produção agroecológicos, economia solidária (com o fortalecimento da mão de obra local associada) e economia de baixo carbono;
- ✓ Apoiar a melhoria da infraestrutura de cultura, esporte e lazer nas áreas rurais do município.

Educação

A educação é definida, constitucionalmente, como direito de todos, dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Isto requer considerar, necessariamente, a responsabilização, sobretudo da classe política, bem como a da sociedade sendo estes aspectos indispensáveis num programa de educação.

Sabemos, entretanto, que a sociedade somente se mobiliza em prol da educação se assumi-la como valor social, o que requer transparência no trato das questões educacionais, bem como no debate em torno do papel da educação. A escola deverá ser um espaço onde serão construídos os saberes, um espaço permanente de reflexão, de produção e reprodução de relações sustentadas na solidariedade e na ética, permitindo o crescimento coletivo da consciência dos educandos.

Pretendemos desenvolver um projeto políticopedagógico sustentado na ética e na democracia, que promova o desenvolvimento humano e propicie a formação de um cidadão(ã) crítico, criativo, comprometido e atuante sustentando seu aprendizado na importância da participação, concretizada na socialização, favorecendo, desta forma, o seu protagonismo. Serão estabelecidos espaços de poder de decisão que contemplem no seu cotidiano a pluralidade ética, cultural, religiosa, de gênero, de idade, respeitando a diversidade do ser humano e combatendo todas as formas de discriminação.

No processo educativo, em toda a rede municipal de educação, deverão prevalecer os seguintes princípios:

- ✓ Qualidade que garantirá o bom atendimento a todos os alunos na educação pública municipal respeitando um padrão definido nacionalmente. Este deve assegurar a todos os estudantes condições semelhantes de aprendizado. Para tanto, deverão ser estabelecidos parâmetros que determinem quais os insumos mínimos que devem ser assegurados a todas as escolas.
- ✓ Equidade a aplicação deste princípio requer que sejam estabelecidas estratégias distintas para a garantia dos direitos aos educandos em situação desigual, promovendo a justiça na atenção, sem privilégios ou preconceitos, visando assegurar a igualdade de direitos.
- ✓ Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Esse princípio, também, se refere ao mundo fora da escola. Significa que o ensino precisa estar relacionado com o trabalho e atividades sociais, que são aspectos importantes na vida de qualquer pessoa.

Adotaremos como fio condutor os princípios da Educação Inclusiva, Democrática e Solidária em todos os níveis e modalidades de ensino, aprimorando a formação continuada dos profissionais da rede municipal de ensino e possibilitando, desta forma, a inclusão das crianças com deficiência, assegurando acessibilidade e adequando os equipamentos.

Dados da Educação

Em função da distribuição por faixa etária não ter um desmembramento mais específico, vamos utilizar os dados apresentados pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e pela Fundação SEADE.

Infantil - Creche e Pré-Escola

O universo correspondente a idade de creche e pré-escola, segundo o INEP, vai de 0 a 5 anos e 11 meses; nestas especificações temos, aproximadamente, 6.694 crianças, entretanto, apenas 5.015 se encontram matriculadas no município, ou seja, temos aproximadamente 1.679 crianças fora da escola. Este dado aumenta se usarmos as

Ano	População de 0 a 3 Anos	População de 4 a 5 anos e 11 meses	População de 6 Anos	População de 7 a 10 Anos	População de 11 a 14 Anos	População de 15 a 17 Anos	População de 18 a 19 Anos
2013	5.217	3.785	1.266	5.250	5.762	4.761	3.367
2014	5.305	3.834	1.276	5.200	5.641	4.805	3.405
2015	5.389	3.882	1.284	5.155	5.518	4.851	3.440
2016	5.389	3.938	1.305	5.208	5.478	4.707	3.364

referências do IBGE – Projeção da Fundação SEADE, que aponta termos 7.422 crianças até 6 anos de idade e aí passamos a ter 2.407 crianças fora da escola. Independentemente do estudo que empreguemos, temos de fato um número expressivo de crianças fora da política educacional na Primeira Infância. Este dado requer investigação.

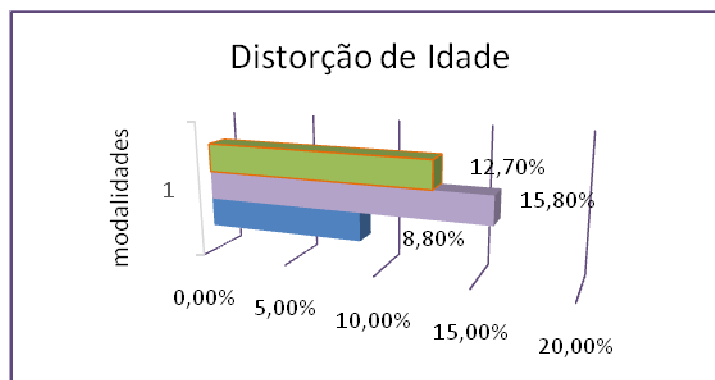
A Fundação SEADE não apresenta dados da taxa de analfabetismo. Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais - PNAD (Em %)

População em idade escolar e taxa de analfabetismo 2013/ 2016

INFORMATIVA DO IDEB 2013 (Atualizada em maio de 2015)	
Modalidade	Número de matrículas
Educação Infantil total de matrículas em creche 2.437 em pré-escola 2.515	4.952
Ensino fundamental – total anos iniciais 8.335 – anos finais 6.826	15.161
Ensino Médio 4.789	4.789
Total de matrículas	24.902

Demonstrativo relativo a distorção da idade

O aluno é considerado em situação de distorção idade-série quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais.



Fundação SEADE

Modalidade	Matriculas	Percentual	Total/M
Anos iniciais	8.335 matriculas	8,80%	667
Anos finais	6.826 matriculas	15,80%	1078
Ensino médio	4.789 matriculas	12,70%	608

No ano de 2014, 8,8% dos alunos do ensino fundamental estavam com idade superior à recomendada nos anos iniciais e 15,8% nos anos finais. A defasagem chega a 12,7% entre os que alcançam o ensino médio, elevando-se à medida que se avança nos níveis de ensino.

Tanto a identificação dos dados de distorção quanto a avaliação dos mesmos se faz necessária para o planejamento da política educacional, uma vez que este fator produz consequências tanto na eficácia do processo educativo quanto da sua eficiência.

Observação: as idades se completam com 11 meses, por ex. 0 a 3 anos e 11 meses.

Demonstrativo por idades

Idade matriculadas	
de 0 a 3 anos	2.365
de 4 a 5 anos	2.650
de 6 a 10 anos	7.937
de 11 a 14 anos	6.841
de 15 a 17 anos	4.988
Total	24.781

Idade	matriculadas
de 18 a 19 anos	491
de 20 a 24 anos	296
de 25 a 29 anos	86
de 30 a 34 anos	67
de 35 a 39 anos	71
de 40 anos ou mais	180
Total	1.191

Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}	EJA Médio ^{1,2}
0	0	0	23	30	0	0	1

7	26	80	33	0	0	2	0
8	11	128	13	2	0	0	0
15	37	208	69	32	0	2	1

IBGE – Fundação SEADE

Nota do IDEB

O IDEB é um índice que combina o rendimento escolar às notas da Prova Brasil, aplicada no último ano das séries iniciais e finais do ensino fundamental, podendo variar de 0 a 10.

Valinhos, em 2013, estava na 1159ª posição entre os 5.565 municípios do Brasil, quando avaliados os alunos dos anos iniciais, e na 688ª no caso dos alunos dos anos finais.

Quando analisada a sua posição entre os 645 Municípios do Estado de São Paulo, Valinhos está na 236ª posição nos anos iniciais e na 164ª nos anos finais.

O IDEB nacional, em 2013, foi de 4,9 para os anos iniciais em escolas públicas e de 4,0 para os anos finais.

Nota do IDEB - Média geral do município de 4º e 5º ano
Esperado 5,4 - obtido 5,9

4ª série / 5º ano					
Ideb Observado					
Município ↕	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕
VALINHOS		4.6	5.4	5.8	5.9

IDEB - Média geral do município de 8º e 9º ano
Esperado 2,9 - obtido 4,7

8ª série / 9º ano					
Ideb Observado					
Município ↕	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕
VALINHOS	2.2	4.4	4.9	4.9	4.7

Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
Anos Iniciais	6,3% 524 reprovações	0,0% 2 abandonos	93,7% 7.839 aprovações
Anos Finais	6,5% 457 reprovações	0,6% 41 abandonos	92,9% 6.546 aprovações
Ensino Médio	5,8% 296 reprovações	2,5% 131 abandonos	91,7% 4.684 aprovações

 Acima de 5% A situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar	 Não apresentam os requisitos de aproveitamento e/ou frequência escolar
--	---

Estudo das Notas Quantitativo e Qualitativo do IDEB por Escola

Nota do IDEB - Média geral do município de 4º e 5º ano

Esperado 5,4 - obtido 5,9

4ª série / 5º ano	Ideb Observado					Metas Projetadas				
Escola ↕	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕
ALICE SULLI NONATO PROFESSORA EMEB		4.8	5.0	5.2	5.7		5.0	5.3	5.5	5.8
ANDRE FRANCO MONTORO GOVERNADOR EMEB		5.5	5.6	5.9	6.3		5.7	6.0	6.3	6.5
ANTONIO MANONI VICE PREFEITO EMEB		4.4	5.2	5.6	5.4		4.6	4.9	5.2	5.4
ANTONIO PERSEGHETTI EMEB		5.2	5.3		***		5.4	5.7	6.0	6.2
CARLOS DE CARVALHO VIEIRA BRAGA EMEB		5.3	5.0	5.4	6.2		5.5	5.8	6.0	6.3
CAROLINA DE OLIVEIRA SIGRIST DONA EMEB			4.3	3.9	***			4.6	4.9	5.2
CECILIA MEIRELES EMEB		5.8	5.6	5.9	5.5		5.9	6.2	6.4	6.7
DOM BOSCO EMEB		5.3	5.2	5.4	5.2		5.5	5.8	6.1	6.3
EDINA APARECIDA BAMPA DA FONSECA PROFESSORA EMEB			4.8	4.9	5.4			5.0	5.3	5.6
FANY MOLETA PROFESSORA EMEB		5.8	6.4	5.2	5.3		6.0	6.3	6.5	6.7
HORACIO DE SALLES CUNHA EMEB			4.9	4.2	4.3			5.1	5.4	5.7
JERONYMO ALVES CORREA PREFEITO EMEB		5.2	5.4	5.9	5.6		5.4	5.7	5.9	6.2
JORGE BIERRENBACH DE CASTRO EMEB		5.3	5.7	6.6	6.0		5.5	5.8	6.0	6.3
LEOPOLDO PETRUS VAM LIEMPT PADRE EMEB		5.8	5.5	5.6	6.0		5.9	6.2	6.4	6.6
LUIZ ANTONIAZZI EMEB		5.6	5.8	5.9	5.7		5.8	6.1	6.3	6.5
MARLI APARECIDA BORELLI BAZETTO PROFESSORA EMEB		4.7	5.2	5.5	5.7		4.9	5.3	5.5	5.8
TOMOHARU KIMBARA EMEB			5.1	4.7	5.3			5.4	5.6	5.9
5,9 WALDOMIRO MAYR EMEB		5.8			***		6.0	6.2	6.5	6.7

*** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Escolas que ficaram abaixo da média projetada para 2013.

Cecília Meireles – Jardim Paraíso - MR I
Dom Bosco – Jardim São Marcos – MR IV
Emeb Prof Fany Moleta – Vale Verde – MR VII
Emeb Horacio de Salles Cunha - São Bento do Recreio – MR II
Emeb Padre Leopoldo Petrus Vam Liempt – Jardim Recanto – MR VI
Emeb Luiz Antoniazzi – Santo Antônio – MR VI

Emeb Tomoharu Kimbara – Macuco – MR VIII

Notas por escolas Municipais

IDEB - Média geral do município de 8º e 9º ano

Esperado 2,9 - obtido 4,7

8ª série / 9º ano	Ideb Observado					Metas Projetadas				
Escola ↕	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕
ANDRE FRANCO MONTORO GOVERNADOR EMEB		4.4	5.2	5.3	5.3		4.5	4.7	5.0	5.4
ANTONIO MANONI VICE PREFEITO EMEB		4.1	4.1	4.5	5.0		4.2	4.4	4.7	5.1
CECILIA MEIRELES EMEB		3.8	4.9	4.7	3.6		3.9	4.1	4.5	4.8
EDINA APARECIDA BAMPA DA FONSECA PROFESSORA EMEB			4.8	3.6	3.7			4.9	5.2	5.5
HORACIO DE SALLES CUNHA EMEB			4.4	4.4	***			4.6	4.9	5.2
JERONYMO ALVES CORREA PREFEITO EMEB		4.4	4.8	4.7	4.2		4.5	4.7	5.0	5.4
JORGE BIERRENBACH DE CASTRO EMEB		4.4	4.8	5.1	4.8		4.5	4.7	5.0	5.4
LUIZ ANTONIAZZI EMEB		4.8	4.8	5.5	5.4		4.9	5.1	5.4	5.7
MARLI APARECIDA BORELLI BAZETTO PROFESSORA EMEB		5.0	5.6	5.5	5.2		5.1	5.3	5.6	5.9
TOMOHARU KIMBARA EMEB				4.2	***				4.5	4.7
WALDOMIRO MAYR EMEB		4.0	4.5	4.7	4.8		4.1	4.3	4.7	5.0

*** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Escolas que ficaram abaixo da média projetada para 2013:

Emeb Cecilia Meireles – Paraíso – MR - I

Emeb Prof Edina Aparecida B. da F. – Reforma Agrária - MR VIII

Emeb Prefeito Jeronymo Alves Correa – Jardim do Lago – MR VI

Emeb Jorge Bierrenbach de Castro – Parque das Colinas – MR I

Emeb Prof Marli Aparecida Borelli Bazetto – Espírito Santo - MR I

Anos Finais	Reprovação	Abandono	Aprovação
6º ano EF	8,5% 149 reprovações	0,4% 7 abandonos	91,1% 1.589 aprovações
7º ano EF	7,9% 140 reprovações	0,8% 15 abandonos	91,3% 1.617 aprovações
8º ano EF	5,9% 107 reprovações	0,5% 9 abandonos	93,6% 1.682 aprovações
9º ano EF	3,6% 63 reprovações	0,6% 11 abandonos	95,8% 1.659 aprovações



Acima de 5% A situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar



Não apresentam os requisitos de aproveitamento e/ou frequência escolar

Podemos concluir que mesmo que o Município consiga na sua média atender ao esperado, quando se analisa individualmente cada escola, a maioria não atingiu a média, apontando a falta de uniformidade do processo educativo. Isto requer, portanto, um estudo da gestão educacional para avaliar porque há esta diferença de média de escola para escola.

Além disto, há indicativos que apontam a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar e melhorar os requisitos de aproveitamento que se vinculam com a frequência dos educandos.

Estes dados são reforçados pelas distorções presentes na rede de ensino que são consequência da evasão e do abandono escolar. Identifica-se, entretanto, outras causas, tais como a desestrutura familiar, a falta de aprimoramento do docente e a oferta de uma escola pouco atrativa, propiciando o baixo desempenho e por muitas vezes comportamentos indisciplinados.

Esta situação de evasão escolar vai ao encontro do não cumprimento da Meta 3 dos Objetivos do Milênio que propunha:

“Garantir que, até 2015, todas as crianças terminem o ensino fundamental”. O município não atingiu os 100%, faltando 30% para cumprir a meta.

Ensino Médio

Ensino Médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	10,1% 186 reprovações	3,5% 65 abandonos	86,4% 1.587 aprovações
2º ano EM	5,4% 91 reprovações	2,5% 43 abandonos	92,1% 1.552 aprovações
3º ano EM	1,2% 20 reprovações	1,5% 24 abandonos	97,3% 1.546 aprovações

Fonte: Censo Escolar 2014, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

 Acima de 5% A situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar	 Não apresentam os requisitos de aproveitamento e/ou frequência escolar
---	---

Propostas

- ✓ Efetivar a adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo Federal, seguindo suas diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes, bem como no Plano Municipal da Educação, aprovado pela Conselho Municipal de Educação.
- ✓ Implementar o contraturno nas escolas, oferecendo atividades esportivas e culturais, como Música e Teatro.

- ✓ Utilização de material de informática nas escolas, hoje não cumprido pela Secretaria de Educação.
- ✓ Aumentar o número de auxiliares de creche (ADIS).
- ✓ Capacitar as auxiliares de creche para atender crianças com necessidades especiais.
- ✓ Readequar o número de alunos em classes de alfabetização, que hoje chegam a ter 32 alunos.
- ✓ Orientadores pedagógicos e mediadores para gerenciar conflitos com as famílias e a comunidade nas EMEIs.
- ✓ Atualizar o Estatuto do Magistério com ampla participação dos profissionais da rede.
- ✓ Promover a formação continuada dos profissionais da rede, por meio de convenios com universidades da região.
- ✓ Utilização dos locais de patrimônio histórico-cultural na prática curricular, bem como a história do município.
- ✓ Adotar o Programa Saúde na Escola, do Governo Federal, com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção a saúde.
- ✓ Aumentar o conhecimento de Nutrição nas escolas, promovendo visitas escolares aos sítios de agricultura familiar, dentro da proposta do Programa Saúde na Escola.

Saúde

O Sistema Municipal de Saúde (SMS) de Valinhos apresenta muitos problemas, estando defasado em relação à Política Nacional de Saúde e não correspondendo às necessidades da população valinhense. Hoje, a estrutura do sistema de atenção básica, que data dos anos 90, conta com 13 Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), e convênio para internações e procedimentos de média complexidade com a Santa Casa de Valinhos e de alta complexidade com: Hospital da Unicamp; Hospital Celso Pierro- PUC; Complexo Hospitalar Ouro Verde e Hospital Bragança Paulista USF. A população SUS dependente é em torno de 45,77%. As queixas, porém, são muitas, a começar pela longa espera pelo atendimento nas especialidades, podendo chegar a mais de um ano, no caso de uma consulta de Oftalmologia.

Resultados de exames de rotina solicitados nas consultas nas UBSs, como hemograma, urina e colposcopia, chegam a demorar um mês, tempo que irá se somar à demora para a marcação da consulta de retorno. No caso de algumas doenças, esse hiato pode significar um grande atraso no início do tratamento, podendo mesmo ser fatal.

Exames mais complexos têm sido objeto de convênios com clínicas, laboratórios e hospitais de Campinas e São Paulo, em flagrante desrespeito aos usuários do sistema, especialmente aos que dependem de transporte público, que necessitam se deslocar para outras cidades para realizar seus exames.

Outro ponto que merece atenção e melhor gestão são as ambulâncias do município. As ambulâncias disponíveis para atendimento à cidade estão em péssimas condições de rodagem, tendo em vista a ausência de manutenção. Além disso, parte dos equipamentos de socorro encontra-se vencida. Das oito ambulâncias do município, cinco estão fora de atividade por falta de manutenção, segundo reportagem de um jornal da cidade de junho de 2016.

Por fim, medicamentos que deveriam ser fornecidos gratuitamente pela rede são encontrados em função de uma péssima gestão de compras que tem gerado atrasos nas licitações e desabastecimento nos postos de saúde. Medicamentos como os de combate à osteoporose, por exemplo, essenciais para a população idosa, e outros de uso contínuo, simplesmente deixaram de ser fornecidos ou são fornecidos irregularmente.

Hoje a equipe de trabalho na saúde conta com 63 médicos alocados na Atenção Básica (Clínicos Gerais, Pediatras, Ginecologistas e Médicos de Família) e 53 nas especialidades médicas (21 especialidades) e 30 na UPA (Clínica Geral, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Cirurgia Geral, Ortopedia e Anestesiologia). Há uma equipe de enfermagem com 133 funcionários divididos entre enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem para trabalhar na Atenção Básica, Especialidades, Centros de Referência e Urgência/Emergência.

Programa Saúde da Família (PSF)

O Sistema Municipal de Saúde deverá ser estruturado seguindo as orientações da Política Nacional de Saúde, das portarias do Ministério da Saúde e dos Programas do Governo Federal. Nesse sentido, o primeiro passo será dar início ao Programa Saúde da Família (PSF) no município. Com caráter preventivo, traremos para a população valinhenense a humanização do sistema.

A estratégia do PSF prioriza ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, de maneira integral e contínua. O atendimento pode ser prestado tanto na UBS ou no domicílio, pelos profissionais da equipe de Saúde da Família: médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Dessa maneira, criam-se vínculos de co-responsabilidade entre os profissionais e a população acompanhada, facilitando a identificação e o atendimento dos problemas de saúde da comunidade.

A estratégia do PSF incorpora e reafirma os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS) - universalização, descentralização, integralidade e participação da comunidade - e está estruturada a partir da Unidade Básica de Saúde da Família, que trabalha com base nos seguintes princípios:

- **Caráter substitutivo:** O PSF não significa criação de novas unidades de saúde, exceto em áreas totalmente desprovidas das mesmas.

- **Integralidade e hierarquização:** A Unidade de Saúde da Família está inserida no primeiro nível de ações e serviços do sistema local de assistência, denominado atenção básica. Deve estar vinculada à rede de serviços, de forma que se garanta atenção integral aos indivíduos e famílias e que sejam asseguradas a referência e a contra-referência para clínicas e serviços de maior complexidade, sempre que o estado de saúde da pessoa assim exigir.

- **Territorialização e cadastramento da clientela:** A Unidade de Saúde da Família trabalha com território de abrangência definido e é responsável pelo cadastramento e o acompanhamento da população vinculada (adscrita) a esta área. Recomenda-se que uma equipe seja responsável por, no máximo, 4.500 pessoas.

- **Equipe multiprofissional:** Cada equipe do PSF é composta, no mínimo, por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários de saúde (ACS). Outros profissionais - a exemplo de dentistas, assistentes sociais e psicólogos - poderão ser incorporados às equipes ou formar equipes de apoio, de acordo com as necessidades e possibilidades locais. A Unidade de Saúde da Família pode atuar com uma ou mais equipes, dependendo da concentração de famílias no território sob sua responsabilidade.

É largamente conhecido que com uma eficiente rede de atenção primária é possível identificar e solucionar cerca de 80% dos problemas de saúde. Arriscamos porém dizer que com o PSF esse índice deve ser maior, pois há identificação de problemas e doenças que antes não eram detectadas em postos de saúde. Em municípios onde o PSF foi implementado houve o controle de doenças como tuberculose, hipertensão e diabetes, além da redução da mortalidade infantil. Outros importantes indicadores são o acompanhamento às gestantes no pré-natal, a prevenção de doenças, evitando internações desnecessárias e melhora da qualidade de vida da população.

No PSF, tudo começa com o Agente Comunitários de Saúde (ACS), em sua maioria mulheres. O Agente Comunitário de Saúde faz a ligação entre as famílias e o serviço de saúde e é capacitado para reunir informações de saúde sobre a comunidade onde mora, visitando cada domicílio pelo menos uma vez por mês. Nas visitas é realizado o mapeamento de cada área, o cadastramento das famílias e o agente comunitário estimula a comunidade para práticas que proporcionem melhores condições de saúde e de vida.

Atribuições dos membros das equipes:

O Enfermeiro acompanha e promove a capacitação dos ACS e dos auxiliares de enfermagem, realizando consultas na unidade de saúde, bem como assistindo às pessoas que necessitam de cuidados de enfermagem no domicílio. O Enfermeiro também é co-responsável pela administração da unidade. Já o Auxiliar de Enfermagem realiza procedimentos de enfermagem na unidade básica de saúde, no domicílio e executa ações de orientação sanitária, em estreita ligação com o médico, o enfermeiro e os ACS.

O Médico integrante da equipe do PSF tem por função atender a todos os integrantes de cada família, independente de sexo e idade, desenvolvendo com os demais integrantes da equipe ações preventivas e de promoção da qualidade de vida da população. Na formação de uma Equipe de Saúde da Família, o papel do médico é

essencial, mas é fundamental que seja um profissional que queira praticar a clínica geral ou que tenha realizado a Residência em Medicina de Família e Comunidade, com duração de 2 anos. No trabalho em equipe esses profissionais conhecem as pessoas de quem tratam, sabem onde e como elas vivem e sentem-se responsáveis pela preservação da saúde da comunidade onde atuam.

“Cada equipe é capacitada para conhecer a realidade das famílias pelas quais é responsável, por meio de cadastramento e diagnóstico de suas características sociais, demográficas e epidemiológicas; identificar os principais problemas de saúde e situações de risco aos quais a população que ela atende está exposta; elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para enfrentar os determinantes do processo saúde/doença; prestar assistência integral, respondendo de forma contínua e racionalizada à demanda, organizada ou espontânea, na Unidade de Saúde da Família, na comunidade, no domicílio e no acompanhamento ao atendimento nos serviços de referência ambulatorial ou hospitalar; desenvolver ações educativas e intersetoriais para enfrentar os problemas de saúde identificados.” (Guia PSF)

Na rede médica de Valinhos há apenas três médicos com residência em medicina de família e comunidade e nenhum enfermeiro de saúde da família. O Ministério da Saúde já fez a liberação para o programa ser implementado no Parque Portugal e no São Bento e a proposta é começar por esses dois bairros e planejando para os demais. O Governo Federal repassa recursos da ordem de 50% e o Estado 25%.

Projetos para a Saúde

Atenção Básica ou Atenção Primária à Saúde

Hoje a Atenção Primária à Saúde (APS) do Município não é a coordenadora dos cuidados em saúde como preconizado pelo Ministério da Saúde e comprovado por estudos realizados por *experts* em Saúde Pública, como Eugênio Vilaça (MENDES, 2009). É sabido que um sistema de saúde onde a Atenção Primária é coordenadora do cuidado terá maior resolubilidade, menos iatrogenia, custos menores e maior satisfação da população segundo dados da pesquisa de Barbara Starfield (STARFIELD, 2002).

A modalidade de APS que o Brasil mais adotou desde o ano de 1994 e que tem demonstrado diminuição de internações desnecessárias e uma maior resolubilidade é a Estratégia Saúde da Família.

Proposta:

✓ Implantação da ESF como modalidade de APS do Município

Hoje é preconizado pelo Ministério da Saúde que cada equipe de ESF seja composta por (I) médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade; (II) enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; (III) auxiliar ou técnico de enfermagem; e (IV) agentes comunitários de saúde e que cada equipe dessa atenda a uma população de 3000 habitantes. Sendo assim, teríamos que aumentar o número de UBS que passariam a ser chamadas de Unidades de Estratégia Saúde da Família ou UESF e melhor distribuir a população em novas Unidades Básicas

de Saúde. Para a população existente hoje teríamos que ter 40 equipes de ESF divididas em 20 unidades básicas mais ou menos, partindo do princípio que ficariam 2 equipes de ESF em cada unidade. Com a finalidade de conhecermos melhor este dimensionamento, temos que trabalhar na lógica de territorialização, ou seja, conhecer todo o território de Valinhos com cadastro de moradias e famílias adstritas, neste território, para melhor dimensionar a realidade da população de Valinhos.

Com finalidade de viabilizar a implantação da ESF há as seguintes ações a serem realizadas:

- ✓ **Contratação de agentes Comunitários de Saúde via Concurso Público ou Processo Seletivo** para que estes realizem o cadastro das famílias e moradias do Município de Valinhos. A verba para isso viria, principalmente, da adesão ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde do Ministério da Saúde – PACS.
- ✓ Após conhecer a população adstrita, fazer a **Territorialização**, ou seja, dimensionar a população e dividir os bairros que cada unidade de ESF vai atender, partindo da orientação do MS de 1 equipe para cada 3000 habitantes.
- ✓ **Construção de Unidades de ESF** que forem sendo apontadas como necessárias neste redimensionamento da população e territorialização.
- ✓ **Concurso Público e/ ou Processo Seletivo para contratação de profissionais para trabalharem nessas equipes de ESF**, lembrando que já temos médicos e pessoal da Enfermagem e Saúde Bucal nas UBS que irão fazer parte dessas equipes.
- ✓ **Integração de todas as diretorias**, chefias de seção e setor relacionados a Atenção Básica ou APS em uma única direção.
- ✓ **Mudar a missão da Atenção Primária de mera triadora para porta de entrada principal do sistema de saúde do Município de Valinhos** e Coordenadora dos cuidados em Saúde em toda a rede de Saúde de Valinhos.
- ✓ **Construção da carta de serviços de saúde de Valinhos** para que toda a população saiba que serviços são ofertados e como acessarem este serviço.
- ✓ **Revisão de Protocolos Clínicos** mediante as melhores evidências clínicas.

Atenção Secundária e Serviços de Média Complexidade

Hoje contamos com 21 especialidade médicas, exames laboratoriais de serviços próprios e conveniados, exames de imagem próprios e conveniados.

Proposta:

- ✓ Criação de Câmara Técnica de Especialidades onde se discuta e construa protocolos mais eficazes.
- ✓ Criação de Linhas de Cuidados partindo das doenças mais prevalentes na Atenção Primária e que podem levar a agravos, comorbidades e mortes evitáveis. Ex. Hipertensão Arterial, Diabetes, etc.
- ✓ Criação de outras Linhas Específicas de Cuidado: Linhas de cuidados do Trauma, Linhas de cuidados de Saúde Mental, Linhas de cuidados em Obstetrícia e Criança.
- ✓ Avaliação da necessidade de readequação de especialidades, especialistas, exames e procedimentos ofertados à população.
- ✓ Melhoria dos serviços de laboratório, diminuindo tempo de espera para exames de acordo com o preconizado pelas melhores evidências clínicas.
- ✓ UPA trabalhando com seus serviços interligados e em consonância com serviço da Atenção Primária.
- ✓ Regulação – rever processo de regulação CROSS e regulação interna com UPA e Santa Casa de Valinhos. Capacitar equipe para ter uma regulação de urgência e emergência com fluxo mais facilitado de casos graves e com necessidade de internação que são atendidos na APS.

Serviços Meio

Centros de Referência

Estudo, planejamento, implantação de melhorias nos Centros de Referência em Saúde e implantação de Centros de Referência:

Centro de Referência da Saúde da Mulher voltado ao atendimento referenciado à mulher, este atendimento diferenciado e especializado garantirá mais atenção à saúde das mulheres inclusive as equipes darão suporte, ao Núcleo de Violência contra a Mulher. Pretendemos tratar as doenças da mulher com especialidades e, em casos complexos, realizar o atendimento emergencial e realizar o encaminhamento necessário. Dentre os serviços que serão ofertados pelo Centro de Referência da Saúde da Mulher, estarão: mamografia, monitoramento fetal, atendimento psicológico em casos de violência doméstica e abuso sexual entre outros.

Centro de Referência da Saúde voltado ao atendimento referenciado, este atendimento diferenciado e especializado garantirá mais atenção à saúde dos munícipes. Um complexo de atendimento idealizado para desafogar a rede pública de saúde e oferecer mais soluções aos usuários do sistema público, proporcionando diversas especialidades médicas, serviços de apoio diagnóstico e complementares. Oferecerá, inicialmente, consultas nas áreas de cirurgia geral/gastroenterologia, cirurgia vascular, pequenas cirurgias, oftalmologia, ortopedia, dermatologia, otorrinolaringologia, urologia, neurologia,

nefrologia, pneumologia, mastologia, proctologia e endocrinologia. A medida que a especialidade for implantada, os exames de apoio diagnóstico complementares são oferecidos simultaneamente, garantindo resolutividade aos pacientes.

CEASPI – Centro Especializado de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa. Com infraestrutura adequada e multidisciplinar (geriatria, nutricionista, assistente social, psicólogo, fisioterapeuta ocupacional, odontólogo, protético, incluindo, também, medicina alternativa) que possibilite atendimento integral, humanizado e resolutivo em todos os níveis, fornecimento de medicamentos, exames ou serviço de apoio diagnóstico e fluxo de referência e contrarreferência, com acompanhamento das pessoas idosas do ambulatório ao ambiente domiciliar.

Criação dos CAPES – Centro de Atendimento Psicossocial direcionado à saúde mental e aos dependentes químicos preocupando-se com o sujeito, a sua singularidade, sua história, sua cultura e sua vida cotidiana. À saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Com a criação desses centros, possibilita-se a organização de uma rede substitutiva ao Hospital Psiquiátrico no país. Os CAPS são serviços de saúde municipais, abertos, comunitários que oferecem atendimento diário.

Atenção Terciária e Serviços de Alta Complexidade

Hoje o Município conta com Referência Hospitalar Secundária a Santa Casa de Valinhos, por meio de convênio e Serviços de Alta Complexidade prestados pelo Hospital da Unicamp; Hospital Celso Pierro - PUCC; Complexo Hospitalar Pref. Edivaldo Orsi; Hospital Bragança Paulista – USF, por meio de serviços compartilhados e geridos pela Divisão Regional de Saúde VII.

Propostas:

- ✓ **Convênio da Santa Casa de Valinhos – implantação do ICSAP – indicador de Internações por Condições Sensíveis a Atenção Primária à Saúde.** Este é um indicador de qualidade da assistência onde há uma lista de patologias e agravos que quando não resolvidos na Atenção Primária geram internações que poderiam ter sido evitadas se o trabalho na Atenção Primária estivesse acontecendo de maneira eficaz. É um norteador das melhorias necessárias na gestão dos serviços prestados na Atenção Primária que tem como proposta de governo ser a coordenadora de todos os cuidados de saúde do município.
- ✓ **Serviços de Alta Complexidade** - Nesta área a necessidade é acompanhar os serviços e fazer estudos das necessidades de novas pactuações para melhor atender a população de Valinhos.

Educação continuada, capacitação e convênios de Ensino em Saúde

Considerando que a **Lei Nº 8080, de 19 de setembro de 1990**, que institui o SUS - Sistema Único de Saúde em âmbito nacional em seu Art. 6º, parágrafo III diz que **estão incluídas no campo do SUS a ordenação da formação de recursos humanos**

Proposta:

- ✓ **Construir uma política de capacitação e educação continuada para seus funcionários da saúde de Valinhos** a partir de estudo das necessidades apontadas por indicadores como encaminhamentos de pacientes, pedidos de exames, internações sensíveis a Atenção Primária à Saúde, estudos epidemiológicos de surtos e doenças prevalentes, evidências no seguimento de pessoas nas áreas da saúde da mulher, criança, adulto, idoso, trabalhador, mental, urgência e emergência, saúde bucal, serviços de farmácia, práticas integrativas e doenças infecciosas.

Considerando a **Portaria Interministerial Nº 1.127 de 04 de agosto de 2015 que institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES)**, para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Em seu Art. 3º o COAPES observará aos seguintes princípios:

- I – formação de profissionais de saúde em consonância aos princípios e diretrizes do SUS e tendo como eixo a abordagem integral do processo de saúde-doença;
- II – respeito à diversidade humana, à autonomia dos cidadãos e à atuação baseada em princípios éticos, destacando-se o compromisso com a segurança do paciente, tanto em intervenções diretas quanto em riscos indiretos advindos da inserção dos estudantes no cenário de prática;
- III – compromisso das instituições de ensino e gestões municipais, estaduais e federal do SUS com o desenvolvimento de atividades educacionais e de atenção à saúde integral;
- IV – singularidade das instituições de ensino envolvidas no processo de pactuação e contratualização das ações de integração ensino e serviço, especialmente as especificidades relativas à natureza jurídica das instituições de ensino;
- V – compromisso das instituições de ensino com o desenvolvimento de atividades que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão com a prestação de serviços de saúde, com base nas necessidades sociais em saúde e na capacidade de promover o desenvolvimento regional no enfrentamento de problemas de saúde da região;
- VI – compromisso das instituições de ensino, Estados e Municípios com as condições de biossegurança dos estudantes nos serviços da rede;
- VII – integração das ações de formação aos processos de Educação Permanente da rede de saúde;
- VIII – planejamento e avaliação dos processos formativos, compartilhada entre instituições de ensino, programas de residência em saúde e serviços de saúde, garantida

a autonomia progressiva do estudante no desenvolvimento de competências em serviço e de integração do processo de trabalho da equipe em saúde; e

IX – participação ativa da comunidade e/ou das instâncias do controle social em saúde” e;

Proposta:

- ✓ **Criação de convênios com Instituições de Ensino na área da Saúde** onde se tenha contrapartidas para o incremento do ensino de nossos funcionários, melhorias de ambiente para ensino-aprendizagem em saúde proporcionando ao usuário do SUS Valinhos melhores condições de ambiência e equipe mais capacitada para o seu atendimento. Além disso, a proposta deste plano de governo estará em consonância com objetivo de participação na formação de recursos humanos para o SUS.

Informatização da rede de atendimento à saúde

Sistema de Informação

Em nossa gestão vamos procurar acessar todos os programas do Ministério da Saúde disponíveis para os municípios que possam potencializar a gestão estratégica dos recursos e a formulação de políticas públicas, com o objetivo de implantar um Sistema de Informação e Informática que permita ter um maior controle do fluxo de medicação e material de consumo das unidades de saúde, além do gerenciamento dos serviços pelos próprios usuários.

Propostas:

- ✓ **Implantar o e-SUS AB**

O e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) é uma estratégia do Departamento de Atenção Básica para reestruturar o registro de informações das ações realizadas na Atenção Básica (AB) em nível nacional. O e-SUS AB faz parte da estratégia de informatização do processo de trabalho e da qualificação da informação. Ele será utilizado pelos profissionais de saúde das equipes da AB com foco no atendimento, permitindo coletar informações individualizadas e não mais no preenchimento de formulários consolidados. É um sistema de agendamento de consultas, prontuário eletrônico, referência e contra referência funcional na Atenção Básica. Além desse sistema ser de uso público e sem gastos para o Município, foi exaustivamente estudado e confeccionado pela equipe do Ministério da Saúde, permitindo fácil acesso e envio de informações de produção que geram repasses para o município e possuir ferramentas importantes na gestão do cuidado dos usuários do SUS para ESF.

O Ministério da Saúde disponibiliza gratuitamente dois sistemas de *software* para a captação de dados:

- Coleta de dados simplificada (CDS): composto por fichas para o registro de informações das ações realizadas pelas equipes de Atenção Básica, esse sistema é utilizado principalmente nos serviços de saúde que não dispõem de sistema informatizado para utilização rotineira no trabalho. Seu principal diferencial em relação ao SIAB é a individualização dos dados por cidadão.

- Prontuário eletrônico do cidadão (PEC): formulado para atender às equipes de AB lotadas em UBS parcialmente ou totalmente informatizadas, esse sistema é usado para inserir os registros clínicos dos atendimentos e também as fichas de CDS preenchidas pela equipe em seu processo de trabalho. Funciona em cenários com ou sem conexão com internet, e realiza suporte clínico com uma tecnologia avançada.

✓ **Criação do Cartão Cidadão**

As próprias UBS deverão ser totalmente informatizadas e operar em rede em um sistema moderno e integrado, possibilitando dessa forma:

- gerenciamento da dispensação de medicamentos e controle de estoques;
- prontuário eletrônico;
- agendamento de consultas;
- controle dos usuários da Saúde;
- agendamento de consultas nos postos de saúde do município nas mais diversas especialidades por meio de aplicativos para smartphones, ou pelo Cartão Cidadão;
- envio de SMS e e-mail um dia antes da consulta agendada, solicitando a confirmação do comparecimento, o que permitirá o melhor gerenciamento das filas;
- auditamento do trabalho dos profissionais tais como: tempo de atendimento em um dia, média do tempo das consultas, entre outros.

Por fim, temos uma grande missão por realizar com relação ao número de leitos hospitalares em Valinhos. Em 2010 tínhamos 165 leitos, sendo 66 disponibilizados ao SUS. Esse número foi ampliado e, em 2014, tínhamos 169 leitos, porém, sendo apenas 63 leitos disponibilizados ao SUS, significando uma redução de 3 leitos, representado segundo dados da Fundação SEADE, um coeficiente de 1,47 por mil habitantes. Segundo a portaria do Ministério da Saúde 1101/02, os leitos hospitalares mínimos totais deveriam atender ao coeficiente de 2,5 por mil habitantes. Isso aponta um déficit de 131 leitos, para se totalizar 300 leitos necessários no município. Diante desta realidade e outras informações da referida portaria, conseguimos entender o atual sistema de internações, que dificulta ao máximo o encaminhamento para este fim. Em estudos realizados com dados obtidos junto ao Conselho Municipal de Saúde, observamos que apenas 37% da população valinhense utiliza o SUS. Para tanto seriam necessários 110 leitos hospitalares para o atendimento dentro dos parâmetros da portaria 11/02, além de pelo menos quatro unidades de terapia intensiva (UTI). Para atingir o coeficiente de 2,5 leitos por mil habitantes e atender os usuários do SUS, é necessário um incremento de 47 novos leitos no SUS, sendo 04 UTIs.

Leitos SUS					
Localidade	Ano	Leitos de Internação	Leitos de Internação (Coeficiente por mil habitantes)	Leitos SUS	Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)
Valinhos	2010	165	1,55	66	0,62
Valinhos	2011	165	1,52	66	0,61
Valinhos	2012	165	1,49	65	0,59
Valinhos	2013	169	1,5	63	0,56
Valinhos	2014	169	1,47	63	0,55

Fundação SEADE

Cultura

A Cultura representa todo o processo histórico que vai sendo construído pelo povo, por ela são transmitidas suas crenças, seus mitos, seus princípios. E passa a expressar-se de diferentes formas, conforme seus sentimentos, sua história na comunidade e, desta forma, ela se torna o veículo que canaliza suas emoções, valoriza e preserva as raízes do povo, promovendo e construindo a sua cidadania.

Apesar de Valinhos ter historicamente figuras que representam a cultura e a arte, não temos um governo que lhes dê o devido valor, deixando a população a mercê do oportunismo e dominação de outras culturas e valores.

O maior sintoma disto é a ausência da implementação do Conselho Municipal da Cultura que se encontra inativo há vários anos, sem que o governo tome alguma providência. Subtraindo do povo um de seus direitos fundamentais e de forma indireta a valorização de sua identidade, impede ainda que a população assuma o seu papel de corresponsabilidade, tomando consciência de que a cultura, muito mais que um direito, requer um compromisso de todos na sua transmissão e preservação.

Devemos destacar que a valorização da cultura passe de forma transversal por outras políticas, portanto, deve ser tratada na sua interface com a educação, não apenas como um resgate histórico, mas também como aprendizado de novas atividades, pelo conteúdo de cidadania que envolve esta área e, principalmente, pela possibilidade de criar novas vocações e opções profissionais.

A ação cultural encontra-se desestruturada em nosso município, com atividades esporádicas e sem continuidade. Não há preocupação na apropriação dos espaços públicos de forma recorrente e com qualidade, e nem mesmo pensa-se em criar espaços mais confortáveis à população para assistir a espetáculos teatrais ou musicais que possibilite o acesso de todos.

A inexistência de uma política cultural permanente de integração entre os Centros Comunitários e a Administração Pública nos revela a necessidade da reorganização das atividades para integração das políticas sociais. O espaço dos Centros Comunitários nos

remete imediatamente ao lugar irradiador dessa reconstrução democrática e participativa voltada à cultura.

A política cultural deverá ser um instrumento fomentador, uma vez que as pessoas são as responsáveis pela produção cultural. Devendo, ainda, estar comprometidas com a contemporaneidade, buscando ações conjuntas com os produtores culturais, entidades e parcerias amplas na realização das ações para dar passos à frente e transformar Valinhos em um polo de cultura regional, favorecendo o turismo.

Diretrizes da Cultura

- ✓ **Preservar (recuperar) o patrimônio material e imaterial**, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes, linguagens e tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado.
- ✓ **Proteger e promover a diversidade cultural**, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e valores culturais em todos os ambientes e contextos locais, buscando dissolver a hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa, primitiva e civilizada, e demais discriminações ou preconceitos.
- ✓ **Ampliar e permitir o acesso** compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o município um instrumento para efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, apoiando a implantação dos equipamentos culturais e financiando a programação regular destes.
- ✓ **Estruturar e regular a economia da cultura**, construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional, a isonomia de competição entre os agentes, principalmente em campos onde a cultura interage com o mercado, a produção e a distribuição de bens e conteúdos culturais internacionalizados.

Propostas

- ✓ Apoiar e buscar fortalecer o Conselho Municipal de Políticas Culturais e Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio, para que sejam instâncias de amplo debate e de políticas públicas para a Cultura e o Patrimônio Cultural de Valinhos;
- ✓ Promover parcerias para restaurar espaços tombados e de preservação como a Casa Flávio de Carvalho e a Fazenda São Bento do Cacutá, atual sede do Clube de Campo Vale Verde, que possui jardim projetado por Roberto Burle Marx, tornando estes espaços de visitação educacional e turística;

- ✓ Reestruturar o Museu e Acervo Municipal "Fotógrafo Haroldo Ângelo Pazinato", com um novo projeto museológico apropriado, priorizando o seu acervo de centenas de peças, inclusive todo o arquivo de filmes em película que lá fica abrigado, contendo grande parte da história de do desenvolvimento da cidade de Valinhos, ao longo dos 120 anos de elevação a Distrito de Paz. Promover estudos e atuar para a restauração de todo o Complexo Ferroviário de Valinhos, inclusive o prédio que abriga atualmente o Museu, buscando recursos junto às instâncias Estadual e Federal;
- ✓ Colocar em prática o projeto de Reforma e modernização da Biblioteca Pública Municipal "Dr. Mario Corrêa Lousada", buscando recursos junto a outras instâncias governamentais e também empresários da cidade, trazendo acessibilidade a todas as pessoas, inclusive idosos e deficientes. Oferecer a descentralização do acesso aos milhares de livros, por meio da Biblioteca Itinerante (ônibus), percorrendo todos os bairros da cidade;
- ✓ Apoiar a Associação de Preservação Histórica de Valinhos (APHV), valorizando e incentivando a continuidade de seu importante trabalho de preservação histórica que vem sendo realizado;
- ✓ Viabilizar convênio com a Galeria de Artes "João do Monte", trazendo a oportunidade de oficializar este importante equipamento cultural como Museu, e buscar parcerias com órgãos federais como o IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus e o SISEM-SP – Sistema Estadual de Museus de São Paulo, tornando-o um espaço para realizações e oficinas culturais diversas, com possibilidades de parcerias e convênios;
- ✓ Reestruturar a Festa do Figo e Expogoiaba, resgatando o protagonismo de ambas as frutas, que trouxeram desenvolvimento social e econômico para Valinhos, oferecendo melhores espaços aos expositores e artistas e uma gestão compartilhada deste que é o principal evento cultural e turístico da cidade. Otimizar a utilização do espaço com eventos culturais diversificados ao longo do ano, priorizando bandas e artistas locais;
- ✓ Incluir o evento Carnaval dentro do Calendário Municipal de Eventos, com definições assinadas e validadas, independente da mudança de Administração Municipal, com percentual anual fixo em relação ao orçamento da Cultura, buscando parcerias com a iniciativa privada, promovendo uma gestão compartilhada dos recursos e investimentos. Reunião com as Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos para Criação da Liga das Escolas de Samba; definição de regras e responsabilidades de cada agremiação para participação das festividades; contrapartida da participação das Agremiações junto às comunidades, com trabalhos e projetos sociais, por exemplo fornecimento de aulas de percussão e alegorias nas escolas municipais;
- ✓ Criação de um calendário cultural na cidade com divulgação para todo o Estado e cidades vizinhas;
- ✓ Buscar parceria e trazer para a cidade de Valinhos os "Pontos de Cultura" programa do Governo Federal que estabelece em seu Plano de Metas o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2020, que permite a descentralização do ensino cultural, bem como oferece espaço para artistas e agentes culturais mostrarem seus trabalhos pela cidade;
- ✓ Promover estudos para que os cursos oferecidos no Centro Cultural Vicente Musselli possam ter reconhecimento pelas instituições de ensino, deixando de ser apenas cursos livres, mas também oferecendo formação técnica nas áreas da Cultura e das Artes. Promover maior integração do Centro Cultural com os bairros distantes;

- ✓ Atuar para a criação de uma Lei de Incentivo à Cultura Municipal, por meio da possibilidade de destinação de Imposto sobre Serviços (ISS) pelas empresas, valendo-se da Lei Rouanet como modelo;
 - ✓ Desenvolver mecanismo legal que incentive as empresas privadas a destinarem recursos de Leis de Incentivo à Cultura, nos âmbitos Estadual e Federal, para projetos elaborados para realização na cidade de Valinhos, ativando a economia cultural e criativa, valorizando toda a classe artística e cultural da cidade, bem como trazendo opções de cultura e lazer à população;
 - ✓ Apoiar a realização e retomada da Festa do Folclore e demais manifestações da Cultura Popular.
- ✓ Apoiar a Orquestra Filarmônica de Valinhos, buscando convênios com a iniciativa privada, uma vez que esta possui utilidade pública Municipal e Estadual;
 - ✓ Criação na Secretaria de Cultura de um departamento especializado em projetos para
 - ✓ captação de recursos junto aos governos estadual e federal, via Lei Rouanet.

Turismo e Eventos

Valinhos pode não ter a característica de uma cidade turística, que vive do turismo, mas tem elementos culturais, ambientais e arquitetura capaz de gerar atratividade turística, caso seja desenvolvido um amplo e completo projeto para o fomento do turismo na cidade. Além disso, não podemos esquecer o turismo religioso alavancado pela Rede de TV Século XXI e pela Associação do Senhor Jesus, e o dinâmico turismo de negócios gerados pelas empresas multinacionais e de médio porte instaladas na cidade.

Junte-se a isso a riqueza da fruticultura e as belas paisagens da região do Macuco, Reforma Agrária e Capivari, que levou Valinhos a se integrar ao Circuito das Frutas, a tradição e a importância da Festa do Figo, um importante alicerce para o agroturismo. Além disso, ainda não conhecemos o potencial e nem a riqueza escondida na Serra dos Cocais, quer por sua rica e robusta natureza, quer por sua rica história guardada nas sedes das antigas fazendas.

Contar essas histórias e abrir a Serra dos Cocais para visitação através de um Parque Ecológico, é ter então uma proposta de ecoturismo.

Propomos portanto, que seja retomada a vocação turística de Valinhos, com múltiplos objetivos. Desta forma, o turismo será no nosso governo, um indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no município, valendo-se do turismo como um importante promotor da inclusão social, inclusão esta que será alcançada por duas vias: a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas com especial ênfase na função social do turismo.

Pretendemos construir “O Plano Municipal de Desenvolvimento Turismo” no município de forma sustentável, por meio da promoção da melhoria das relações sociais (menores desigualdades sociais, aumento da renda média e do poder de compra da população local), da valorização da cultura local (orgulho da cultura local e sentimento de identidade), da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento da economia de forma equilibrada e consistente. Mais do que uma carta de intenções, será um instrumento de ação estratégica, bem delineada nos seus macroprogramas e nas metas para os próximos quatro anos. Fortalecer e promover o turismo local como fator de desenvolvimento regional, assegura o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes.

Propostas

- ✓ Conselho Municipal de Turismo: Reativar o COMTUR;
- ✓ Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Criar o programa, visando dar suporte e condições aos projetos e ações relacionados à implantação efetiva do Projeto de Turismo em Valinhos;
- ✓ Plano Diretor de Turismo: Formar uma equipe especializada para desenvolver, juntamente com o COMTUR, o Plano Municipal de Turismo, definindo metas, ações e potencialidades a serem exploradas;
- ✓ Turismo Receptivo: Criar um projeto dentro do Programa de Desenvolvimento do Turismo, visando preparar os taxistas, frentistas, funcionários de padarias e postos de combustíveis a prestar um bom atendimento ao turista, com o Centro de Informações Turísticas e a devida sinalização da cidade;
- ✓ Patrimônio Histórico: Preservar o vasto patrimônio, que precisa ser catalogado e restaurado para ser transformado em oferta turística, como por exemplo, a Matriz de São Sebastião, a antiga arquibancada do Clube Atlético Valinhense, o Museu “Fotógrafo Haroldo Pazinato”, a antiga Casa do Chefe da Estação, os jardins projetados pelo paisagista Burle Marx na sede social do Clube Vale Verde, as chaminés da antiga cerâmica Spadaccia, as antigas sedes de fazenda, a casa de Flavio de Carvalho entre outros;
- ✓ Polo Turístico Circuito das Frutas: Atuar junto às demais cidades participantes e ao governo do Estado para que o Circuito das Frutas possa ganhar uma nova dinâmica;
- ✓ Trem Turístico: Realizar estudos para viabilização da continuidade do Trem Turístico de São Paulo até Valinhos, pois hoje ele chega somente até a cidade de Jundiá;
- ✓ Agroturismo: Ampliar e aprimorar o desenvolvimento na região do Macuco e Reforma Agrária, agregando novos valores e estimulando a participação de novos proprietários rurais;
- ✓ Programa de Desenvolvimento do Artesanato Local: Criar o projeto visando valorizar os artesãos, em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Artesanato – SUTACO;
- ✓ Turismo de Eventos: Criar junto à secretaria responsável uma equipe especialmente preparada para catalogar os principais eventos realizados na cidade e também promover a

atração dos mesmos, entre eles simpósios, seminários, feiras, exposições, eventos esportivos, eventos de lazer de nível nacional e internacional. Esta equipe também terá a missão de estabelecer o calendário anual fixo de eventos e promover a imagem de Valinhos pelo estado e pelo Brasil, participando de Feiras e Eventos, divulgando os produtos turísticos, especialmente a Festa do Figo e a Expo Goiaba;

- ✓ Espaços Públicos para Eventos e Lazer: Promover e apoiar a realização de eventos em locais como o Parque Municipal “Monsenhor Bruno Nardini” e o Centro de Lazer do Trabalhador “Ayrton Senna”, revigorar as praças públicas e as áreas de convivência;
- ✓ Revitalização do Parque de Exposições Municipal Monsenhor Bruno Nardini - A estrutura física do Parque de Exposições está defasada, com prédios antigos e implantados de forma a não constituir espaços confortáveis para um essa função. Nossa gestão promoverá o Plano Diretor do Parque, visando a adequação dos espaços e a definição das funções de maneira a impedir a instalação de qualquer tipo de construção que fuja da característica do Parque. Com isso possibilitaremos que as futuras atividades, como shows, exposições e a própria Festa do Figo sejam potencializadas. Em especial a Festa do Figo será totalmente remodelada a fim de proporcionar a divulgação do município pelo Brasil, visando, sobretudo, agregar valores culturais, históricos e valorizar as duas principais colônias envolvidas no cultivo das frutas, a italiana e a japonesa. Retomar a realização de shows priorizando as bandas, músicos e artistas locais e nesta nova Festa do Figo, o homem do campo e as frutas típicas da região terão papel de destaque;
- ✓ Estímulo ao Turismo na Serra dos Cocais – A região do bairro Alpinas e da Serra dos Cocais é de importância fundamental para Valinhos, tanto do ponto de abastecimento de água e preservação ambiental, quanto da possibilidade de desenvolvimento de uma nova economia baseada no turismo cultural, ambiental e de aventura. Com essa proposta estimularemos a preservação da área para que, nos moldes da cidade de Campos do Jordão, implantaremos pequenas vilas com bares, restaurantes, pousadas, praças trazendo vida para a região que hoje está abandonada;
- ✓ Reconhecimento e valorização da Rua XII de Outubro, Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária, da Casa da Fazenda Capuava, das chaminés de olarias e pesqueiros como patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico, tornando-os pontos turísticos;
- ✓ Estímulo a implantação de novos restaurantes, bares, pousadas, hotéis, enfim, todo o setor turístico e os serviços secundários, que possibilitará a entrada de recursos externos através de turistas na economia direta do município.

Esporte e Lazer

Esporte e lazer são direitos fundamentais para a garantia do desenvolvimento social e requerem ser tratados como políticas no município, razão pela qual em nosso governo estarão inseridos como tal, contribuindo para a qualidade de vida da população, primando pela emancipação e pelo desenvolvimento humano. Aos poucos o esporte e o lazer vêm ganhando importância e passou-se a entendê-los como setores fundamentais para o desenvolvimento social. E, falar em políticas de esporte, de lazer, de cultura e de educação é sem sombra de dúvida, falar em desenvolvimento humano. Essa é uma tarefa de grandes dimensões, porque passa pelo reconhecimento do papel que a atividade esportiva e de lazer desempenham em nossas vidas.

Esta concepção nos leva a repensar quanto é importante a ampliação da oferta de atividades esportivas, recreativas e de lazer, combatendo todas as formas de discriminação, na busca da inclusão social e da qualidade de vida. Outrossim, elas devem ser desburocratizadas para permitir o acesso dos cidadãos, contemplando e reconhecendo as diversas iniciativas de variados programas e projetos de esporte educacional e lazer.

O esporte, ainda, tem um papel de suma importância para a formação das pessoas uma vez que contribui nos ensinando que as vitórias são fruto de construções coletivas, de ideias amadurecidas, de planejamento contínuo, de papéis definidos, de metas objetivas, de gestão eficiente, de políticas amplas. Trata-se de quebrar mitos e preconceitos e de assegurar maior transparência e participação popular no processo de gestão esportiva e de lazer. Ele ainda é um componente fundamental na afirmação da identidade nacional, fator de unidade em nossa diversidade cultural.

Consideraremos, ainda, o esporte e o lazer numa perspectiva da intersetorialidade das políticas públicas, articulando-os de forma transversal, com a cultura, o turismo, a educação, a saúde e outras enfatizando a importância das várias dimensões do lazer, aliadas à arte e à música, à comunicação, à vida na natureza, ao bem estar, à moradia, à saúde com qualidade de vida para a apropriação coletiva, lúdica, crítica e criativa das diversas manifestações que compõem o patrimônio cultural local propiciando novas formas de aprender, viver, explicar e organizar a vida social e construindo proposições mais críticas ao campo de intervenção no âmbito do esporte e lazer.

Finalmente, o esporte e o lazer vão se constituir fator de desenvolvimento sociocultural e econômico, gerador de emprego e renda. Criando uma dinâmica econômica em cadeia, com efeitos que vão desde a indústria que produz material esportivo, no comércio que o distribui, na realização de eventos, no turismo, na promoção comercial, nas empresas prestadoras de serviços, enfim, em todos os setores.

Propostas

- ✓ Reorganizar o Conselho Municipal de Esportes, de forma a garantir a democratização com a representação de diversos segmentos do esporte e lazer, dando-lhe caráter consultivo, fiscalizador, deliberativo e normativo e acerca das políticas públicas setoriais de esporte e lazer, devendo ser garantida a paridade entre o poder público e a sociedade civil;
- ✓ Reestruturação da Secretaria de Esportes, criando setores específicos para tratar de Projetos de Lei de Incentivo ao Esporte; Rendimento, Esportes e Manutenção; Eventos Esportivos e Sociais Internos e Externos (aulas de ginástica, musculação, lazer na praça, melhor idade);
- ✓ Implantar o Segundo Tempo: O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens,

como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social;

- ✓ Promover e incentivar a participação de pessoas com deficiência em atividades de esporte e lazer;
- ✓ Promover o lazer e a educação ecológica, bem como incentivar caminhadas ecológicas em áreas rurais com orientação de guias experientes pertencentes a Grupos Ecológicos da cidade (trekking, escalada esportiva, arborismo, mountain bike, etc.);
- ✓ Constituição de espaços públicos de lazer e cultura para a juventude, além de apoiar o esporte amador e participativo, a criação e modernização dos centros esportivos e a prática esportiva nas instituições de ensino;
- ✓ Construção do Centro Olímpico no Parque Municipal Monsenhor Bruno Nardini, com alojamentos, restaurantes e demais equipamentos necessários à prática de modalidades como: atletismo, basquete, boxe, esgrima, ginástica, handebol, judô, levantamento de peso, luta, natação, natação sincronizada, polo aquático, saltos ornamentais, taekwondo, tênis, tênis de mesa, tiro esportivo, tiro com arco e vôlei;
- ✓ Construção de Parques Urbanos que visam a utilização dos terrenos institucionais, de lazer e área verde do município, criando centros comunitários, culturais, horta comunitária, academia ao ar livre, campo de bocha e malha, quadras poliesportivas, praças, arena descoberta e auditório de múltiplo uso;
- ✓ Construção do Parque Linear do Ribeirão Pinheiro através de operação urbana consorciada, com a finalidade de valorização e criação de patrimônio ambiental, com a recuperação da mata ciliar, e das margens do Ribeirão Pinheiros, a implantação de lagoa de contenção e raia de remo, com a implantação de espaços de uso público destinados ao lazer, esporte e cultura.

✓ **Cidade do esporte - Crianças**

Em parceria com o plano da Secretaria de Educação a prática de esportes será acrescentada no “segundo tempo” (período integral nas escolas), valorizando a recreação e a ludicidade, sempre preservando a vontade e o bem estar da criança. Dentro dessa lógica, iremos selecionar as crianças que se destacam nas modalidades, para representar o município em competições.

Criação do projeto "Lazer com a Família", onde a equipe de professores de esporte e cultura estará a cada 15 dias em um bairro proporcionando atividades culturais, esportivas e de lazer durante uma manhã.

✓ **Cidade do Esporte - Adolescentes**

Escolinhas de Esportes em todos os bairros com estrutura como clubes e quadras Aulas com o maior número de modalidades possíveis, fugindo do básico como futebol e vôlei, incentivando a vivência de outras modalidades Handebol, Basquete, Arco e Flexa, Skate, Patins, Atletismo, Bike etc.

Ampliar o Horário das aulas de natação, para possibilitar maior número de munícipes usufruindo das modalidades, aumentar número de piscinas incluindo parceria com clubes , mudando a forma de planejamento das aulas em forma de curso com início e fim onde no fim do curso o aluno abre vaga para um novo munícipe , os formados usar as piscinas em horários livres de aula estipulado pela secretaria .

Incentivo as aulas de artes marciais e ampliação das modalidades.

Ajuda de custo mensal para atletas que representar o município em competições no país ou fora dele.(baseado no bolsa atleta do governo federal).

✓ **Cidade do Esporte - Adultos**

Munícipes que representam o município em alguma modalidade esportiva com representação significativa, tenha direito a uma bolsa de estudos com a instituição de ensino do município, ou uma ajuda de custo baseado no bolsa atleta do governo federal;

Melhoria das quadras e praças públicas com iluminação para realização de práticas esportivas no período noturno;

✓ **Cidade do Esporte - Melhor idade**

Aulas de dança, em parceria com o Centro Cultural Vicente Musselli (forró, gafieira e samba etc) em clubes como Valinhos Clube e bairros;

Academia ao ar livre para esse público, com equipamentos direcionados e acompanhamento de um educador físico, ao menos uma vez na semana, em cada bairro;

Caminhadas uma vez ao mês por fazendas históricas, com incentivo contra o sedentarismo e divulgando a história do município (áreas verdes);

Incentivo para “atletas” da melhor idade, para competições promovidas por meio do município ou cidades vizinhas;

Faculdade da terceira idade.

✓ **Cidade do Esporte - Competições**

Incentivar todas as modalidades com realização de campeonatos internos masculino, feminino e de categoria de base; procurar dialogo com grêmios, associações e equipes municipais para uma melhor organização e apoio;

Reorganizar o calendário do futebol amador e menores da cidade privilegiando o munícipe durante o ano todo, evitando que crianças e adultos fiquem um período do ano sem competição;

Priorizar equipes de competição com modalidades em jogos regionais com competições preparatórias de acordo com o nível da equipe, sempre elevando de maneira graduada para que não aconteça o desestímulo dos atletas;

Estabelecer polos onde se concentrarão os treinamentos das modalidades, de forma que eventos externos não atrapalhem a programação de treinamento e assim o trabalho dos profissionais envolvidos não tenham seu trabalho prejudicado e o rendimento dos atletas afetado;

Melhorar as estruturas físicas e de recursos humanos.

Segurança Pública

A segurança pública é o setor estratégico para consolidar o processo democrático iniciado oficialmente em 1988 é, ainda, o instrumento para efetivar os direitos do cidadão, pois não há cidadania sem segurança pública, assim sendo, ela se torna um dos direitos mais elementares dentre os direitos fundamentais da pessoa humana, por ser aquele que possibilita o exercício e gozo dos outros direitos e que não há vida digna sem a sensação de segurança.

Os movimentos sociais brasileiros e internacionais foram propulsores da democracia e vêm criando e fortalecendo mecanismos no âmbito nacional e internacional, com a finalidade de proteção aos direitos da pessoa humana, sugerindo às sociedades democráticas, um modelo de polícia cidadã, portanto desmilitarizada.

Entretanto, observamos que as desigualdades assolam as camadas mais empobrecidas pondo esta população vulnerável à toda sorte de violação de seus direitos e, a sociedade não consegue dar respostas positivas, proativas, que reduzam esse quadro e este descaso, e acaba por expô-los à criminalidade e à violência, uma vez que permanecem quase que de forma permanente inseridos na vulnerabilidade afetiva e econômica.

A violência tem sido a solução que a sociedade tem aplicado, caminha quase que exclusivamente na repressão e na contenção, o que vai, frontalmente, contra a garantia dos direitos humanos.

A Constituição brasileira traz em seu texto o direito à prevenção, compreendido pelo acesso das pessoas ao desenvolvimento de forma integral, tanto no campo político, econômico como no social, assim sendo, a prevenção será nosso maior instrumento objetivando criar e manter hábitos e atitudes que propiciem a promoção e proteção de nosso ser, de forma que tenhamos uma vida com qualidade e plenitude.

Igualmente, faz-se urgente buscar e programar ações que se pautem, principalmente, na prevenção e que possibilitem à sociedade adquirir atitudes que a protejam e, não favoreçam o aumento da violência.

Pretendemos, desta forma, assegurar no âmbito das Políticas Públicas, a Segurança como prioridade às ações que contemplem prioritariamente a prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infraestrutura local, ofertando aos policiais condições adequadas de trabalho.

Propostas

- ✓ **Construir e fortalecer Plano Municipal de Segurança Pública** com ampla e irrestrita participação da sociedade civil, através da criação de mecanismo de acesso como fóruns, plenárias regionais entre outros;

- ✓ **Quanto à Guarda Civil Municipal**, o Governo Municipal terá um planejamento de autossustentabilidade orçamentária, inclusive com política de valorização salarial e de melhorias progressivas das condições de trabalho dos trabalhadores, além de plano de carreira ampla;
- ✓ **Criar e fortalecer escolas de formação** continuada para os profissionais das Guardas Civis Municipais baseadas na padronização da defesa dos direitos humanos e da cidadania;
- ✓ **Investir em ações de fortalecimento** e qualificação da Defesa Civil municipal para dar atendimento preventivo, rápido e eficaz nos eventos provocados por intempéries;
- ✓ **Implantar o projeto Mediação de Conflitos** que visa capacitar e profissionalizar agentes para criar nas comunidades equipes de Mediação de Conflitos que façam diagnósticos e atuem na prevenção, facilitando o diálogo entre possíveis protagonistas de conflitos.
- ✓ **Implantando a Mediação de Conflitos** nas escolas como uma forma de promover uma cultura de educação para a paz.
- ✓ **Implantar o projeto Círculo de Justiça Restaurativa**, que busca criar equipes especializadas em capacitar a própria comunidade a restabelecer a convivência social adequada, minimizando os efeitos negativos após a ocorrência de um conflito em seu espaço de atuação.
- ✓ **Rever o atual estatuto da Guarda Municipal** e adequá-lo às necessidades de uma guarda civil, de forma a estimular seus componentes a agirem de forma preventiva e, socialmente motivados.

Mobilidade Urbana

O planejamento urbano é fator essencial na discussão da mobilidade urbana.

As políticas habitacionais, de saneamento básico, mobilidade urbana, ambiental, planejamento urbano e desenvolvimento rural devem ser construídas com forte participação e sujeitas ao permanente controle popular.

O combate à especulação imobiliária deve ser feito, inclusive com uma reforma urbana que contemple e melhore a qualidade de vida da população.

E essa qualidade está totalmente comprometida quando não planejamos e mitigamos os efeitos do desenvolvimentismo criando, a insustentabilidade urbana, em que ruas e avenidas são tomadas por congestionamentos.

Isso tem implicações econômicas, ambientais e sociais, prejudicando a saúde da população e a qualidade do ar das cidades, além de aumentar sobremaneira o tempo de deslocamento de um ponto para outro.

A única solução possível está na mobilidade urbana centrada no transporte não motorizado e no transporte coletivo. O transporte coletivo deve buscar a qualidade com modicidade tarifária e rapidez nas viagens.

A seguir elencamos algumas diretrizes/propostas gerais para que tenhamos uma Valinhos em que as pessoas consigam se deslocar de um ponto a outro usando meios coletivos de transporte e de formas mais saudáveis.

Propostas

Prioridade ao Pedestre

Devemos garantir uma cidade caminhável, com intervenção da Prefeitura no espaço viário reservado aos cidadãos e cidadãs, as calçadas:

- ✓ que devem, no médio prazo, ser responsabilidade do poder local, assim como ocorre com o viário para os carros, de responsabilidade pública;
- ✓ devem ter geometria e largura adequadas, piso antiderrapante e serem totalmente acessíveis.
- ✓ Como, em geral, cerca de um terço das viagens realizadas são pelo modo a pé, junto com um Plano de Calçadas devemos efetivar ações para proteger nas ruas as pessoas, principais vítimas dos acidentes com veículos, pois os atropelamentos são responsáveis pela maioria das mortes nas cidades. Para isso há necessidade de:
- ✓ dar prioridade ao pedestre nas travessias das ruas, implantando o Artigo 70 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, que prevê que, nas vias em que não haja semáforo, os veículos devem parar nas faixas para a travessia das pessoas;
- ✓ estabelecer sinalização vertical e horizontal ampla, com faixas de pedestres, inclusive com a ampliação das lombas faixas, chamando a atenção dos motoristas para isso;
- ✓ prover educação para o trânsito nas escolas e com campanhas educativas nos meios de comunicação em larga escala;
- ✓ estabelecer programa pela redução da velocidade dos veículos para diminuir o número de acidentes e a sua letalidade;

- ✓ prover reestruturação da rede de semáforos para ampliar o tempo para que os/as pedestres, principalmente os mais idosos, possam fazer a travessia de forma segura; e
- ✓ garantir fiscalização para coibir abusos nas vias públicas.
- ✓ É possível adotar como forma de prioridade máxima ao pedestre o fechamento de algumas ruas aos domingos, para que os cidadãos e cidadãs voltem a ocupar o espaço urbano, originalmente pensado para cidadãos e cidadãs e agora ocupado pelos automóveis.

Valinhos Ciclável

Para tornar a cidade ciclável, vendo na bicicleta um veículo de transporte conforme consta no CTB- Artigo 96, é preciso:

- ✓ estabelecer um plano cicloviário, que integre o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, onde a bicicleta possa ser usada para as viagens de passeio mas também as necessárias, tais como de trabalho, ida à escola;
- ✓ implantar uma rede de ciclovia, integrada aos demais modais de transportes públicos;
- ✓ implantar bicicletários na cidade;
- ✓ estimular que as empresas, assim como os órgãos públicos, tenham local para os ciclistas trocarem de roupa e se banharem, quando forem trabalhar de bicicleta;
- ✓ implantar sinalização horizontal e vertical para proteção e informação dos ciclistas; e
- ✓ fazer campanhas informativas sobre o uso da bicicleta.

Prioridade ao transporte público

Segundo a Lei de Mobilidade Urbana 12.587/12, a prioridade no transporte priorizado deve ser para o público, que transporta a maioria das pessoas.

Para isso é preciso estabelecer:

- ✓ planos de construção de corredores e faixas de ônibus, troncalização, para diminuir o tempo de viagem dos passageiros;
- ✓ padrão da frota, de preferência com piso baixo, motor traseiro, ar condicionado, wifi, vidros escuros e direção e transmissão automática, para conforto dos usuários e tripulantes;

- ✓ modernização dos pontos de ônibus, que devem ser cobertos e bem sinalizados, de preferência com sinalização eletrônica que indica o horário que o ônibus vai passar;
- ✓ bilhetagem eletrônica, de preferência com Bilhete Único, com passagem temporal que garanta com uma mesma tarifa a múltipla utilização de veículos;
- ✓ integração com outros modais de transporte existentes para melhorar o deslocamento e baratear a passagem;
- ✓ descarbonização na matriz energética, priorizando combustíveis renováveis, de acordo com a possibilidade financeira da Prefeitura;
- ✓ implantação de GPS nos ônibus para controle eletrônico das partidas e do número de viagens;
- ✓ racionalização das linhas municipais, para barateamento do sistema;
- ✓ busca pela modicidade tarifária, beneficiando passageiros e passageiras por meio de rígido controle dos custos do sistema, do número de pessoas atendidas e com adoção de subsídio por Prefeituras que tenham capacidade fiscal para isso;
- ✓ melhoria e ampliação da infra-estrutura e da Rede Viária Estrutural, com intervenções físicas como construção de ponte para ligação dos Bairros Pinheiros e Capuava, logo no início da Avenida Altino Gouveia, assim como outra ponte para a transposição da linha férrea no Bom Retiro, a ligação entre Valinhos e Vinhedo pela Av. Joaquim Alves Correa e ampliação da Avenida Invernada.

Sobre o Marco Legal relativo à Mobilidade

É importante:

- ✓ garantir que a licitação relativa ao sistema de transporte público, tenha gestão municipal do sistema e manutenção de formas de controle social;
- ✓ estruturar e/ou atualizar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, estabelecendo metas e princípios de acordo com a Lei de Mobilidade Urbana;
- ✓ criar um Departamento de Mobilidade Ativa, para apoio a pedestres e ciclistas;
- ✓ investir na qualificação do funcionalismo público que trabalha na área de mobilidade urbana.

Participação Popular e Transparência

É preciso garantir a radicalização da democracia:

- ✓ com total controle público do sistema de transporte municipal;
- ✓ pela real implantação e dinamização do Conselho Municipal de Transportes, com funções deliberativas e consultivas;
- ✓ pela publicação de todas as planilhas com custos detalhados e auditados do sistema de transporte municipal, no sítio de internet da Prefeitura.

Integração Regional na área do transporte coletivo

A integração regional entre municípios é fundamental para a implantação e dinamização de sistemas de transporte coletivo:

- ✓ conforme a realidade das demandas e possibilidades do município e da região, pode ser recomendável a constituição ou fortalecimento de consórcios para o planejamento e implantação ou dinamização de sistemas de transporte coletivo;
- ✓ o município deve cobrar do governo estadual a participação no planejamento e na celeridade dos projetos de mobilidade urbana de âmbito intermunicipal, como por exemplo a interligação com Vinhedo.

Mobilidade e Educação

O tema sobre qualidade de vida nas cidades, incluindo a temática da mobilidade urbana, deve constar nos currículos do ensino básico como matéria transversal, ressaltando o respeito às regras de trânsito, a importância da mobilidade ativa e do transporte público.

Há necessidade de campanhas públicas sistemáticas dirigidas à população visando responsabilidade ao dirigir, mostrando as causas dos acidentes de trânsito e as consequências do excesso de veículos individuais.

Desenvolvimento Local Sustentável

O governo deve garantir isonomia, igualdade, justiça social e preservar os recursos comuns para as atuais e as futuras gerações. A isto se pode chamar desenvolvimento sustentável. Sob esta ótica, desenvolvimento sustentável é condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades.

O Desenvolvimento Econômico Sustentável tem, portanto, como referencial o ser humano e a preservação do meio ambiente. Estas políticas devem ser planejadas e trazerem como benefício sua sustentabilidade e sua estreita relação com o meio ambiente, garantindo o equilíbrio ecológico.

Por outro lado o desenvolvimento dos municípios não é determinado apenas pelas condições locais. Ele está articulado a processos condicionantes e recursos de outras esferas mais amplas do que a do município (regionais, estaduais, nacionais e mesmo internacionais).

A Região Metropolitana de Campinas, onde se situa nosso município, vem passando por um processo irreversível de consolidação industrial como reflexo da retração econômica da aglomeração que se verifica no setor industrial brasileiro e mundial, e que é responsável pela contínua transferência de plantas industriais da região do ABC para outras regiões do país, em particular para nossa região.

Esta região ao mesmo tempo em que potencializa sua vocação de polo industrial tecnológico, municípios outrora aprazíveis como Valinhos sofreram um rápido processo

de urbanização e de transformação de sua paisagem com consequente degradação ambiental face da consolidação desse processo. Isto se constata pelo crescimento populacional que hoje é maior do que a RM de Campinas e muito maior do que o do Estado.

Por esse aspecto, entendemos que Valinhos deve ser pensada no âmbito regional e local buscando-se uma nova agenda estratégica que fortaleça sua vocação econômica, garantindo lugar às novas perspectivas econômicas que se consolidam na RMC, enfatizando uma forma sustentável de desenvolvimento. Tal ação deve ser entendida como o atendimento das necessidades das gerações presentes e futuras sob uma nova ótica, onde a gestão ambiental deva ser parte integrante desse processo desenvolvimentista, e não parte isolada do mesmo.

Fundação Seade - PIB Municipal 2013

Fundação Seade - PIB Municipal 2013

Municípios	Valor Adicionado				Total (em mil reais)	Impostos (em mil reais)	PIB (2) (em mil reais)	PIB per Capita (3) (em reais)
	Agropecuária (em mil reais)	Indústria (em mil reais)	Serviços (em mil reais)					
			Administração Pública	Total (1)				
Indaiatuba	27.031	3.114.882	742.058	4.780.548	7.922.461	2.381.341	10.303.802	47.776
Valinhos	31.171	1.443.461	446.783	2.609.020	4.083.652	886.975	4.970.627	43.979
Vinhedo	16.453	2.234.261	334.077	3.146.329	5.397.044	1.740.220	7.137.263	105.116
Louveira	26.730	3.011.792	211.806	6.059.242	9.097.764	2.500.893	11.598.657	285.204

Em comparação aos municípios vizinhos Valinhos possui um baixo crescimento, que é perceptível no Produto Interno Bruto (PIB). Nosso maior déficit é exatamente no setor industrial, comprovando o fracasso da política baseada no mercado imobiliário.

Propõe-se a implantação de políticas ativas que gerem emprego e renda direcionados, preferencialmente, às camadas mais excluídas devendo promover e incentivar a autogestão desta população.

Possibilita, ainda, criar condições para melhorar a renda familiar com o apoio aos pequenos e médios produtores rurais e urbanos, e a grupos que possam desenvolver uma ação de geração de renda.

Pretendemos incentivar ações que viabilizem linhas de financiamento a pequenos produtores que não tem acesso ao sistema financeiro formal, bem como, promover a economia solidária com a criação e o incentivo de cooperativas que abram espaço para a geração de renda de forma solidária promovendo a economia biocentrada, solidária, agro ecológica, familiar e orgânica possibilitando que as comunidades produzam o que consome, articulando ainda produtores e consumidores numa verdadeira democracia alimentar.

Outrossim, é necessário que sejam criados fóruns no Município e na RMC para organizar os setores do Município e da região objetivando discussão e deliberação de ações que ampliem a geração de emprego e desenvolvimento, tanto regional como local, devendo ser a discussão ampliada para temas mais complexos da cidade e da região, interferindo nas decisões do capital. Esta proposta nos desafia à interlocução entre

camadas da população trabalhadora que incorpore outros interesses capazes de associar-se a projetos e iniciativas comuns.

Propostas Regionais

- ✓ Desenvolver um intenso trabalho de parceria do Poder Público (municipal e regional) com as entidades da sociedade civil que se relacionem com o tema da recuperação ambiental.
- ✓ Ampliar a aproximação com as grandes empresas industriais e comerciais, para incorporá-las ao esforço comum de desenvolvimento regional sustentável.
- ✓ Desenvolver mecanismos que favoreçam o apoio às atividades econômicas cooperativadas e autogestionárias de forma a promover a inclusão do desempregado no mercado de trabalho.

Propostas Municipais

- ✓ Propor a execução de um zoneamento econômico-ambiental de forma a conduzir a expansão econômica do município em equilíbrio com a real capacidade de sustentabilidade ambiental.
- ✓ A Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhará, incentivará e apoiará aquilo que é inovador (o desenvolvimento promoção das atividades econômicas socioambientais com o objetivo de manter aquilo que já existe e atrair o restante da cadeia produtiva).
- ✓ Criar mecanismos de incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas ligadas à preservação ambiental e, compatíveis com a vocação de proteção aos mananciais.
- ✓ Fortalecer e valorizar a identidade local do município no que tange a sua vocação econômica tradicional aliada às novas tendências do setor terciário, como o turismo rural, cultural e ambiental procurando firmar a forte imagem de qualidade de vida que o município ainda oferece.
- ✓ Desenvolver ações no sentido de fortalecer a ação pública não estatal desenvolvida pelas entidades civis sem fins lucrativos (o chamado “Terceiro Setor”), para complementar e ampliar os serviços públicos voltados ao desenvolvimento econômico e à geração de emprego e renda.
- ✓ Desenvolver mecanismos de financiamento, voltados a grupos cooperativados e de micro e pequenas empresas, baseado em recursos oriundos do Governo Federal, tais como as linhas operadas pelo FAT, linhas de crédito de bancos oficiais, parcerias, etc.

- ✓ Propor ações regionais que fomentem a projeção de Valinhos e da região como um todo a nível nacional e internacional, vinculando-se às redes internacionais de cooperação local voltadas ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental.
- ✓ Implantar o Parque Industrial na porção leste do município, vinculado a uma legislação de incentivo e atração de indústrias de baixo impacto ambiental que reduza o custo Valinhos e proporcione a geração de empregos para a população.
- ✓ Incentivo a iniciativas de economia solidária: seja em relação à produção e consumo de bens e serviços, seja na busca de soluções alternativas de sobrevivência, usando, para tal, os recursos orçamentários da prefeitura destinados à manutenção e ao funcionamento dos órgãos e serviços públicos municipais, bem como, aos investimentos.
- ✓ Desenvolver o projeto de Economia Solidária: Ao falarmos de economia solidária devemos nos reportar a necessidade de desenvolvermos uma cultura solidária que fortaleça a solidariedade entre as pessoas, fazendo com que formas de produção individuais sejam socializadas, promovendo, novos meios de produção e de consumo alternativos. As regras de comportamento seguidas hoje em dia precisam ser alteradas, é preciso que se estabeleça um novo conceito de economia que se norteie pela participação e pela colaboração garantindo a autogestão.

Incentivando a economia solidária criaremos em seguida redes de produtores e de consumidores. E, com a criação do Micro Crédito, poderemos financiar os pequenos produtores e, ainda, dar início ao autofinanciamento e a um sistema de crédito interno entre cooperativas e associações solidárias.

Uma vez implantadas as redes solidárias, estas poderão escolher os produtos, de compra, de produção e de comercialização até mesmo sem a utilização da moeda corrente, mas de troca que é uma experiência realizada na Argentina que vem apresentando resultados satisfatórios.

Propostas

- ✓ Programas de geração de emprego e renda;
- ✓ Cooperativas populares;
- ✓ Criação de um núcleo de industrialização dos produtos agrícolas;
- ✓ Qualificação do trabalhador;
- ✓ Micro Crédito;
- ✓ Incentivar a vocação econômica industrial da cidade;
- ✓ Captar as empresas geradas a partir de incubadoras como a UNICAMP;

- ✓ Incentivar o turismo;
- ✓ Implantar o Parque Industrial.

Habitação

A habitação é um dos calcanhares de Aquiles do atual governo municipal. Após 4 anos nenhuma nova unidade habitacional foi construída em nossa cidade. A Secretaria de Habitação não tem estrutura mínima para captar recursos para prover novas habitações, assim como o valor elevado da terra também contribui para essa realidade.

Após aprovar a construção de 900 unidades visando a revogação do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Meio Ambiente (EIA-RIMA) do Plano Diretor, que proporcionou a abertura de toda a Macrozona Rural Turística para a construção de condomínios para pessoas de alta renda, o atual governo escondeu de toda a população que só haviam 440 unidades liberadas para Valinhos pelo Ministério das Cidades, através do Programa Minha Casa Minha Vida, na faixa 1, ou seja, para famílias de baixa renda.

Reforçando a falta de compromisso com a construção de habitações populares pelo atual governo municipal, 117 unidades liberadas pelo CDHU desde o governo anterior, não foram construídas por falta de interesse em indicar um terreno viável para a construção, uma vez que, o terreno originalmente ofertado ao CDHU era um antigo lixão.

Nosso governo tem o compromisso de produzir as unidades habitacionais para as famílias valinhenses com renda na faixa 01, através dos programas: PAC II, MCMV II, FNHIS e CDHU.

Porém, nossa concepção de habitação é muito mais ampla do que apenas uma casa. O habitat como conceito que abrange crianças na escola, saúde para todos, desmantelamento das estruturas do crime organizado, controle da arrecadação e da aplicação dos impostos, são componentes da vida urbana e se relacionam diretamente com a consolidação do direito à moradia digna.

Os novos conjuntos habitacionais deverão ser implantados em regiões com infraestrutura viária e de saneamento básico, buscando a inserção na malha urbana e potencializando os serviços e equipamentos públicos instalados.

Hoje vivemos um momento de grande investimento no setor habitacional, temos Plano Nacional e Municipal e metas de déficit e demanda a serem cumpridas. A população valinhense não pode mais viver de promessas é hora de realizações.

Além da sistemática denunciada desse perverso quadro de exclusão a que as classes menos favorecidas têm passado uma gestão democrática e popular não se furtará pela captação de recursos federais e estaduais. Pretendemos assim atuar em duas frentes distintas:

1. Na integração da Prefeitura ao SNHIS e na aplicação plena da Política Habitacional do PLHIS;
2. Na capacitação administrativa para um trabalho permanente, constante e competente junto aos órgãos responsáveis pelos financiamentos e programas. Isso representará uma nova organização da Secretaria de Habitação já descrita neste documento.

Diretrizes

- ✓ Moradia e regularização fundiária como um direito social;
- ✓ Prioridade para a população de baixa renda;
- ✓ Estímulo à autogestão na produção de material de construção;
- ✓ Fortalecimento do Conselho Municipal da Habitação;
- ✓ Articulação da política habitacional com a política urbana e ambiental;
- ✓ Diversidade de programas e valorização do projeto arquitetônico;
- ✓ Apoio e assistência técnica à autoconstrução e às cooperativas;
- ✓ Programa de provisão de terras;
- ✓ Estímulo e regras para a produção privada de habitação e outras edificações;
- ✓ Instrumentos de política urbana.

Propostas

- ✓ Na revisão do Plano Diretor III, prever demarcações de ZEIS de Indução e amarração com o PLHIS;
- ✓ Criação de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social – nas áreas carentes passíveis de urbanização, prevendo esta e a titulação da posse da terra através da Concessão Real de Uso;
- ✓ Produzir pelo menos 500 Unidades Habitacionais.
- ✓ O Conselho Municipal da Habitação e o Fundo Municipal da Habitação constituem-se nos instrumentos responsáveis pela política e financiamento dos programas habitacionais. A gestão municipal proporá a potencialização do Fundo Municipal da Habitação com previsão de recursos próprios: o governo, apesar das limitações dos recursos municipais, terá dotações no orçamento para a área habitacional, às quais se somarão receitas provenientes da aplicação dos instrumentos de Política Urbana (IPTU progressivo, Solo Criado, etc.), e de outras fontes que venham a ser

obtidas; e recursos externos advindos de convênios com o Governo Federal e Estadual.

Política Urbana

"A política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus habitantes."

A propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende às exigências do Plano Diretor, sobrepondo o interesse da sociedade ao interesse privado.

Os instrumentos urbanísticos do Estatuto das Cidades deverão ser implementados para que o município possa entrar num novo patamar de desenvolvimento urbano, respeitando o interesse público. O Poder público poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado ou subutilizado - uso inadequado - consequente parcelamento - imposto progressivo ou desapropriação, sendo estes os instrumentos para enfrentar a especulação imobiliária.

A especulação provoca vazios urbanos - valorização fundiária em detrimento de serviços de infraestrutura (custeio pelo poder público-cidadão) – e a população menos favorecida não tem acesso às áreas urbanizadas devido ao preço da terra elevado.

Desta forma torna-se fundamental a aplicação da política urbana que visa o que se estabelece o Estatuto das Cidades.

Propostas

- ✓ Revisão do Plano Diretor III de forma participativa.
- ✓ Planejamento Participativo para promover fortalecimento da cidadania, a criação de instrumentos de participação institucionalizada - lideranças comunitárias, conselho, etc, implementando procedimentos técnicos para solucionar os problemas urbanos, desenvolvendo um planejamento estratégico que permita melhorias a curto prazo sem prejuízo do objetivo global.
- ✓ Planejamento Estratégico visa planejar o desenvolvimento baseado nas potencialidades do município.
- ✓ Atribuições Básicas para o Plano Diretor IV: Ordenar a estrutura urbana de maneira a atender às expectativas geradas pelo planejamento estratégico. Tornar a cidade atrativa e competitiva - novos investimentos. Impulsionar o desenvolvimento econômico em harmonia com o desenvolvimento social. Considerar os aspectos ambientais como base para o planejamento físico e econômico. Incentivar a parceria com a iniciativa privada e governo. Possibilitar um crescimento em concordância com a rede de infraestrutura e serviços. Ser de fácil compreensão -

fácil implantação - adaptável às mudanças que se fizeram necessárias. Contar com a participação da população.

- ✓ Elaboração dos Planos Setoriais em consonância aos Planos Nacionais.
- ✓ Unidades de Planejamento Ambiental como forma de organização e projeto urbano.
- ✓ Plano de Bairros: À medida que a cidade cresce, a densidade populacional aumenta, o tráfego de veículos se intensifica e aumenta a clientela dos serviços urbanos. Nesse modelo de estruturação urbana o que se tem a fazer é salvar as *ilhas de tranquilidade* em meio aos *centros de serviços e comércio*. Dessa forma garantiremos o morar tranquilo e o morar perto de tudo, que todos almejam.

O que pretendemos é desenvolver um modelo de planejamento urbano que leve em consideração os conceitos de ilhas de tranquilidade e centros de serviços a serem implantados no agrupamento de bairros.

A cidade será dividida por Unidades de Planejamento Ambiental (UPA), respeitando as bacias hidrográficas, que serão estudadas a partir de diversas matrizes, buscando concilia-las e proporcionando a cada UPA um planejamento que direcione seu crescimento ao longo do tempo, levando em consideração o conceito de Unidade Ambiental de Habitação, sempre buscando a integração ao sistema de transportes, seja coletivo ou privativo.

Muitos ao lerem essa proposta de Unidade Ambiental de Habitação remeterão à imagem dos condomínios fechados, porém afirmamos que os condomínios só na aparência atendem o conceito de morar em local tranquilo e o morar perto de tudo.

Ao se constituir num produto de venda que se encerra em si mesmo, ele se localiza em qualquer lugar, independentemente da estrutura que organiza a cidade. Além disso, sua proposta é de isolamento, quando impede que pessoas de fora adentrem esse espaço, mantendo-o como um mundo a parte.

O Plano de Bairros, ao contrário, pretende manter em bairros onde ainda não as perderam, ou devolver a outros, ruas e praças aos cidadãos, que podem manter sua tranquilidade sem se isolar e sem deixar de usufruir de todo o espaço articulado, onde se trabalha, se abastece e principalmente se convive.

A Unidade Ambiental de Habitação, vista sob esse prisma, deve ser capaz de dar conta dos serviços de seu cotidiano, como permitir a frequência à escola pela criança em segurança e usufruir do abastecimento alimentar e outros serviços complementares à moradia. Para outros serviços o morador terá o centro de Valinhos.

O Plano de Bairros será construído com a participação ativa dos moradores de cada Unidade de Planejamento Ambiental. Ele será implantado com os moradores participando de sua elaboração e mantendo sua defesa a cada novo governo.

Será debatido durante a revisão do Plano Diretor III, de forma participativa, gerando um projeto de Lei dos Planos de Bairros, para que os direitos que se quer assegurar sejam atendidos. Até porque, serão necessárias várias ações de vários governos, para completar a urbanização com os serviços básicos que forem identificados no Plano. Também será necessário participar das discussões do orçamento municipal, no caso implantarmos o Orçamento Participativo para que cada UPA possa definir os investimentos públicos que serão aplicados na execução do Plano de Bairros local. Desta forma estaremos abrindo espaço para que aja uma efetiva participação no processo de gestão dos bairros e da cidade.

Por fim, entendemos que um plano de melhorias urbanas, como os Planos de Bairros, deve se adequar às continuas modificações que vão ocorrendo no meio urbano ao longo do tempo, e para isso, será necessário fazer revisões dos Planos de Bairros, a cada quatro anos, como processo de gestão.

A revisão dos Planos de Bairros deverá ser realizada sempre que a população julgar necessário, dentro do período maior que dois anos e menor que quatro. As decisões deverão então ser estabelecidas de forma democrática, em assembleias abertas, por meio de lideranças locais e pela maior parte dos moradores da Unidade Ambiental de Habitação.

Meio Ambiente

O desenvolvimento de políticas ambientais requer um planejamento cuja amplitude abranja as regiões metropolitanas e do entorno, entretanto isto não acontece por falta de investimentos em políticas eficazes de recursos hídricos; saneamento; transporte/mobilidade urbana; habitação e preservação de mananciais, entre outras de caráter regional, bem como pela falta de interlocução acabando por fragilizar mais os municípios.

Vivemos um momento político e social em que a sociedade em geral esta mais sensibilizada em relação a proteção ambiental e se coloca com mais disposição para o debate das políticas públicas, portanto é um momento, propício às novas propostas que se direcionem a proteção, conservação e uso sustentável do patrimônio natural; a redução das injustiças ambientais; a política de implantação de direitos étnicos, sociais e ambientais; ao protagonismo em política ambiental global e finalmente ao controle (fiscalização e licenciamento) e educação ambiental.

Desta forma o avanço dessas políticas, passa pela necessidade de se garantir que, a gestão ambiental esteja no cerne das políticas públicas, apresentando novas perspectivas para que se caminhe efetivamente na direção do desenvolvimento sustentável, na perspectiva do usufruto comum das riquezas naturais, utilização de tecnologias produtivas e inovadoras que respeitem a capacidade de suporte dos ecossistemas; promoção de um meio ambiente – socioeconômico equilibrado.

As propostas de políticas ambientais, deverão estar necessariamente vinculadas à justiça social e a um desenvolvimento compatível a conservação dos recursos naturais, sobretudo aqueles inseridos e relacionados a trânsito, recursos hídricos, resíduos sólidos, articulação em “consórcios” intermunicipais é de fundamental importância, devendo sobre tudo romper com a visão setorial.

Outro aspecto vinculado ao meio ambiente diz respeito a proteção da fauna que vem sendo dizimada na medida em que as zonas urbanas avançam sobre áreas verdes extinguido espécies que protegem inclusive o resflorentamento e a proteção da mata. Neste processo devem ser incluídos os animais domésticos que, também, sofrem o descaso da população, e mais ainda do poder publico que não desenvolve uma política protetiva para os animais.

Diretrizes/ Propostas

- ✓ Preservação dos lençóis freáticos, proteção das matas ciliares, mananciais e áreas de reservas ambientais;
- ✓ Planejamento urbano integrado e participativo;
- ✓ Institucionalização da gestão ambiental enquanto estrutura específica às demais esferas de governo nas administrações públicas;
- ✓ Desenvolvimento de políticas que priorizem o saneamento e a educação ambiental, bem como a liderança num processo de transição para uma “economia verde”.
- ✓ Reorganização do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ).
- ✓ Criação e manutenção de estrutura para a Proteção Animal em parceria com as entidades de proteção animal da cidade visando o bem estar animal.
- ✓ Transformar e qualificar o ambiente urbano de Valinhos, criando os Parques Lineares e recuperando parques e praças existentes, combatendo a poluição do ar, do solo, despoluindo e incorporando os cursos d’água na paisagem urbana.
- ✓ Garantir essa participação na elaboração do Plano Municipal de Meio Ambiente e na re-implantação e fortalecimento do Conselho Municipal do Meio Ambiente.
- ✓ Mapeamento integral e delimitação oficial da área da Serra dos Cocais no território municipal e sua transformação em Unidade de Conservação, em consonância com a lei federal n. 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e/ou Rede Global de Geoparques da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO);
- ✓ Implantação do Observatório Socioambiental e Núcleo de Educação Socioambiental com gestão compartilhada (poder público e entidades do Terceiro Setor), com vistas à promoção das temáticas ligadas ao meio ambiente e desenvolvimento socioambiental sustentável em parceria com escolas, associações de bairro, igrejas, sindicatos, empresas, entre outros;

- ✓ Implantação da política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como mecanismo para a preservação dos recursos naturais no território municipal, em especial, os recursos hídricos;
- ✓ Incentivar iniciativas ligadas ao conceito de Economia Verde, objetivando a promoção de cadeias produtivas locais e a melhoria dos processos produtivos, o desenvolvimento de tecnologias limpas, a redução da produção de resíduos mediante o aumento da eficiência no uso dos recursos naturais, o consumo local sustentável, a economia de baixo carbono e a produção de alimentos livres de agrotóxicos;
- ✓ Fortalecimento da Política Municipal de Resíduos Sólidos, em consonância com a lei federal n. 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- ✓ Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico em todo o território municipal, de forma a conduzir a expansão econômica em equilíbrio com a capacidade de suporte dos ecossistemas locais;
- ✓ Transformação da Estrada do Jequitibá em 'Estrada-Parque' a fim de servir como vetor para o desenvolvimento de atividades turísticas na região da Serra dos Cocais, prevendo o incentivo à adequação das propriedades lindeiras, a criação de boulevards para contemplação cênica e implantação de equipamentos destinados às atividades de turismo;
- ✓ Implantação de sistema de monitoramento e prevenção de incêndios no território municipal integrado à Defesa Civil;
- ✓ Viabilizar estudos técnicos de outros reservatórios de água para o abastecimento municipal, principalmente nas bacias hidrográficas existentes na Serra dos Cocais.

Água, Esgoto, Drenagem e Resíduos Sólidos

Abastecimento de água

O sistema de abastecimento de água do município de Valinhos é composto por 2 Estações de Tratamento de Água (ETAs I e II), 4 captações em barragens de regularização de vazão (Figueiras, Santana dos Cuiabanos, Moinho Velho e Sistema Iguatemi - Bom Jardim), 1 captação direta em curso d'água (Rio Atibaia) e uma série de captações em poços profundos.

Uma das captações (Barragens do Sistema Iguatemi-Bom Jardim), devido à sua localização em região montanhosa de cota elevada em relação à zona urbana do município (Serra dos Cocais), fornece água bruta para a ETA I totalmente por gravidade, sendo, portanto, de grande importância econômica para o município pelo fato de fornecer água de boa qualidade sem nenhum custo de bombeamento e com baixo custo de tratamento.

A captação da Barragem Moinho Velho é complementar e funciona como reforço da captação do Sistema Iguatemi - Bom Jardim, pois bombeia água, através de estação elevatória, para uma caixa de passagem existente na adutora daquele sistema. Por

utilizar a mesma adutora, este sistema só entra em operação na estiagem, quando há redução no volume de água dos reservatórios existentes junto às captações dos Córregos Iguatemi e Bom Jardim e a vazão dos referidos cursos d'água fica reduzida. Esta captação, apesar de ser feita por bombeamento, não produz custos altos, pois está situada muito próxima do seu ponto de lançamento.

A captação da Barragem Figueiras, feita por bombeamento, também não gera custos elevados por se situar dentro da zona urbana do município e também não muito distante da E.T.A. I.

A captação da Barragem Santana do Cuiabano funciona como reforço da captação do sistema de barramentos do Córrego Figueiras, pois a estação elevatória de água ali localizada recalca água através de uma adutora de 250mm apenas para transpor o divisor de águas que divide as bacias dos dois córregos. A partir deste ponto, através de uma série de canais e aquedutos, as águas atingem o Córrego Figueiras, à montante do seu barramento. É, portanto, um meio de reforço de vazão de captação do Córrego Figueiras, de baixo custo operacional e que também só funciona em época de estiagem.(DAEV)

Segundo dados do DAEV, o sistema de abastecimento de água de Valinhos está em sua capacidade máxima com relação à disponibilidade hídrica. Porém, em todo o sistema encontra-se perda física na ordem de 34%, que representa algo entorno de 127 l/s, apesar de todos os esforços realizados pelo Departamento.

Para o DAEV, a solução definitiva para o abastecimento de água em Valinhos será o Rio Atibaia, uma vez que todas as captações citadas anteriormente estão projetadas para final de plano e o subsolo rochoso de origem vulcânica existente na região não possibilita o sucesso de grandes vazões obtidas de poços profundos.

Propostas

- ✓ Redução das perdas físicas da rede em 20%, que representa um ganho na ordem de 74,76 l/s de água já tratada. Essa redução implica na substituição e despressurização da rede com a conclusão dos reservatórios elevados e investimentos em tubulação no perímetro urbano.
- ✓ Tendo a ETA I capacidade máxima de produção de 190 l/s e hoje produzindo 151,72 l/s, apresentando capacidade para ampliação da produção em mais 38,28 l/s, propomos a criação de mais uma barragem na Sub-bacia do Ribeirão dos Ortizes (Serra dos Cocais), capaz de regularizar os 38,28 l/s. Esta ação necessitará de uma política de recursos hídricos inovadora, implantando o programa **“Preservando Nossa Água”** que visa garantir a sustentabilidade socioambiental das práticas implantadas por meio do pagamento pelos serviços ambientais e gerar incentivos econômicos a proprietários que ainda têm áreas de floresta nativa e/ou que querem se adequar aos parâmetros de cobertura vegetal estabelecidos para a sub-bacia. Este projeto será a segunda iniciativa municipal brasileira que implantará o Pagamento por Serviços Ambientais baseada na relação existente entre a floresta e os serviços prestados por ela em relação à

qualidade e quantidade de água. O Projeto pioneiro brasileiro é da Cidade de Extrema-MG que implantou o projeto "Conservador das Águas". O maior beneficiado do projeto é a Região Metropolitana de São Paulo, uma vez que grande parte da água produzida em Extrema, através do Jaguari desembocam no Sistema Cantareira.

- ✓ Reavaliar o projeto para captação, adução e tratamento de água do Rio Atibaia.
- ✓ Inserção de programa de educação ambiental e consumo consciente de água na rede escolar.
- ✓ Revisão do escalonamento tarifário buscando a economia e propondo o aumento da tarifa de água para consumidores de grandes volumes, fora dos padrões aceitáveis.
- ✓ Elaborar o Plano de Saneamento Ambiental para atender em 100% o abastecimento de água no perímetro urbano.

Sistema de Esgotamento Sanitário

Valinhos possui a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) que atende a população atual. Algumas linhas "tronco" da cidade estão subdimensionadas, necessitando de substituição e adequação as demandas de ocupação futura.

Em nosso governo realizaremos o Plano de Saneamento Ambiental Participativo para garantirmos a segurança dos investimentos e a qualidade dos serviços para o município.

Propostas

- ✓ Interceptação de todas as redes de esgoto antes de seus lançamentos nos cursos d'água encaminhando-os às unidades de tratamento;
- ✓
- ✓ Tratamento de cem por cento (100%) dos esgotos coletados com eficiência mínima de noventa por cento (90%), com relação à Demanda Bioquímica de Oxigênio;
- ✓
- ✓ Criar programa de saneamento básico para as populações rurais ou urbanas não possuidoras de rede de esgoto pública;
- ✓
- ✓ Construção da segunda fase da ETE.

Drenagem

O município de Valinhos realizou o Plano de Macrodrenagem da bacia do ribeirão Pinheiros, que visa contemplar a definição da estratégia de controle da macrodrenagem, a

proposição de reservatórios de detenção visando o amortecimento das ondas de cheias, as simulações hidrológicas e definição das obras e medidas prioritárias, bem como a definição das áreas verdes necessárias para o controle hidrológico na bacia.

Propostas

- ✓ Revisar o Plano de Macrodrenagem do Município;
- ✓ Elaborar os projetos dos pontos prioritários constantes no Plano que não sofrerão alterações;
- ✓ Criar o Departamento de Combate à Enchentes, com equipe técnica capacitada para desenvolver projetos e captar recursos junto aos Governos Estadual e Federal.

Resíduos Sólidos

O município de Valinhos elaborou o Plano Municipal de Resíduos Sólidos. A partir deste plano, muitas ações deverão ser tomadas a fim de estruturar o sistema municipal.

Hoje nosso lixo “passeia” pela cidade e viaja para Paulínia.

Esse modelo consome muito recurso público e será necessário priorizar as seguintes ações para sermos eficientes.

Propostas

- ✓ Integração das áreas governamentais de infraestrutura e ambientais através de um modelo de gestão sistêmica e com participação da sociedade civil;
- ✓ Estimular, apoiar a organização dos catadores de materiais recicláveis, fortalecendo a política de consumo responsável, priorizando a implantação plena da coleta seletiva e a reciclagem, visando a redução do volume destes materiais na composição do lixo transportado para o aterro;
- ✓ Implantar uma estação de transbordo para compactar o volume de lixo, condicionando-o em caminhões maiores reduzindo o número de viagens e consequentemente o investimento em transporte para o aterro;
- ✓ Desativar os aterros clandestinos;
- ✓ Implementação e manutenção do processo de compostagem, através da utilização de podas de árvores, jardins e restos de alimentos, principalmente na zona rural, empreendimentos imobiliários e outros geradores de resíduos orgânicos;
- ✓ Manutenção e aprimoramento de programas de educação ambiental e das campanhas de conscientização da população para a correta destinação de resíduos perigosos: lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas, pneus, e similares quanto à periculosidade;

- ✓ Manter parceria com a Região Metropolitana de Campinas – RMC para a disposição final dos diversos resíduos sólidos gerados no Município;
- ✓ Realizar parceria com a empresa responsável pela Usina de Reciclagem de Entulhos;
- ✓ Implantar programa para o correto uso de caçambas para entulhos e sua adequada destinação;
- ✓ Implantar os Eco Pontos providos de caçambas que servirão de destinação de entulhos oriundos de pequenas reformas, possibilitando à população a destinação correta do mesmo.

Agradecimentos

A Coordenação do Programa de Governo de Alexandre Tonetti e Dr. Alexandre Veronez agradece a todos os integrantes dos grupos de trabalho que colaboraram na pesquisa e redação de cada tema deste Programa de Governo, e a população que nos acolheu em suas residências e nas Rodas de Conversas realizadas, apontando as carências e oferecendo sugestões.